

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MOÇAMBIQUE
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS

GUERREIRO AUGUSTO MUNDEFA

PLURALISMO ÉTNICO EM MOÇAMBIQUE:
QUE IMPLICAÇÕES FACE À UNIDADE NACIONAL E À CONSTRUÇÃO DA
DEMOCRACIA?

QUELIMANE, SETEMBRO DE 2025

GUERREIRO AUGUSTO MUNDEFA

**PLURALISMO ÉTNICO EM MOÇAMBIQUE:
QUE IMPLICAÇÕES FACE À UNIDADE NACIONAL E À CONSTRUÇÃO DA
DEMOCRACIA?**

Tese Científica submetida à Universidade
Católica de Moçambique – Faculdade de
Ciências e Política – como requisito para
a obtenção do Grau de Doutor em Ciência
Política e Relações Internacionais

Supervisor: Ph.D Arcénio Francisco Cuco

QUELIMANE, SETEMBRO DE 2025

ÍNDICE

DECLARAÇÃO DE HONRA	v
AGRADECIMENTO	viii
LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS	ix
LISTA DE FIGURAS	xi
LISTA DE TABELAS	xii
EPIGRAFE	xiii
FOLHA DE APROVAÇÃO	xiv
RESUMO	xv
ABSTRACT	xvi
PARTE I: INTRODUÇÃO	17
Problematização e Quadro Geral da Investigação	21
Questões de Investigação	Error! Bookmark not defined.
Objectivo	Error! Bookmark not defined.
Objectivo Geral	Error! Bookmark not defined.
Objectivos Específicos	Error! Bookmark not defined.
Objecto de investigação	Error! Bookmark not defined.
Justificativa	Error! Bookmark not defined.
Descrição da estrutura da tese.	Error! Bookmark not defined.
PARTE II: QUADRO CONCEPTUAL E TEÓRICO	31
CAPITULO 1: PLURALISMO, ETNIA E TRIBO	31
1.1. Pluralismo	31
1.2. Etnia	41
1.3. Tribo	45
CAPITULO II: QUESTÃO IDENTITÁRIA EM MOÇAMBIQUE	49
2.1. Contextualização	49
2.2. Organização da Economia de Moçambique Colonial	53
2.3. Construção da Nação Moçambicana	55

2.4.	Etnia e Nação.....	57
2.5.1.	Os <i>makondes</i>	Error! Bookmark not defined.
2.5.2.	Os <i>Yaos</i>	Error! Bookmark not defined.
2.5.3.	<i>Makuwa</i>	Error! Bookmark not defined.
2.5.4.	<i>Maraves</i>	Error! Bookmark not defined.
2.5.5.	<i>Shonas</i>	Error! Bookmark not defined.
2.5.6.	<i>Bitonga e Chope</i>	Error! Bookmark not defined.
2.5.7.	Os <i>Tsongas</i>	Error! Bookmark not defined.
CAPITULO III: DEMOCRACIA NA ÁFRICA E EM MOÇAMBIQUE.....		68
3.1.	A Democracia em África.....	68
3.4.	A Construção da Democracia em Moçambique	78
3.5.	Democratização de Moçambique: Breve Resenha Histórica	83
CAPITULO IV: OPRESSÃO COLONIAL E UNIDADE NACIONAL.....		95
4.1.	A Opressão Colonial e a Génese do Conceito de Unidade Nacional	95
4.2.	Unidade Nacional e Gestão da Diversidade Étnico-Cultural	95
4.3.	Unidade nacional como homogeneidade.....	97
CAPÍTULO V: ÉTICA GOVERNATIVA		100
5.1.	Tirania Governativa.....	Error! Bookmark not defined.
5.1.1.	Chefe de Estado versus Chefe de Governo	Error! Bookmark not defined.
5.1.2.	Organização dos Governos.....	Error! Bookmark not defined.
5.1.3.	Formas de Governo	Error! Bookmark not defined.
5.1.4.	Sistemas de Governo	Error! Bookmark not defined.
5.1.5.	Regime político.....	102
5.2.	Ética Governativa	104
PARTE III: DESENHO METODOLÓGICO		115
5.1.	Modalidade de Estudo	115
5.2.	Fundamentação da selecção do caso e respectivas unidades.....	116
5.3.	Breve caracterização do caso.....	117
5.4.	Tipo de pesquisa	118
5.5.	A operacionalização do Estudo	124
5.6.	Técnicas e instrumentos de recolha de dados	125

5.7.	Fiabilidade do estudo.....	128
5.8.	Validade.....	129
5.9.	Participantes do estudo	130
5.10.	Análise de Conteúdo	132
5.11.	Processo de análise, interpretação e discussão dos resultados.....	133
5.12.	Considerações éticas	134
5.13.	Resultados esperados	135
5.1.4.	Limitações do Estudo	136
	PARTE IV:	139
	CAPITULO VI: APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS	139
6.1.	Apresentação e análise dos resultados.....	139
6.2.	Apresentação e análise dos resultados da Categoria B.....	151
6.2.1.	A pluralidade étnica, a unidade nacional e a democracia em Moçambique	151
6.3.2.	Discussão dos resultados da Categoria C	162
6.4.	Apresentação e análise dos resultados da Categoria D.....	169
6.4.1.	A construção da democracia em Moçambique	169
	CAPITULO VII: CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	195
7.1.	Conclusão	195
7.1.	Sugestões	201
	Referencia Bibliográfica.....	204

DECLARAÇÃO DE HONRA

Eu, **Guerreiro Augusto Mundefa**, declaro que esta Tese de Doutorado nunca foi apresentada para a obtenção de qualquer Grau, ou outro âmbito e que a mesma constitui o resultado do meu labor individual. A investigação é apresentada em cumprimento parcial dos requisitos para a obtenção do Grau Académico de Doutor em Ciências Políticas e Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Católica de Moçambique.

Quelinane, 27 de Agosto de 2025

Guerreiro Augusto Mundefa

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho

À memória de minha mãe, Fernanda Afonso Saíde, que, com honestidade e fé, me educou acreditando no meu potencial — sua ausência física jamais apagará sua presença em minha trajetória.

À minha esposa, Juleca José Pinto Mundefa, companheira incansável, que soube compreender minhas ausências e adiar nossos planos em nome de um sonho maior.

Aos meus filhos — Raquel, Tânia, Guerreiro Júnior, Juleca e Marcos — pela paciência, carinho e apoio incondicional ao longo desta caminhada.

Aos amigos que, com palavras e gestos, me incentivaram na busca por novos conhecimentos.

A todos vocês, minha eterna gratidão.

AGRADECIMENTOS

A vida é feita de surpresas e sonhos — e concluir este curso foi, sem dúvida, a realização de um dos mais especiais. Em tempos marcados por crises e turbulências, alcançar esta conquista representa não apenas um marco pessoal, mas também um testemunho de perseverança e fé. Por isso, não posso deixar de expressar minha profunda gratidão àqueles que tornaram este sonho possível.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, meu Criador e sustentador, por me conceder força, sabedoria e ânimo para seguir adiante, mesmo diante das dificuldades e tribulações que surgiram ao longo da jornada.

À minha esposa, minha companheira incansável, que enfrentou com coragem as minhas ausências e adiou nossos planos familiares em nome de um em nome de um sonho maior. Sua compreensão e apoio foram fundamentais.

Ao meu orientador, Professor Doutor Arcénio Francisco Cuco, pela dedicação, paciência e compromisso demonstrados na condução desta Tese. Com ele, aprendi muito mais do que o conteúdo acadêmico — aprendi sobre rigor, ética e excelência.

À Faculdade de Ciências Sociais e Políticas, bem como a todo o Corpo Docente e Técnico-Administrativo da Universidade Católica de Moçambique, pela formação sólida e pelo ambiente de aprendizado que me proporcionaram.

Aos colegas do curso de Ciência Política e Relações Internacionais, pelo companheirismo, apoio mútuo e pelas trocas enriquecedoras que marcaram nossa trajetória conjunta.

Por fim — e não menos importante — expresso minha sincera gratidão a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para minha formação profissional e para a conclusão desta etapa tão significativa da minha vida.

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS/ACRÓNIMOS

%	Percentagem
ASSANA	Associação para o Desenvolvimento de Nampula
CODEMO	Confederação Democrática de Moçambique
CONCP	Conferencia das Organizações Nacionalistas das Colónias Portugueses
COREMO	Comité Revolucionário de Moçambique
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
FRECOMO	Frente Comum de Moçambique
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
FUMO	Frente Unida de Moçambique
GUMO	Grupo Unido de Moçambique
km	Quilómetro
MANU	União Nacional Africana de Moçambique
MFA	Movimento das Forças Armadas
MOCIZA	Movimento Cívico de Solidariedade e Apoio à Zambézia
MONAMO	Movimento Nacionalista Moçambicano
NESAM	Núcleo de Estudantes Secundários Africanos de Moçambique
NGIYANA OU NYGANA	Associação dos Nativos e Amigos de Maputo
°	Graus
ONU	Organização das Nações Unidas
p .	Página
PADEMO	Partido Democrático de Moçambique
PAFEMO	Partido Federal de Moçambique

PALMO	Partido Liberal e Democrático de Moçambique;
PANAFE	Partido Nacionalista Federalista
PCN	Partido da Coligação Nacional
PPLFCRM	Partido Progressivo e Liberal Federalista das Comunidades Religiosas de Moçambique
RENAMO	Resistência Nacional de Moçambique
SOTEMAZA	Sofala, Tete, Manica e Zambézia
STAE	Secretariado Técnico de Administração Estatal
UDENAMO	União Nacional Democrática de Moçambique
UNAMI	União Nacional para Moçambique Independente
UNAMO	União Nacional Moçambicana
UNAR	União Nacional da Rombézia
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
XIX	Dezanove
XVI	Dezasseis
XVIII	Dezoito
XX	Vinte
XXI	Vinte e um

LISTA DE FIGURAS

Gráfico 1: Pode se falar da Unidade Nacional e uma construção da Democracia em Moçambique	140
Gráfico 2: A pluralidade étnica, a unidade nacional e a democracia em Moçambique	152
Gráfico 3: As assimetrias regionais e a construção da democracia nacional	178

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Descrição dos participantes do estudo.....	131
Tabela 2 - Aspectos étnicos que comprometem a unidade nacional em Moçambique	143
Tabela 3: Perspectivas e abordagem holística da democracia em Moçambique.....	170

EPIGRAFE

De mãos dadas, caminhando juntos, unidos como irmãos, podemos construir um Moçambique melhor. Convido todo o Povo moçambicano e os Partidos Políticos da Oposição para que, de forma patriótica e responsável, participem no processo de fiscalização do novo ciclo governativo para o Bem e para o Desenvolvimento do País.

(Trecho do Discurso de Investidura do Presidente FILIPE JACINTO NYUSI, pronunciado em 15 de Janeiro de 2015)

FOLHA DE APROVAÇÃO

Guerreiro Augusto Mundefa

Pluralismo Étnico em Moçambique: Que implicações face à Unidade Nacional e à Construção da Democracia

Esta Tese de Doutoramento foi apresentada em cumprimento parcial dos requisitos para a obtenção do Grau Académico de Doutor em Ciências Políticas e Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Católica de Moçambique, tendo sido atribuída a classificação final de 17,00 (Desasseste) valores. Por ser verdade, foi assinada pelo júri examinador.

O Presidente:

()

()

O Arguente:

()

O Supervisor:

(Prof. Doutor Arcénio Francisco Cuco)

Quelimane, 27 de Agosto de 2025

RESUMO

Esta tese analisa as implicações do pluralismo étnico na promoção da Unidade Nacional e na consolidação da democracia em Moçambique, país cuja trajetória histórica é marcada por legados coloniais, desigualdades regionais e tensões identitárias persistentes. Partindo da hipótese de que a diversidade étnica pode constituir um recurso estratégico — e não um obstáculo — para o fortalecimento democrático, a pesquisa propõe uma abordagem crítica sobre os limites da homogeneização identitária e os desafios da inclusão plural em contextos pós-coloniais. A investigação adota uma abordagem qualitativa, sustentada pelo paradigma interpretativo e operacionalizada por meio de um estudo de caso, com triangulação metodológica entre entrevistas semiestruturadas, grupos focais e análise documental. Essa estratégia permitiu captar as experiências vividas pelos sujeitos sociais e construir um corpus empírico robusto, articulado às dinâmicas políticas e culturais do Estado moçambicano. O referencial teórico mobilizado articula epistemologias africanas, moçambicanas e ocidentais, com destaque para os debates sobre cidadania substantiva, justiça redistributiva, reconhecimento cultural, ética governativa e construção democrática em sociedades multiculturais. Os resultados evidenciam que os principais entraves à efetivação da Unidade Nacional e da democracia não decorrem da pluralidade étnica, mas da persistência de desigualdades estruturais — territoriais, econômicas e políticas — que comprometem a inclusão e corroem a legitimidade das instituições. A tentativa histórica de suprimir as diferenças culturais em nome da unidade gerou exclusão e ressentimento, especialmente entre grupos marginalizados das estruturas de poder. A análise empírica revela que a cidadania plena permanece uma experiência seletiva, limitada por assimetrias regionais e pela concentração de recursos. A ética governativa, articulada entre tradição filosófica e saberes locais, emerge como eixo normativo para a construção de sociedades justas, inclusivas e sustentáveis. Conclui-se que a consolidação da democracia em Moçambique exige uma reconfiguração profunda das relações entre Estado, sociedade e território, com superação da retórica da inclusão e implementação de práticas concretas que assegurem o acesso equitativo aos direitos, à representação e aos recursos. A Unidade Nacional, nesse contexto, deve ser reconstruída como prática inclusiva e processo contínuo, sustentada por justiça social, participação efetiva e valorização da diversidade como fundamento da coesão. A tese contribui para o debate internacional sobre gestão da diversidade em Estados pluriétnicos e oferece subsídios teóricos e empíricos para o aprimoramento das políticas públicas voltadas à construção de democracias substantivas em contextos de desigualdade histórica.

Palavras-chave: pluralismo étnico, Unidade Nacional, democracia substantiva, cidadania, Moçambique.

ABSTRACT

This thesis analyzes the implications of ethnic pluralism in promoting national unity and consolidating democracy in Mozambique, a country whose historical trajectory is marked by colonial legacies, regional inequalities, and persistent identity tensions. Based on the hypothesis that ethnic diversity can constitute a strategic resource—rather than an obstacle—for democratic strengthening, the research proposes a critical approach to the limits of identity homogenization and the challenges of plural inclusion in postcolonial contexts. The research adopts a qualitative approach, supported by the interpretative paradigm and operationalized through a case study, with methodological triangulation between semi-structured interviews, focus groups, and documentary analysis. This strategy allowed us to capture the lived experiences of social subjects and build a robust empirical corpus, articulated with the political and cultural dynamics of the Mozambican state. The theoretical framework mobilized articulates African, Mozambican, and Western epistemologies, highlighting debates on substantive citizenship, redistributive justice, cultural recognition, governance ethics, and democratic construction in multicultural societies. The results demonstrate that the main obstacles to the realization of national unity and democracy do not stem from ethnic plurality, but from the persistence of structural inequalities—territorial, economic, and political—that compromise inclusion and erode the legitimacy of institutions. The historical attempt to suppress cultural differences in the name of unity has generated exclusion and resentment, especially among groups marginalized from power structures. Empirical analysis reveals that full citizenship remains a selective experience, limited by regional asymmetries and the concentration of resources. Governance ethics, articulated between philosophical tradition and local knowledge, emerges as a normative axis for building just, inclusive, and sustainable societies. It is concluded that the consolidation of democracy in Mozambique requires a profound reconfiguration of the relations between state, society, and territory, overcoming the rhetoric of inclusion and implementing concrete practices that ensure equitable access to rights, representation, and resources. National unity, in this context, must be reconstructed as an inclusive practice and an ongoing process, sustained by social justice, effective participation, and the appreciation of diversity as the foundation of cohesion. This thesis contributes to the international debate on diversity management in multi-ethnic states and offers theoretical and empirical insights for improving public policies aimed at building substantive democracies in contexts of historical inequality.

Keywords: ethnic pluralism, national unity, substantive democracy, citizenship, Mozambique.

PARTE I: INTRODUÇÃO

1.1. Introdução

A Unidade Nacional é um conceito central nos estudos políticos e sociológicos, especialmente em países caracterizados por uma multiplicidade de etnias, culturas e línguas, como Moçambique. Refere-se à coesão e à solidariedade que unem os cidadãos de uma nação, independentemente de suas diferenças étnicas, culturais, religiosas ou sociais. Trata-se de um esforço coletivo para construir um sentimento de pertencimento e uma identidade comum entre os diversos grupos que compõem o Estado-nação (Smith, 1991; Anderson, 1983).

No contexto africano, autores como Ali Mazrui destacam que a Unidade Nacional não deve ser confundida com uniformidade cultural, mas sim com a capacidade de integrar a diversidade num projeto político comum. Mazrui argumenta que a construção da nação africana exige uma gestão inteligente da pluralidade, onde a inclusão e o reconhecimento das identidades locais fortalecem a legitimidade do Estado.

Em Moçambique, Calton Cadeado observa que a Unidade Nacional é frequentemente evocada como valor político consensual, mas ainda carece de uma análise profunda e inclusiva sobre sua essência sociopolítica. Luís de Brito, por sua vez, aponta que o conceito tem evoluído ao longo do tempo, especialmente no discurso da FRELIMO, passando de uma visão centralizadora para uma abordagem que reconhece a diversidade ideológica e cultural como base para a coesão nacional.

A experiência histórica moçambicana, marcada pela luta anticolonial e pela construção de um Estado pós-independência, reforça a ideia de que a Unidade Nacional não se constrói pela negação das diferenças, mas pela valorização da diversidade como elemento de força. A Carta dos Antigos Combatentes (1986) já alertava para a necessidade de uma inclusão mais ampla no projeto nacional, reconhecendo que a exclusão de certos grupos poderia comprometer a estabilidade e a legitimidade do Estado.

No contexto de Moçambique, a Unidade Nacional assume uma relevância particular, dada a sua rica diversidade étnica e cultural. O país abriga uma multiplicidade de grupos étnicos, cada qual com suas próprias tradições, línguas e sistemas de valores. Para alcançar e sustentar essa unidade, torna-se essencial promover a integração e a inclusão desses diversos grupos num projeto comum de nação. Isso requer políticas e práticas que assegurem igualdade de direitos e oportunidades para todos os cidadãos, respeitando e celebrando a diversidade enquanto se constrói um objetivo coletivo (Mamdani, 1996; Chabal & Daloz, 1999).

Importa sublinhar que Unidade Nacional não se confunde com homogeneidade. Ao invés de impor uma uniformidade cultural ou étnica, esse conceito valoriza a diversidade e promove a integração dos diferentes grupos dentro de uma estrutura política e social comum. Trata-se de um processo dinâmico, que exige constante negociação e adaptação para equilibrar demandas diversas e resolver os conflitos que possam emergir (Kymlicka, 2001; Parekh, 2000).

Além disso, a Unidade Nacional é um pilar fundamental para a estabilidade política e social. Em países multiétnicos, a ausência de coesão pode gerar tensões e conflitos que ameaçam a integridade do Estado. Por outro lado, uma unidade bem construída contribui para o fortalecimento da democracia, ao garantir participação inclusiva e representação equitativa de todos os grupos na governança e na tomada de decisões (Lijphart, 1999; Horowitz, 1985).

Em Moçambique, o conceito de Unidade Nacional tem sido central desde a independência. Apesar dos desafios relacionados à diversidade étnica e às tensões regionais, o país tem demonstrado compromisso com a integração e o respeito pelas diferentes culturas. A construção e manutenção dessa unidade transcendem a esfera política, envolvendo também dimensões sociais e culturais, com esforços contínuos para promover paz, justiça e equidade (Hanlon, 2010; Marumo, 2015).

A Unidade Nacional, portanto, é um conceito multifacetado que exige equilíbrio entre a valorização da diversidade e a promoção de um sentimento comum de pertencimento. Em Moçambique — como em outras nações plurais — alcançar essa unidade é um desafio permanente, que demanda compromisso político, diálogo intercultural e ações concretas para

garantir que todos os cidadãos se sintam parte de uma comunidade nacional coesa e inclusiva (Moyroud, 2019; Mveng, 1990).

Historicamente, a Unidade Nacional constitui um dos alicerces sobre os quais se ergueu o processo de construção da nação moçambicana, desde os primórdios da luta de libertação até a consolidação do Estado Democrático. Durante décadas de resistência ao colonialismo, os moçambicanos enfrentaram dificuldades em alcançar sucesso, pois os movimentos de libertação eram fragmentados por linhas étnicas e regionais, cada qual lutando por sua própria zona. Essa fragmentação facilitava a repressão colonial, que explorava as rivalidades internas para enfraquecer a resistência.

A virada histórica ocorreu quando líderes de três movimentos políticos decidiram unir forças, formando a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). A Unidade Nacional tornou-se palavra de ordem, condição essencial para a libertação do país. Esse ideal exigiu dos moçambicanos a superação das diferenças étnicas e culturais em nome de um inimigo comum. O primeiro congresso da FRELIMO, realizado entre 23 de setembro e 3 de outubro de 1962 em Dar es Salaam, Tanzânia, consolidou esse princípio como base da luta e da futura construção nacional.

Contudo, ao longo do tempo, a FRELIMO enfrentou crises internas e divisões que revelaram tensões persistentes. A morte do primeiro presidente, Dr. Eduardo Mondlane, em circunstâncias controversas, seguida pelo julgamento, fuzilamento e expulsão de figuras como Lázaro Kavandame, Padre Gwenjere e Urias Simango, evidenciam os desafios de manter a coesão dentro do movimento. Após a independência, novas cisões emergiram, impulsionadas pela formação de elites políticas, militares e partidárias, próprias da transição de movimento de libertação para partido governante.

Durante a luta armada, a diversidade étnica e ideológica era suprimida em nome da Unidade Nacional. No período pós-independência, essas premissas passaram a ser questionadas, especialmente diante da percepção de exclusão por parte de grupos do norte do rio Save. Como observa Chichava (2008), crescia o sentimento de marginalização entre esses grupos, enquanto

os do sul do rio Save eram vistos como detentores do poder no partido e no governo, sendo acusados de tribalismo — ainda que se autodesinissem como anti-tribalistas.

Esses episódios revelam que a Unidade Nacional, embora proclamada como valor fundamental, requer uma gestão cuidadosa da diversidade e das desigualdades regionais. A construção de uma nação verdadeiramente inclusiva depende da capacidade de reconhecer e integrar as múltiplas identidades que compõem Moçambique, promovendo justiça social, equidade política e respeito mútuo.

O sentimento de exclusão social e política em Moçambique intensificou-se com a transição para o regime multipartidário. Muitos dos partidos políticos que emergiram nesse contexto representam, de forma mais ou menos explícita, manifestações desse sentimento de exclusão. Grupos etnolinguísticos e sociais, sobretudo das regiões Centro e Norte do país, passaram a utilizar essas plataformas partidárias como meios legítimos de expressão do seu descontentamento e reivindicação de inclusão.

Os resultados das eleições de 1994 ilustram essa dinâmica: a RENAMO, principal partido da oposição, obteve maior apoio nas regiões Centro e Norte, enquanto a FRELIMO manteve sua base de simpatizantes predominantemente no Sul. Mais recentemente, observa-se também o surgimento de engajamentos políticos com base na origem étnica das lideranças, como no caso do Movimento Democrático de Moçambique (MDM), ainda que de forma menos explícita.

Apesar dessas clivagens, o discurso da Unidade Nacional continua a dominar as narrativas oficiais do Estado, dos governos e dos partidos políticos. Esse discurso é reforçado por iniciativas como os Festivais Nacionais de Cultura, os Jogos Escolares, a Chama da Unidade Nacional e outras ações que buscam promover a coesão social e o sentimento de pertença nacional.

Segundo Castiano (2010), o discurso da Unidade Nacional em Moçambique tem sido historicamente utilizado como ferramenta de prevenção de possíveis conflitos étnicos, seja pela valorização da diversidade, seja pela tentativa de evitar a exclusão de grupos por motivos étnicos. Tanto os que defendem a inclusão das especificidades culturais quanto os que temem o ressurgimento de particularismos fazem-no em nome de um Moçambique coeso e estável.

Contudo, é necessário reavaliar os processos históricos que moldaram o país — como a Guerra Civil, o fim do socialismo real, a introdução da economia de mercado e o agravamento das desigualdades sociais. Hoje, o que parece ameaçar a Unidade Nacional não é tanto a diversidade étnica, mas sim as profundas assimetrias socioeconômicas entre ricos e pobres, independentemente da origem étnica. A consolidação da Unidade Nacional exige, portanto, uma atenção renovada às desigualdades sociais e à exclusão econômica que afetam amplos segmentos da população.

A exclusão social contribui diretamente para o aumento da pobreza extrema, comprometendo o sentido de cidadania e pertença. Essa realidade é particularmente visível nas áreas urbanas, como Maputo, onde, apesar das vantagens comparativas — por ser capital do país e vizinha da maior potência econômica africana, a África do Sul (FMI, 2025) — as desigualdades se tornam cada vez mais acentuadas.

Diante desse cenário, a discussão sobre o pluralismo étnico, a Unidade Nacional e a construção da democracia em Moçambique revela-se não apenas atual, mas urgente. Esses temas estão presentes nos discursos políticos e nas conversas cotidianas entre cidadãos, embora ainda recebam pouca atenção sistemática nos meios acadêmicos. Mesmo sendo uma investigação de caráter exploratório, este estudo pretende contribuir para o debate sobre um dos pilares da construção e consolidação do Estado moçambicano. Além disso, busca apresentar propostas que, sem relativizar o imperativo da Unidade Nacional, abram espaço para a valorização das diferenças étnicas, respeitando simultaneamente o princípio da cidadania universal.

1.2 Problematização e Quadro Geral da Investigação

Moçambique é um país pós-colonial, caracterizado por uma profunda diversidade étnica, linguística e cultural. Após 500 anos de domínio colonial português, o país herdou um legado de desigualdades estruturais, fruto de políticas discriminatórias e de assimilação que visavam o controlo dos recursos e a exploração da mão-de-obra local. A política e a configuração colonial operaram como dispositivos de poder que classificavam a população nativa entre “selvagens” e “assimilados”, instaurando uma lógica de dominação que ultrapassou o período colonial. Tal

categorização não apenas estruturou relações sociais desiguais, como também produziu efeitos duradouros no tecido social moçambicano, contribuindo para a reprodução de disparidades que persistiram mesmo após a independência (Chichava, 2008).

Essa dinâmica pode ser compreendida à luz da concepção foucaultiana de poder como uma rede capilar que atravessa os corpos e as instituições, moldando subjetividades e naturalizando hierarquias sociais (Foucault, 1975). A distinção entre “selvagens” e “assimilados” funcionava como uma tecnologia de governo, operando sobre os corpos colonizados para produzir sujeitos dóceis e úteis ao projeto imperial.

Frantz Fanon (1961), por sua vez, evidencia como essa violência simbólica e material da “situação colonial” (Balamdier) gera uma alienação profunda nos sujeitos colonizados, que internalizam a inferioridade imposta pelo colonizador. A divisão entre “selvagens” e “assimilados” não apenas segregava, mas também instaurava um conflito identitário que reverberava na constituição psíquica e social dos indivíduos.

Achille Mbembe (2003) amplia essa análise ao discutir a “necropolítica” como forma de gestão colonial que decide quem merece viver e quem pode ser abandonado à morte social. A colonialidade, nesse sentido, não se encerra com a independência formal, mas se reinscreve nas estruturas do Estado e nas práticas sociais, perpetuando desigualdades e exclusões herdadas do regime colonial.

Reconhecendo os riscos que as questões étnicas representavam para a coesão nacional, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) adotou a ideologia da Unidade Nacional como eixo central da luta pela independência. A célebre frase de Samora Machel — “Matar a tribo para nascer a nação” — sintetiza essa postura. Durante o processo de luta de libertação, as identidades étnicas e suas expressões culturais foram vistas como ameaças à construção do Estado, o que levou à adoção da língua portuguesa como símbolo de unidade e à proibição do uso das línguas locais entre os combatentes (Chichava, 2008; Lundin, 1995).

Com a morte de Samora Machel em 1986, as questões étnicas passaram a ocupar um lugar mais visível no debate político. Um grupo de antigos combatentes, por meio de uma carta datada de 25 de outubro de 1986, exigiu que o governo refletisse a composição étnica e regional do país,

rejeitando a inclusão de indivíduos brancos e indianos e reivindicando maior representatividade das identidades locais no aparelho estatal (Chichava, 2008).

Na década de 1990, com a abertura ao multipartidarismo, partidos como a RENAMO e o PADEMO passaram a exigir a inclusão de representantes das regiões Centro e Norte em cargos de liderança. Essa pressão resultou em mudanças significativas, como a nomeação de governadores provinciais com base em critérios étnico-regionais pelo Presidente Joaquim Alberto Chissano, após as eleições de 1994 — um esforço para refletir a pluralidade étnica na construção do Estado (Chichava, 2008).

A emergência de associações com foco étnico-regional, como a SOTEMAZA e a ASSANA, após a promulgação da Constituição Democrática de 1990, reforça a centralidade das identidades regionais na política moçambicana. Embora inicialmente vinculadas ao partido no poder, essas associações passaram a influenciar o cenário político nacional, como no caso de Armando Emílio Guebuza, que mobilizou sua identidade regional como estratégia eleitoral (Lundin, 1995).

Atualmente, a Unidade Nacional é considerada essencial para a construção da cidadania, a consolidação da paz e a valorização das diversidades étnicas, linguísticas e regionais. No entanto, persistem assimetrias sociais e regionais que desafiam os ideais de equidade e inclusão. A exclusão social e econômica, mais do que a diversidade étnica em si, parece ser o principal obstáculo à coesão nacional.

Diante desse contexto, a presente investigação propõe-se a responder às seguintes questões centrais: Quais são as implicações do pluralismo étnico para a Unidade Nacional e a construção da democracia em Moçambique? Como as identidades regionais moldam o processo de consolidação da Unidade Nacional e influenciam a prática democrática? A compreensão dessas dinâmicas é fundamental para promover um Moçambique mais coeso e justo, onde a diversidade seja reconhecida como um valor e integrada de forma equitativa na construção do Estado e na vida democrática (Chichava, 2008; Lundin, 1995).

1.3 Questões de Investigação

Ao longo da presente investigação, já concluída e defendida, buscou-se responder a um conjunto de questões que orientaram a análise sobre as implicações do pluralismo étnico na Unidade Nacional e na construção da democracia em Moçambique. A primeira questão examinada foi: quais são os principais aspectos do pluralismo étnico em Moçambique que influenciam a Unidade Nacional? Esta indagação permitiu identificar os elementos históricos, culturais e políticos que moldam a diversidade moçambicana e sua relação com os discursos de coesão nacional.

Em seguida, investigou-se como o pluralismo étnico pode impactar a Unidade Nacional e o processo democrático, considerando tanto os desafios quanto as potencialidades que a diversidade representa para a inclusão política e a estabilidade institucional. A pesquisa também analisou de que forma a Unidade Nacional pode atuar como mediadora ou mitigadora dos efeitos das tensões étnicas, contribuindo para uma democracia mais representativa e equitativa.

Por fim, foram exploradas as interações entre o pluralismo étnico e os processos democráticos em Moçambique, com especial atenção à forma como essas interações influenciam a coesão nacional e a legitimidade do Estado. As respostas a essas questões, fundamentadas em dados empíricos e referenciais teóricos sólidos, contribuíram para uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais e políticas que atravessam o país, oferecendo subsídios relevantes para o fortalecimento da cidadania e da democracia em contextos de diversidade.

1.4 Hipóteses de Pesquisa

A investigação partiu da formulação de hipóteses que orientaram a análise sobre as implicações do pluralismo étnico na Unidade Nacional e na construção da democracia em Moçambique. Considerando o contexto histórico e político do país, assumiu-se que o pluralismo étnico influencia diretamente a Unidade Nacional, uma vez que as identidades regionais e culturais moldam as percepções de pertença, representação e legitimidade no Estado. Presumiu-se também que essa diversidade pode representar tanto um desafio quanto uma oportunidade para

a consolidação democrática, dependendo da forma como o Estado gere a inclusão, a equidade e o reconhecimento das diferenças.

Outra hipótese considerada foi a de que a promoção da Unidade Nacional pode mitigar os efeitos das tensões étnicas, desde que acompanhada por políticas públicas que valorizem a diversidade e assegurem a participação equitativa dos diferentes grupos sociais na vida democrática. Por fim, partiu-se da premissa de que as interações entre o pluralismo étnico e os processos democráticos influenciam diretamente a coesão nacional, sendo que a exclusão social e regional tende a comprometer a estabilidade política e a construção de uma cidadania plena.

Essas hipóteses foram testadas ao longo da pesquisa por meio de análise documental, entrevistas e discussões em grupos focais, permitindo uma compreensão aprofundada das dinâmicas que atravessam o Estado moçambicano e oferecendo subsídios para o fortalecimento da democracia em contextos de diversidade.

1.5 Objetivos da Investigação

O objetivo geral desta investigação consistiu em analisar como o pluralismo étnico em Moçambique afeta a Unidade Nacional e a construção da democracia, explorando as implicações políticas, económicas e sociais dessa diversidade para o processo de consolidação democrática e para a promoção da coesão nacional. A pesquisa procurou compreender de forma crítica os efeitos da diversidade étnica sobre a estabilidade institucional e a inclusão cidadã, considerando o contexto histórico e político moçambicano.

Para alcançar esse propósito, foram definidos os seguintes objetivos específicos: identificar e analisar os aspectos do pluralismo étnico que influenciam diretamente a Unidade Nacional e a construção da democracia; explorar as formas pelas quais o pluralismo étnico pode representar desafios à coesão nacional e ao desenvolvimento democrático, destacando os fatores que contribuem para tais tensões; avaliar o impacto do pluralismo étnico sobre a eficácia das políticas e práticas voltadas à promoção da Unidade Nacional e da democracia; e, por fim, propor recomendações sobre como fortalecer a Unidade Nacional e gerir de forma construtiva o

pluralismo étnico, com vistas à edificação de um ambiente democrático mais inclusivo, representativo e coeso.

1.6 Objeto de Investigação

O objeto de investigação eleito para este estudo foi o pluralismo étnico, compreendido como um elemento central na consolidação da Unidade Nacional e na construção da democracia em Moçambique. A pesquisa concentrou-se na análise das implicações que a diversidade étnica acarreta para os processos de edificação do Estado-Nação e de democratização do país, especialmente à luz das dinâmicas de elitização política, militar e econômica observadas no seio da classe dirigente da FRELIMO desde a implantação da I República, passando pela II República, até o atual momento de transição para um Estado moçambicano de Direito e Democrático.

A escolha desse objeto foi orientada pelo reconhecimento de que Moçambique, embora se afirme como um Estado de Direito, ainda enfrenta desafios significativos para consolidar uma democracia efetiva, jovem e em estágio embrionário. Nesse contexto, o pluralismo étnico não é apenas uma característica demográfica, mas um fator político e social que influencia diretamente a coesão nacional, a representatividade institucional e a legitimidade do Estado. A investigação buscou, portanto, compreender como esse pluralismo pode ser gerido de forma construtiva, contribuindo para a inclusão, a justiça social e o fortalecimento da cidadania em um país marcado por profundas diversidades.

Justificativa

A realização deste estudo sobre o pluralismo étnico em Moçambique e suas implicações para a Unidade Nacional e a construção da democracia foi motivada por razões pessoais e acadêmicas que refletem uma profunda conexão com a realidade social e política do país. Crescer em Moçambique, um território marcado por uma diversidade étnica e cultural significativa, proporcionou uma vivência direta das dinâmicas de integração e dos desafios que emergem da convivência entre diferentes grupos. Essa experiência pessoal ofereceu uma base sólida para

compreender as complexidades do pluralismo étnico e suas repercussões na coesão social e na governança democrática.

O desejo de contribuir para a construção de uma nação mais coesa e inclusiva constituiu uma motivação central ao longo da investigação. A busca pela Unidade Nacional, em um contexto de diversidade, ressoa com uma visão de Moçambique como país unido, justo e próspero. A observação das tensões étnicas e das consequências de políticas de integração alimentou o interesse em desenvolver soluções teóricas e práticas que promovam a equidade e a inclusão.

A consolidação da democracia em Moçambique, ainda em estágio embrionário, foi considerada essencial para o desenvolvimento nacional. O estudo das implicações do pluralismo étnico nesse processo foi guiado pela intenção de contribuir para a construção de um sistema político mais representativo, no qual todos os grupos étnicos tenham voz e participação efetiva. A trajetória pessoal, marcada por experiências de exclusão e inclusão em diferentes contextos sociais, reforçou o compromisso com a compreensão crítica das questões de identidade e pertença.

Além da motivação pessoal, a investigação responde a uma lacuna na literatura acadêmica sobre a relação entre pluralismo étnico e Unidade Nacional em Moçambique. Ao oferecer uma análise contextualizada e aprofundada, o estudo pretende servir de base para futuras pesquisas e debates acadêmicos, ampliando o entendimento sobre os desafios e potencialidades da diversidade étnica na construção do Estado.

Do ponto de vista prático, a pesquisa oferece subsídios relevantes para a formulação de políticas públicas e estratégias de governança que promovam a coesão nacional e a integração democrática. Compreender como o pluralismo étnico afeta a Unidade Nacional e a democracia é fundamental para desenvolver abordagens eficazes de gestão da diversidade, capazes de fortalecer a estabilidade social e política.

O estudo está alinhado com os princípios de inclusão e justiça social, abordando questões de desigualdade e exclusão que emergem em contextos multiculturais. As recomendações apresentadas visam contribuir para uma sociedade moçambicana mais equitativa, onde a diversidade seja reconhecida como valor e integrada de forma construtiva na vida pública.

Teoricamente, a análise do pluralismo étnico e sua influência na Unidade Nacional e na democracia é de grande relevância para os estudos sobre identidade, políticas de integração e governança em sociedades pós-coloniais. O conceito de “unidade na diversidade” e a teoria da integração étnica são particularmente pertinentes, pois propõem a harmonização das diferenças como base para a coesão nacional, ao mesmo tempo que exigem inclusão e representação equitativa (Sisk, 1995).

Estudos anteriores indicam que a diversidade étnica pode ser tanto uma força quanto um desafio para a Unidade Nacional e a democracia, dependendo da forma como é gerida pelas instituições públicas (Chichava, 2008; Lundin, 1995). Esta investigação contribui para o avanço teórico ao oferecer uma perspectiva crítica sobre essas interações, destacando a importância de políticas inclusivas e mecanismos de representação que respeitem as identidades locais.

Na dimensão prática, compreender as implicações do pluralismo étnico é essencial para melhorar a governança e a representação política em Moçambique. Em um cenário marcado por tensões étnicas e desigualdades históricas, a consolidação democrática exige estratégias que promovam a paz, a equidade e a estabilidade social. A pesquisa, portanto, reforça o compromisso com um futuro mais inclusivo e democrático, no qual todos os cidadãos se sintam parte de uma comunidade nacional coesa e plural.

1.8 Descrição da Estrutura da Tese

A presente tese, intitulada *Pluralismo Étnico em Moçambique: Que Implicações Face à Unidade Nacional e à Construção da Democracia*, está estruturada em sete capítulos principais, seguidos das referências bibliográficas. Sua organização visa proporcionar uma abordagem analítica abrangente, articulando fundamentos teóricos e evidências empíricas de modo a favorecer uma compreensão crítica e aprofundada das dinâmicas étnicas no contexto moçambicano contemporâneo.

A Introdução estabelece o quadro geral da investigação, apresentando a problematização, a justificativa e os objetivos gerais e específicos do estudo. Nessa seção, também é definido o

objeto de investigação, além de se contextualizar a relevância do tema no cenário político e social moçambicano.

O Capítulo I, dedicado ao quadro conceitual e teórico, explora os fundamentos teóricos essenciais para a compreensão do tema. Discute-se a questão identitária em Moçambique, a construção da nação moçambicana e as interações entre etnia e Estado. Este capítulo inclui ainda um levantamento detalhado das principais etnias do país — como os Makondes, Yaos, Makuwa, Maraves, Shonas, Bitonga, Chope e Tsongas — analisando suas características socioculturais e seus impactos na Unidade Nacional.

No Capítulo II, aborda-se a democracia na África e em Moçambique, oferecendo uma visão panorâmica sobre os processos de democratização no continente e uma resenha histórica da construção democrática moçambicana. São examinados os principais eventos, transições e desafios que moldaram o sistema político do país.

O Capítulo III trata da opressão colonial e da formação do conceito de Unidade Nacional. Analisa-se como o colonialismo português influenciou a estrutura social e política de Moçambique, e como a Unidade Nacional foi concebida e gerida em relação à diversidade étnico-cultural, com destaque para a ideia de homogeneidade como estratégia de coesão.

O Capítulo IV discute a ética governativa, com ênfase nas práticas de tirania e na distinção entre chefe de Estado e chefe de Governo. São abordadas as formas e sistemas de governo, os regimes políticos e os princípios éticos que devem nortear a governança democrática.

O Capítulo V, referente ao desenho metodológico, descreve detalhadamente a abordagem adotada na pesquisa. Explica-se a modalidade de estudo, os critérios de seleção do caso e das unidades de análise, bem como as técnicas de coleta e análise de dados. São discutidas também as questões de fiabilidade, validade e ética, além dos resultados esperados.

No Capítulo VI, são apresentados, analisados e interpretados os dados empíricos coletados. A análise é organizada por categorias temáticas, permitindo uma discussão aprofundada sobre o pluralismo étnico, a Unidade Nacional e a democracia em Moçambique, com destaque para as implicações práticas dos achados.

Por fim, o Capítulo VII reúne as considerações finais, sintetizando os principais resultados da pesquisa e refletindo sobre o impacto do pluralismo étnico na coesão nacional e na construção democrática. São apresentadas recomendações para políticas públicas e sugestões para futuras investigações.

A tese encerra-se com a Referência Bibliográfica, que reúne todas as fontes consultadas e citadas ao longo do trabalho, conforme as normas da APA (6ª edição).

Essa estrutura foi concebida para oferecer uma leitura sistemática e crítica sobre o impacto do pluralismo étnico em Moçambique, articulando aspectos teóricos e empíricos e contribuindo para o debate acadêmico e político sobre inclusão, cidadania e governança democrática.

PARTE II: QUADRO CONCEPTUAL E TEÓRICO

CAPÍTULO 1: PLURALISMO, ETNIA E TRIBO

1.1. Pluralismo

1.1.1. Definição e Teorias

O pluralismo é um conceito central para compreender as dinâmicas sociais e políticas em sociedades marcadas pela diversidade. Refere-se à coexistência de múltiplas identidades, crenças, culturas e grupos dentro de um mesmo espaço político, e está intimamente ligado aos debates sobre inclusão, representatividade e justiça social.

Segundo Arend Lijphart (1999), o pluralismo caracteriza-se por um sistema político que permite que diferentes comunidades pratiquem livremente suas culturas e crenças dentro do Estado. Essa abordagem enfatiza a importância de instituições inclusivas que reconheçam a diversidade como um pilar da estabilidade democrática.

Will Kymlicka desenvolve sua teoria do multiculturalismo liberal a partir da experiência canadense, com destaque para o reconhecimento dos direitos dos povos indígenas e das comunidades francófonas. Em *Multicultural Citizenship* (1995), defende que o pluralismo exige mais do que mera tolerância: requer políticas específicas que assegurem o reconhecimento e a proteção das minorias culturais.

No Canadá, essa concepção se materializou em iniciativas como o *Multiculturalism Act* de 1988, que consagra oficialmente a diversidade cultural como valor nacional. Kymlicka sustenta que grupos minoritários devem dispor de direitos diferenciados — como autonomia linguística, representação política e controle sobre instituições educacionais — a fim de preservar suas culturas em condições equitativas.

Sua teoria também influenciou os debates sobre imigração, especialmente na formulação de políticas de integração que respeitam as identidades dos recém-chegados, sem exigir sua assimilação completa. O modelo canadense é frequentemente citado como referência de

pluralismo institucionalizado, embora enfrente desafios persistentes, como a reconciliação com os povos indígenas e a gestão da crescente diversidade urbana.

Em obras posteriores, como *Politics in the Vernacular* (2001), Kymlicka aprofunda essa abordagem ao afirmar que o pluralismo não deve se limitar à coexistência passiva, mas ser promovido ativamente por meio de políticas públicas que garantam inclusão, reconhecimento e justiça para todos os grupos culturais.

Ali Mazrui desenvolve uma abordagem crítica do pluralismo a partir da realidade africana, profundamente marcada por fronteiras coloniais arbitrárias e por uma diversidade étnica e cultural de grande complexidade. Em obras como *Cultural Forces in World Politics* (1990), o autor argumenta que essa diversidade pode constituir tanto um vetor de coesão quanto um fator de fragmentação, a depender da forma como é institucionalmente gerida pelos Estados africanos.

Mazrui posiciona-se contra o tribalismo exacerbado, bem como contra os projetos de homogeneização cultural empreendidos por governos pós-independência, os quais frequentemente negligenciam as especificidades locais em nome de uma unidade nacional artificial. Em contraposição, propõe o conceito de “africanização do pluralismo”, que consiste na valorização das identidades culturais locais sem incorrer em exclusivismos ou essencialismos. Tal perspectiva tem implicações práticas em contextos como os do Quênia e da Nigéria, onde a gestão da diversidade étnica se revela central para a manutenção da estabilidade política.

O autor também enfatiza o papel integrador de elementos como a língua, a religião e a memória histórica compartilhada, os quais podem funcionar como catalisadores de pertencimento coletivo em sociedades marcadas pela heterogeneidade. Nesse sentido, Mazrui defende uma concepção de cidadania inclusiva, capaz de reconhecer a pluralidade como componente constitutivo da identidade nacional, e não como ameaça à coesão social.

Sua contribuição teórica oferece uma leitura sofisticada do pluralismo no contexto africano, ao evidenciar que a diversidade étnica e cultural, longe de ser um obstáculo à construção nacional, pode ser convertida em recurso político e simbólico, desde que gerida por instituições

comprometidas com a inclusão e a justiça social. Para Mazrui, a reconciliação entre pluralismo e unidade nacional exige uma arquitetura política que transcenda tanto os modelos assimilacionistas quanto os fragmentários, promovendo uma cidadania que integre as múltiplas identidades africanas em um projeto comum de nação.

Mahmood Mamdani, em sua obra *Citizen and Subject* (1996), oferece uma crítica contundente às estruturas coloniais que moldaram os Estados africanos modernos. Ele argumenta que o colonialismo não apenas impôs fronteiras artificiais, mas também institucionalizou uma divisão entre “cidadãos” e “súditos”, criando sistemas legais e administrativos distintos para diferentes grupos étnicos. Essa dualidade perpetuou desigualdades profundas e dificultou a construção de uma cidadania universal.

Para Mamdani, o pluralismo só pode ser efetivo se romper com essa lógica colonial. Isso implica não apenas reconhecer a diversidade, mas também dismantelar as estruturas que a instrumentalizam para fins de dominação. Em vez de políticas que reforcem identidades fixas, ele propõe uma cidadania baseada em direitos iguais, capaz de transcender as divisões étnicas e culturais herdadas.

Bhikhu Parekh desenvolve sua teoria do pluralismo a partir da experiência britânica com imigração e diversidade cultural, especialmente após a Segunda Guerra Mundial. Em sua obra *Rethinking Multiculturalism* (2000), Parekh argumenta que a cidadania em sociedades multiculturais não pode ser concebida como neutra ou universalista, pois isso ignora as especificidades culturais dos grupos minoritários.

No contexto britânico, Parekh critica políticas de integração que exigem a assimilação dos imigrantes às normas culturais majoritárias. Ele propõe uma cidadania dialogada, onde diferentes comunidades possam negociar seus valores com o Estado e entre si, sem abrir mão de suas identidades. Essa abordagem influenciou debates sobre políticas públicas, como o reconhecimento de práticas religiosas nas escolas, o uso de trajes tradicionais e o respeito a normas alimentares específicas.

A Comissão sobre o Futuro da Multiculturalidade, presidida por Parekh no início dos anos 2000, foi um marco na tentativa de institucionalizar esse modelo de pluralismo, embora tenha enfrentado resistência diante de tensões raciais e do crescimento de discursos nacionalistas.

Integrando essas perspectivas, compreende-se que o pluralismo não é apenas uma condição sociológica, mas um princípio normativo que orienta a construção de sociedades justas e inclusivas. Ele demanda sistemas políticos que não apenas tolerem a diversidade, mas que a promovam de forma ativa, por meio de políticas de inclusão, reconhecimento e redistribuição.

No caso moçambicano, essa discussão é particularmente relevante, dado o histórico de centralização política e de tentativas de homogeneização cultural. A gestão eficaz do pluralismo étnico é fundamental para fortalecer a Unidade Nacional e consolidar uma democracia que represente verdadeiramente todos os segmentos da sociedade.

1.1.2. Pluralismo Político e Democracia

O pluralismo político é um conceito essencial para compreender o funcionamento das democracias modernas, especialmente em sociedades marcadas pela diversidade étnica, cultural e regional. Refere-se à existência e à convivência de múltiplos grupos, interesses e visões dentro de um sistema político que valoriza a participação, a representação e o debate público. Em contextos democráticos, o pluralismo político é visto como um mecanismo que impede a concentração de poder, promove o equilíbrio institucional e fortalece a legitimidade do Estado.

Robert Dahl (1989) é um dos principais teóricos do pluralismo político. Em sua obra, ele argumenta que a competição entre diversos grupos de interesse é fundamental para a saúde de uma democracia. Essa competição garante que nenhuma entidade monopolize o poder, permitindo que diferentes segmentos da sociedade sejam representados de forma justa. Dahl defende que a democracia deve ser estruturada para permitir a manifestação livre e equitativa de múltiplos interesses, assegurando que o processo decisório reflita a diversidade social.

Robert Putnam (2000) complementa essa visão ao destacar o papel das instituições cívicas e do capital social na sustentação do pluralismo político. Para Putnam, a participação comunitária e o engajamento cívico são fundamentais para criar um ambiente democrático vibrante, onde o pluralismo possa prosperar. Sem instituições confiáveis e redes sociais fortes, o pluralismo corre o risco de se tornar fragmentado ou capturado por elites, comprometendo a inclusão e a eficácia democrática.

Mahmood Mamdani (1996) aprofunda essa crítica ao analisar como os Estados africanos herdaram estruturas coloniais que institucionalizaram a exclusão política. Para Mamdani, o pluralismo político só será efetivo se romper com essas lógicas herdadas e promover uma cidadania substantiva, onde todos os grupos tenham acesso igual aos direitos e à representação. Ele alerta que o pluralismo, quando mal gerido, pode reforçar desigualdades e alimentar conflitos, em vez de promover a coesão.

Em Moçambique, autores como Severino Ngoenha e Castiano (2010) abordam o pluralismo político a partir da experiência histórica do país. Ngoenha critica a centralização do poder político e a tendência de uniformização identitária promovida pelo Estado pós-independência, que muitas vezes marginalizou vozes dissidentes e expressões culturais locais. Castiano, por sua vez, defende que o pluralismo político é essencial para a construção de uma democracia inclusiva, especialmente em um país multiétnico como Moçambique. Ele argumenta que a representação equitativa de diferentes grupos étnicos e regionais nas instituições políticas é uma condição necessária para a consolidação da Unidade Nacional.

Portanto, o pluralismo político não é apenas uma característica das democracias liberais, mas uma exigência ética e institucional para sociedades diversas. Ele requer sistemas políticos abertos, instituições fortes, participação cidadã ativa e políticas públicas que promovam a inclusão. Em países como Moçambique, onde a diversidade étnica e regional é profunda, o pluralismo político pode ser uma força para a coesão nacional — desde que seja gerido com sensibilidade, justiça e compromisso democrático.

1.1.3. Pluralismo Cultural e Identidade

1.1.3.1 Pluralismo Cultural

O pluralismo cultural refere-se à aceitação, valorização e integração da diversidade cultural dentro de uma sociedade. Em contextos pós-coloniais como o moçambicano, esse conceito adquire uma relevância particular, pois envolve não apenas o reconhecimento das múltiplas identidades étnicas e culturais, mas também a superação das desigualdades históricas e estruturais que marcaram a formação do Estado.

Segundo Henry Giroux (1993), o pluralismo cultural propõe uma concepção que explicita a diversidade das identidades étnicas e culturais, compreendendo suas relações marcadas por desigualdades socioeconômicas. Para Giroux, valorizar as diferenças não significa aderir aos valores do outro, mas respeitá-los como expressão legítima da dignidade humana. Essa abordagem defende que o reconhecimento das identidades culturais é essencial para a construção de uma sociedade democrática e justa.

Charles Taylor (1994) aprofunda essa discussão ao tratar da política do reconhecimento. Ele argumenta que a identidade cultural deve ser reconhecida e valorizada como condição para a justiça social. Para Taylor, o não reconhecimento ou a desvalorização das culturas minoritárias constitui uma forma de opressão, pois nega aos indivíduos a possibilidade de se afirmarem plenamente como sujeitos sociais. O reconhecimento, portanto, não é apenas simbólico, mas estrutural, exigindo políticas que garantam visibilidade, participação e respeito às diferenças.

Tariq Modood (2007) amplia essa perspectiva ao abordar o pluralismo em contextos multiculturais, enfatizando a necessidade de políticas que equilibrem o reconhecimento cultural com a integração social. Modood defende que, embora seja fundamental valorizar as identidades culturais, é igualmente necessário construir espaços comuns de convivência, onde diferentes culturas possam interagir de forma harmoniosa, sem que uma se sobreponha à outra.

A análise do pluralismo cultural e da identidade revela que a construção de sociedades democráticas e inclusivas exige mais do que tolerância: requer políticas públicas que promovam o reconhecimento, a equidade e a participação ativa de todos os grupos culturais.

Em Moçambique, onde a diversidade étnica e linguística é profunda, o pluralismo cultural é um elemento estratégico para a consolidação da Unidade Nacional e para o fortalecimento da democracia. Reconhecer e integrar as identidades culturais não apenas enriquece o tecido social, mas também fortalece o sentimento de pertença e a legitimidade das instituições.

1.1.4 Pluralismo Religioso

O pluralismo religioso refere-se à coexistência, respeito e valorização de diferentes tradições religiosas dentro de uma mesma sociedade. Em contextos multiculturais e pós-coloniais como o moçambicano, esse conceito assume uma importância estratégica, pois a religião desempenha papel central na construção das identidades individuais e coletivas, influenciando também a esfera política e social.

Segundo Mark Juergensmeyer (2003), o pluralismo religioso pode ser uma força poderosa para a paz e o entendimento intercultural. Ele defende que o diálogo inter-religioso e a disposição para reconhecer a legitimidade das crenças alheias são essenciais para a convivência pacífica. Juergensmeyer argumenta que, ao promover o respeito mútuo entre diferentes tradições religiosas, é possível construir pontes entre comunidades e fortalecer a coesão social.

Por outro lado, Douglas Davies (2011) alerta para os desafios que o pluralismo religioso pode enfrentar, especialmente em sociedades onde a religião está profundamente entrelaçada com a identidade nacional e com disputas políticas. Davies observa que, embora o pluralismo tenha potencial pacificador, ele também pode gerar tensões quando as crenças religiosas são mobilizadas para fins políticos ou exclusivistas. Nesses casos, o pluralismo exige uma gestão cuidadosa, que equilibre o respeito pelas tradições com a necessidade de preservar a unidade e a estabilidade social.

No contexto africano, Ali Mazrui contribui com uma leitura crítica sobre a relação entre religião e política. Ele destaca que, em muitos países africanos, a diversidade religiosa foi manipulada durante o colonialismo e continua a ser instrumentalizada por elites políticas. Mazrui defende que o pluralismo religioso deve ser acompanhado por políticas de laicidade

inclusiva, que garantam liberdade de culto sem favorecer determinadas crenças em detrimento de outras.

Em Moçambique, a diversidade religiosa é expressiva, com presença significativa de cristãos (católicos e protestantes), muçulmanos, religiões tradicionais africanas e outras crenças. Essa pluralidade tem coexistido de forma relativamente pacífica, mas não está isenta de tensões, especialmente em regiões onde a religião se articula com questões étnicas e políticas. Autores moçambicanos como Domingos do Rosário e Carlos Serra têm analisado como as religiões influenciam a esfera pública e como o Estado moçambicano tem lidado com essa diversidade. Rosário destaca que a gestão da diversidade religiosa é fundamental para a consolidação da democracia, enquanto Serra aponta os riscos da instrumentalização religiosa por partidos políticos.

Assim, o pluralismo religioso em Moçambique deve ser compreendido como um componente vital da cidadania e da democracia. Ele exige políticas públicas que garantam liberdade de culto, diálogo inter-religioso e respeito às crenças, sem permitir que a religião seja usada como ferramenta de exclusão ou dominação. A valorização da diversidade religiosa, quando bem gerida, pode fortalecer a coesão nacional e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, plural e pacífica.

1.1.4. Pluralismo e Direitos Humanos

O pluralismo, ao ser articulado com os direitos humanos, revela-se como um princípio normativo essencial para a construção de sociedades justas, inclusivas e democráticas. Em contextos marcados por diversidade étnica, cultural, religiosa e linguística — como é o caso de Moçambique — o reconhecimento e a valorização das diferenças tornam-se fundamentais para garantir a dignidade humana e a equidade social.

Segundo Amartya Sen (2006), o pluralismo contribui diretamente para a proteção dos direitos humanos ao assegurar que múltiplas vozes e perspectivas sejam ouvidas e respeitadas. Para Sen, a justiça social não pode ser alcançada sem considerar a pluralidade de experiências e

identidades que compõem uma sociedade. Ele defende que o reconhecimento da diversidade é um componente essencial da liberdade substantiva, pois amplia as capacidades dos indivíduos de viverem vidas que valorizam.

Kwame Anthony Appiah (2006) reforça essa perspectiva ao explorar a ética do pluralismo. Para ele, aceitar múltiplas visões e práticas culturais é crucial para uma compreensão mais profunda dos direitos humanos universais. Appiah argumenta que os direitos humanos não devem ser interpretados de forma rígida ou homogênea, mas sim contextualizados à luz das tradições e valores locais. O pluralismo, nesse sentido, enriquece o debate sobre os direitos humanos ao promover uma abordagem mais sensível às realidades culturais.

No contexto africano, Mahmood Mamdani alerta para os riscos de uma cidadania fragmentada, herdada das estruturas coloniais, que exclui determinados grupos do acesso pleno aos direitos. Para Mamdani, o pluralismo só será compatível com os direitos humanos se romper com as lógicas de dominação e promover uma cidadania universal, onde todos os indivíduos, independentemente de sua origem étnica ou cultural, tenham acesso igual à justiça, à educação e à participação política.

Em Moçambique, a relação entre pluralismo e direitos humanos é particularmente relevante. A diversidade étnica e cultural do país exige políticas públicas que reconheçam e protejam as especificidades dos diferentes grupos, sem comprometer a coesão nacional. Autores moçambicanos como Castiano (2010) e Severino Ngoenha têm defendido que a construção de uma cidadania plena passa pelo reconhecimento das identidades locais e pela superação das desigualdades históricas. Castiano argumenta que os direitos humanos devem ser pensados a partir da realidade moçambicana, respeitando as tradições e promovendo a inclusão. Ngoenha, por sua vez, propõe uma ética da diferença, na qual o respeito à diversidade é condição para a justiça.

Portanto, o pluralismo e os direitos humanos não são conceitos isolados, mas interdependentes. O pluralismo fornece a base para uma sociedade que reconhece e valoriza as diferenças, enquanto os direitos humanos garantem que essas diferenças sejam protegidas e respeitadas. Em sociedades pós-coloniais como Moçambique, essa articulação é vital para a construção de

um Estado democrático de direito, onde todos os cidadãos possam exercer plenamente sua cidadania, com liberdade, dignidade e justiça.

1.1.5. Desafios e Críticas ao Pluralismo

Apesar de seus benefícios evidentes, o pluralismo enfrenta críticas e desafios que merecem consideração, especialmente em contextos pós-coloniais como o moçambicano, onde a diversidade étnica, cultural e religiosa é profunda, mas historicamente marcada por desigualdades e exclusões. A literatura crítica aponta que, sem uma gestão adequada, o pluralismo pode gerar fragmentação social, relativismo ético e aprofundamento das tensões identitárias.

David Miller (1995) alerta para o risco de que o pluralismo, ao enfatizar a aceitação de múltiplas visões e práticas culturais, possa promover uma forma de relativismo extremo, enfraquecendo normas universais e valores éticos compartilhados. Para Miller, essa diluição pode comprometer a coesão social e dificultar a construção de uma base comum para a justiça. O desafio, segundo ele, reside em encontrar um equilíbrio entre a valorização da diversidade e a preservação de princípios éticos fundamentais que sustentem uma sociedade funcional e coesa.

Brian Barry (2001) complementa essa crítica ao afirmar que o pluralismo, quando não acompanhado de políticas públicas que promovam a igualdade e a integração, pode acentuar divisões e gerar conflitos. Barry argumenta que a simples tolerância à diversidade não é suficiente; é necessário implementar medidas concretas que assegurem igualdade de oportunidades, redistribuição de recursos e representação equitativa. Sem essas ações, o pluralismo corre o risco de legitimar desigualdades e cristalizar fronteiras sociais.

No contexto africano, Mahmood Mamdani oferece uma crítica estrutural ao pluralismo, especialmente quando este é implementado sobre bases coloniais que institucionalizaram a exclusão. Mamdani defende que o pluralismo só será compatível com a democracia e os direitos humanos se romper com as lógicas herdadas de cidadania diferenciada, promovendo

uma inclusão substantiva que reconheça os direitos iguais de todos os grupos, independentemente de sua origem étnica ou cultural.

Achille Mbembe, por sua vez, chama atenção para o risco de que o pluralismo seja instrumentalizado por elites políticas como forma de controle simbólico, sem promover transformações reais nas estruturas de poder. Ele propõe uma abordagem crítica que reconheça a diversidade como potência, mas que também questione os mecanismos de dominação que se escondem sob o discurso da inclusão.

Em Moçambique, pensadores como Severino Ngoenha e José Castiano têm refletido sobre os limites do pluralismo quando este é reduzido a uma retórica estatal, sem efetiva transformação das relações sociais. Ngoenha critica a tendência de uniformização identitária promovida pelo Estado pós-independência, que muitas vezes marginalizou as expressões culturais locais em nome da Unidade Nacional. Castiano, por sua vez, defende que o pluralismo deve ser acompanhado por uma pedagogia da cidadania, que promova o reconhecimento das identidades locais e a superação das desigualdades históricas.

Essas críticas convergem para a necessidade de uma abordagem equilibrada e bem planejada ao implementar políticas pluralistas. Para que o pluralismo seja verdadeiramente eficaz, é fundamental que ele esteja vinculado a medidas que promovam a equidade, a justiça social e a integração. A diversidade não deve ser apenas aceita, mas respeitada e valorizada dentro de um quadro normativo que assegure direitos comuns e fortaleça o sentimento de pertença. Em sociedades como a moçambicana, essa tarefa é complexa, mas essencial para a construção de uma democracia sólida, inclusiva e representativa.

1.2. Etnia

A compreensão do conceito de etnia é fundamental para refletir sobre pluralismo, identidade e democracia em Moçambique. Embora os termos “etnia” e “tribo” sejam frequentemente tratados como sinônimos em certos círculos acadêmicos, sobretudo na antropologia clássica, há distinções conceituais relevantes que precisam ser consideradas. Chichava, citando Mercier

(1961), propõe que se utilize o termo “etnia” para designar um grupo de pessoas que compartilham ancestralidade comum, língua, religião, cultura, tradições, visão de mundo e território ou condições históricas específicas. Trata-se de um agrupamento coeso, culturalmente homogêneo e linguisticamente unificado.

Honigmann (1964) define a tribo como um sistema de organização social baseado em critérios semelhantes — território, descendência, linguagem, cultura e nome comum — que une agrupamentos menores como povoações, bandos, distritos e linhagens sob a autoridade de um chefe. A distinção entre etnia, tribo, clã e linhagem é, portanto, significativa: a etnia representa um agrupamento sociocultural amplo; a tribo, uma unidade política local; o clã, um grupo com ancestral comum; e a linhagem, a descendência direta. Assim, populações de origem comum constituem etnias, subdivididas em tribos, estas em clãs, e os clãs em linhagens. Em todos os países, os indivíduos possuem origens étnicas, tribais, clânicas e de linhagem.

1.2.2. Emergência Histórica do Conceito

O termo “etnia” surgiu no vocabulário científico por volta de 1787, com conotação religiosa — significando “pagão” — em oposição ao cristão ou judeu. Com o avanço do imperialismo colonial no século XIX, passou a designar sociedades “primitivas” ou pré-industriais, especialmente africanas, vistas como desprovidas de consciência coletiva e vontade de convivência, em contraste com as sociedades ocidentais. A partir de então, “etnia” e “tribo” passaram a ser usados em oposição ao conceito de “nação”, considerado tipicamente ocidental.

Antes da Conferência de Berlim (1885), o continente africano era composto por nações autônomas, habitadas por povos de ascendência comum. Os Estados africanos resultantes dessa conferência foram artificialmente constituídos, reunindo múltiplas etnias, culturas e tradições, muitas vezes ignoradas em sua diversidade.

1.2.3. Etnicidade e Tribalismo

A partir dessas definições, emerge o conceito de etnicidade, entendido como “sentimento étnico” ou “feito de consciência” (Otayek, 2001, p. 129). Trata-se da consciência de pertença a um grupo distinto e da reivindicação dessa diferença, constituindo expressão da identidade

étnica. A etnicidade pode ser mobilizada tanto como força de coesão quanto como instrumento de exclusão, dependendo das condições históricas e políticas em que se inscreve.

O tribalismo, à semelhança de outros “ismos”, carrega conotação negativa, sendo associado à exclusão, marginalização e manipulação identitária para fins políticos. No entanto, como observa Coulon (1997), o tribalismo pode também representar reivindicações populares legítimas e paixões coletivas. Sua ambivalência exige uma análise contextualizada, capaz de distinguir entre instrumentalização política e expressão autêntica de pertencimento.

1.2.4. Identidade e Modernidade

No contexto contemporâneo, marcado pela globalização e pela emergência de sociedades multiculturais, a identidade assume papel central. Ela busca compreender as novas formas de pertença e os processos socioculturais que as originam. Em sociedades multiculturais, a identidade é frequentemente reivindicada como direito à diferença por grupos cujas culturas foram deturpadas ou ignoradas (Taylor, 1994).

Stuart Hall (2006) argumenta que as transformações da modernidade tardia colocam a identidade em crise, caracterizada por deslocamentos e descentralizações que desafiam concepções tradicionais. Ele propõe três modelos históricos de identidade:

Sujeito do Iluminismo: centrado, racional, unificado, com essência interior estável.

Sujeito Sociológico: formado na interação dialética entre indivíduo e sociedade.

Sujeito Pós-Moderno: portador de identidades múltiplas, fluidas e contraditórias, vinculadas a comunidades de pertença diversas e instáveis.

Nesse último modelo, identidades tradicionais — como etnia, classe e gênero — perdem centralidade, cedendo espaço a formas de pertença mais voláteis.

Zygmunt Bauman (2005) aprofunda essa análise ao distinguir dois tipos de identidade: aquelas enraizadas em pertenças culturais e biológicas, e aquelas construídas socialmente, de forma

transitória e estratégica. Na “modernidade líquida”, os espaços de pertença se multiplicam, mas tornam-se instáveis. As identidades funcionam como mercadorias: podem ser livremente adotadas e descartadas, conforme exigências do consumo e da moda. Essa fluidez, embora sedutora, gera insegurança e fadiga existencial.

Contudo, nem todos têm acesso ao “mercado das identidades”. A liberdade de escolha é privilégio dos que detêm poder econômico e social. Os excluídos — aqueles que Bauman denomina “subclasse” ou “lixo humano” — são exilados dos espaços legítimos de construção identitária, confinados aos “não-lugares” da sociedade contemporânea. Trata-se de um grupo heterogêneo, empobrecido e marginalizado pelo sistema capitalista, privado do direito à individualidade e ao reconhecimento social. Para esses sujeitos, as identidades não são escolhas, mas imposições humilhantes.

1.2.5. Reconhecimento e Justiça Social

A emergência das sociedades multiculturais e das políticas de multiculturalismo trouxe à tona novas disputas em torno da identidade. Como destaca Cuche (1999), imigrantes e minorias passaram a reivindicar o direito à diferença e à construção de uma identidade própria, digna de respeito. Em contrapartida, os grupos majoritários frequentemente resistem a essas reivindicações, temendo que a multiplicação de identidades concorrentes enfraqueça a identidade nacional e comprometa a coesão do Estado.

Nesse cenário, a identidade pode ser compreendida, segundo Conceição (2006, p. 51), como “essa consciência de si partilhada por um grupo, um sentimento que nasce da diferença e que pressupõe a oposição”. Charles Taylor (1994) aprofunda essa reflexão ao afirmar que o problema contemporâneo da identidade reside na ausência ou no reconhecimento inadequado de pessoas e grupos sociais. O reconhecimento incorreto gera identidades distorcidas, pejorativas e degradantes, que podem ser interiorizadas pelos indivíduos, afetando sua autoestima e levando à autodepreciação.

1.2.6. Etnia e Democracia em Moçambique

Em sociedades pós-coloniais como Moçambique, onde as identidades foram historicamente

manipuladas e marginalizadas, o reconhecimento das identidades locais, étnicas e culturais é condição para a construção de uma cidadania plural e democrática. A gestão dessas identidades, por parte do Estado e da sociedade civil, deve ser orientada por princípios de inclusão, justiça e respeito à diferença, evitando tanto a homogeneização quanto a fragmentação.

Pensadores moçambicanos como Severino Ngoenha e José Castiano têm contribuído para essa reflexão. Ngoenha propõe uma ética da diferença, na qual o reconhecimento das identidades locais é condição para justiça social e cidadania plena. Castiano defende que a etnicidade deve integrar o projeto democrático moçambicano como expressão legítima da pluralidade nacional, e não como ameaça à Unidade Nacional.

Assim, compreender o conceito de etnia em sua complexidade — histórica, sociológica e política — é essencial para promover inclusão, representatividade e justiça social. A etnicidade, longe de ser um entrave, pode constituir força de coesão nacional, desde que gerida com sensibilidade, equidade e compromisso democrático.

1.2. Tribo

O conceito de “tribo” tem sido objeto de amplas discussões nas ciências sociais e antropológicas, revelando-se como uma categoria complexa, historicamente carregada de significados e sujeita a múltiplas interpretações. Sua trajetória teórica acompanha as transformações epistemológicas que marcaram o estudo das sociedades não ocidentais, especialmente africanas, desde a antropologia clássica até as abordagens pós-coloniais e críticas contemporâneas. Autores como E. E. Evans-Pritchard (1940) foram pioneiros na sistematização do conceito de tribo, definindo-a como uma unidade social descentralizada, organizada em clãs ou linhagens, com forte coesão cultural e baseada em relações de parentesco. Em seus estudos sobre os povos nilóticos, Evans-Pritchard destacou a importância da tradição oral e da autoridade consuetudinária como elementos estruturantes da ordem social tribal. A organização política dessas sociedades não se baseava em instituições formais, mas em normas compartilhadas, transmitidas oralmente e reforçadas pela memória coletiva.

Marshall Sahlins (1968), ao analisar as sociedades tribais sob a ótica da economia da subsistência, contribuiu para ampliar essa compreensão. Para ele, as tribos são comunidades que operam com base na reciprocidade, na cooperação e no consenso, em contraste com os sistemas estatais hierarquizados e competitivos. A informalidade das relações políticas e a centralidade da solidariedade social revelam uma racionalidade própria, muitas vezes ignorada pelas abordagens ocidentais que tendem a medir outras sociedades por padrões eurocêntricos.

Com o avanço das teorias interpretativas e simbólicas, o conceito de tribo passou a ser revisado criticamente. Clifford Geertz (1963), em “A Interpretação das Culturas”, propõe uma leitura que rompe com a ideia de tribalismo como estrutura fixa ou arcaica. Para Geertz, as tribos são redes de significados compartilhados, constantemente renegociadas em resposta a influências internas e externas. Essa abordagem reconhece a plasticidade cultural das comunidades tribais, sua capacidade de adaptação e transformação diante de contextos históricos mutáveis.

James C. Scott (1998), em “A Insubmissão das Massas”, aprofunda essa crítica ao denunciar o uso impreciso e redutivo do termo “tribo”, frequentemente aplicado de forma pejorativa para descrever sociedades não ocidentais. Scott argumenta que muitas comunidades rotuladas como tribais são, na verdade, formas sofisticadas de organização social e resistência à dominação estatal. Ao invés de serem vistas como pré-modernas ou atrasadas, essas sociedades devem ser compreendidas como alternativas legítimas à centralização política e à lógica do Estado.

No contexto da globalização, o conceito de tribo adquire novas camadas de complexidade. Arjun Appadurai (1996), em “Modernidade em Dimensão Global”, analisa como as identidades tribais são impactadas pelas transformações econômicas, tecnológicas e culturais globais. Embora enfrentem desafios significativos — como deslocamentos, perda de territórios e erosão de práticas tradicionais — essas comunidades também demonstram notável capacidade de reinvenção. Appadurai sugere que a globalização não apenas ameaça, mas também oferece oportunidades para a reconfiguração das identidades tribais, permitindo a emergência de novas formas de pertença e organização social.

Edward Said (1978), em sua obra seminal “Orientalismo”, oferece uma crítica contundente ao uso etnocêntrico do conceito de tribo. Segundo Said, a construção discursiva do “tribal” serviu

historicamente para justificar a dominação colonial, inferiorizando sociedades africanas, asiáticas e indígenas, e negando-lhes agência histórica e legitimidade política. Essa crítica é essencial para descolonizar o olhar acadêmico e reconhecer os saberes locais como legítimos, rompendo com as categorias analíticas impostas por epistemologias coloniais.

Valentin-Yves Mudimbe reforça essa perspectiva ao analisar como o conhecimento sobre África foi moldado por paradigmas coloniais que classificaram os povos africanos em categorias como “tribos” e “etnias”, muitas vezes com o objetivo de fragmentar e controlar. Sua proposta de reinterpretação dessas categorias a partir das epistemologias africanas convida à valorização dos saberes locais e à reconstrução de narrativas que respeitem a diversidade e a complexidade das sociedades africanas.

No contexto moçambicano, pensadores como Severino Ngoenha e José Castiano têm refletido sobre o papel das identidades tribais na construção da cidadania e da democracia. Ngoenha critica a tentativa de homogeneização cultural promovida pelo Estado pós-independência, que marginalizou expressões locais em nome da Unidade Nacional. Para ele, a justiça social exige o reconhecimento das identidades locais como condição para uma cidadania plena e plural.

José Castiano, por sua vez, defende que as identidades tribais devem ser integradas ao projeto democrático moçambicano como expressões legítimas da diversidade nacional. Em vez de serem vistas como ameaças à coesão, essas identidades podem fortalecer a democracia ao promover representatividade, inclusão e respeito à diferença. A instrumentalização política das identidades tribais, contudo, permanece um desafio, especialmente quando utilizada para fins de dominação ou exclusão.

A compreensão do conceito de tribo exige uma abordagem crítica, sensível e descolonizada. É necessário considerar suas características internas — como parentesco, cultura, economia e política — bem como os fatores externos que moldam suas estruturas e identidades. Ao integrar definições clássicas com críticas contemporâneas e epistemologias africanas, torna-se possível construir uma leitura mais justa e plural sobre o papel das tribos na história e na atualidade.

Em sociedades como a moçambicana, onde a diversidade étnica e cultural constitui um elemento fundante da nação, reconhecer a legitimidade das identidades tribais é essencial para a

construção de uma cidadania inclusiva e democrática. A superação dos estereótipos coloniais e das simplificações analíticas permite valorizar a riqueza das formas de organização social que persistem — e se reinventam — mesmo diante das transformações globais.

Em síntese, este capítulo consolidou uma base teórica que articula epistemologias moçambicanas, africanas e ocidentais, oferecendo ferramentas para compreender os desafios e as possibilidades da gestão da diversidade em sociedades pós-coloniais. Reconhecer, valorizar e integrar as múltiplas identidades que compõem o tecido social moçambicano é condição indispensável para a construção de uma democracia inclusiva, justa e representativa. O diálogo entre tradição e modernidade, entre pertença local e cidadania nacional, constitui o eixo central para pensar políticas públicas que promovam a coesão social sem apagar a diferença.

CAPITULO 2: QUESTÃO IDENTITÁRIA EM MOÇAMBIQUE

2.1. Contextualização

A questão identitária em Moçambique está profundamente entrelaçada com a diversidade étnico-linguística do país e com os processos históricos que moldaram sua trajetória política. Os dados disponíveis na literatura especializada sobre os grupos étnicos moçambicanos são variados e, por vezes, divergentes. Algumas fontes indicam a existência de dez grandes grupos étnicos e pouco mais de setenta tribos, enquanto outras apontam para dezesseis grupos étnicos e vinte e quatro línguas nacionais.

Segundo essas classificações, os Suahili ocupavam a faixa litoral entre o rio Rovuma e António Enes; os Marave estavam presentes na região de Tete, Milange e na margem leste do lago Niassa, com dois subgrupos e treze tribos; os Macua-Lomue habitavam a área entre os rios Lugenda e a linha Morrumbala–Quelimane, com dois subgrupos e dezessete tribos; os Chope, na região de Inhambane, compreendiam três tribos; os Chona, em Manica e Sofala, incluíam um subgrupo e quinze tribos; os Tonga, ao sul do rio Save, reuniam onze tribos; os Angune, etnia dispersa, estavam presentes em pequenos núcleos em Lourenço Marques, João Belo, Tete, Niassa e Cabo Delgado, com cerca de oito tribos; os Ajaua estendiam-se ao norte do rio Lugenda; os Maconde ocupavam a região norte do rio Massala e leste de Ngomono, com cinco tribos; e os Povos do Baixo Zambeze distribuíam-se ao longo do rio Zambeze, com aproximadamente doze tribos.

Cada uma dessas etnias está associada a um grupo étnico-linguístico. De acordo com Mazula (1995, p. 58), cerca de três quartos da população moçambicana fala uma das seguintes línguas: Makhua (27,8%), Tsonga (12,4%) e Sena–Nyanja (9,3%). É nesse contexto de pluralidade étnico-linguística que se insere o debate sobre identidade nacional.

É nesse contexto de complexidade étnico-linguística que se insere a discussão sobre identidade nacional. Para compreendê-la, é necessário recuar ao período da formação da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), fruto da unificação de três movimentos nacionalistas e da guerra colonial (1962–1974). A análise se estende à vigência do partido único na I

República, de orientação marxista-leninista, e culmina com o período pós-1990, marcado pela nova Constituição, pela abertura ao liberalismo e pelo processo de democratização.

A FRELIMO foi fundada em 1962, em Dar-es-Salam, Tanzânia, como resultado da fusão de três movimentos: a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO), a União Nacional Africana de Moçambique (MANU) e a União Nacional para Moçambique Independente (UNAMI) (Muiuane, 2009).

A UDENAMO era composta majoritariamente por emigrantes moçambicanos na antiga Rodésia do Sul, oriundos do eixo sul-centro, como Uria Simango, Marcelino dos Santos e Adelino Gwambe. Este último presidia o movimento, sendo natural de Inhambane. Marcelino dos Santos, secretário das Relações Exteriores, era natural da Ilha de Moçambique, e Uria Simango, da Beira. A MANU, liderada por Mateus Mole e Malinga Milinga, reunia emigrantes no Quênia e na Tanzânia, predominantemente da etnia maconde. A UNAMI, fundada em 1961 por Baltazar da Costa Chagonga, era composta por nativos do distrito de Tete.

Desde sua origem, os movimentos enfrentaram tensões internas, inclusive de natureza tribal. Na UDENAMO, por exemplo, houve disputa pela liderança entre Gwambe (com escolaridade limitada) e Simango (pastor da Igreja Unificada de Cristo), marcada por acusações de favorecimento étnico. Gwambe, de origem shangana-tsonga, teria excluído Simango, shangana-ndau, sob alegações de insuficiência acadêmica. O conflito resultou na cisão da UDENAMO em duas facções: uma liderada por Gwambe e outra por Paulo Gumane.

A unificação dos movimentos foi impulsionada por lideranças externas, como Óscar Kambona (TANU) e Kaionge (PAFMESCA), durante a Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP), realizada em Marrocos, em 1961. Marcelino dos Santos convocou os demais líderes para uma reunião em Dar-es-Salam, da qual surgiu o Comité dos Movimentos Nacionalistas de Moçambique, presidido por Uria Simango.

Eduardo Mondlane, já em contato com os três movimentos, recusou-se a integrar qualquer um isoladamente, pressionando pela fusão. Essa pressão foi reforçada por Kwame Nkrumah (Gana) e Julius Nyerere (Tanzânia). Na All Africa Freedom Fighters Conference, em Winneba (junho de 1962), foi anunciada a criação da FRELIMO, com Mondlane como presidente, Simango

como vice, e outros dirigentes como David Mabunda, Paulo Gumane, Silvério Nungu, Johanes Mechambezi, Marcelino dos Santos e Leo Millas.

A UDENAMO liderou o processo de fusão, convidando figuras como Joaquim Chissano e Pascoal Mocumbi. Isso explica, em parte, a predominância de lideranças oriundas do sul do país na estrutura da FRELIMO. Segundo Brito (2019, p. 41), a elite dirigente do sul (Maputo e Gaza) provinha de um meio social urbano, composto por assalariados, pequenos funcionários públicos, professores e estudantes, mais expostos ao debate político sobre a descolonização.

Esse grupo foi frequentemente acusado de discriminar moçambicanos do norte do rio Save. Conforme Cipriano (p. 29), a liderança de Mondlane e a vida interna da FRELIMO entre 1962 e 1963 foram marcadas por tensões, influenciadas negativamente por Leo Millas. Após a fundação da FRELIMO, membros da etnia maconde, sobretudo emigrantes na Tanzânia, denunciaram a ausência de representação nos cargos de direção e a exclusão de Mateus Mole, ex-líder da MANU. Reclamavam também da falta de bolsas de estudo e da concentração de poder nas mãos de dirigentes do sul.

Em 1968, estudantes do Instituto Nacional Moçambicano em Dar-es-Salam, majoritariamente do norte do Save, organizaram uma manifestação contra o tribalismo e o regionalismo na FRELIMO. Alegavam desigualdade de tratamento: estudantes do norte reprovados eram enviados aos campos de treino, enquanto os do sul não. O protesto culminou no fechamento temporário do Instituto e no assassinato de Mateus Sansão Mutemba.

A crise atingiu seu ápice com a morte de Eduardo Mondlane, em fevereiro de 1969. Esperava-se que Uria Simango, vice-presidente, assumisse a liderança, mas essa possibilidade foi descartada. Em seu lugar, constituiu-se um triunvirato formado por Samora Machel, Marcelino dos Santos e o próprio Simango, o que agravou as divergências internas, sobretudo pela oposição de Simango à nova configuração de poder.

Em novembro de 1969, Uria Simango publicou o documento intitulado *Gloomy Situation in Frelimo* (Triste situação na Frelimo), no qual atribuía à atuação tribalista dos dirigentes oriundos do sul de Moçambique uma das principais causas da crise interna vivida pelo movimento:

“Desde 1966, tem-se manifestado uma tendência no grupo, infelizmente composto por gentes do sul, que incluíam o falecido Presidente, no sentido de tomarem decisões por eles próprios e impô-las aos outros por meio das suas manobras. O falecido Presidente foi criticado por certas pessoas do Sul pelas consequências que este método poderia trazer na causa final. Não se fez caso deste aviso. Este grupo continua com este método. Realizaram-se vários encontros na casa de Janet [esposa de Eduardo Mondlane], tendo tomado parte neles só membros da tribo. Temos de compreender que em Moçambique não existe nenhuma tribo superior às outras... Todas as tribos devem receber um tratamento idêntico. Devem ter os seus direitos actualmente, durante a luta, e depois, na independência.” (Muiuane, 2009, p. 59)

A publicação desse texto culminou na expulsão oficial de Simango da Frelimo. Outros membros também foram afastados ou desertaram. Em decorrência dessas dissidências, foi fundada a COREMO, em 1962, por Adelino Gwambe, que assumiu a presidência até ser afastado em 1966.

Posteriormente, em 1968, surgiu a UNAR (União Nacional Africana da Rombézia), liderada por Amós Sumane, Matias Tenda e Mazunzo Bobo, como um movimento separatista que reivindicava a independência da região centro-norte, compreendida entre os rios Rovuma e Zambeze (abrangendo as províncias de Cabo Delgado, Niassa, Nampula, Tete e Zambézia).

Segundo os dirigentes da UNAR, o tribalismo promovido por Eduardo Mondlane — acusado de cercar-se exclusivamente por indivíduos do sul — teria fomentado divisões e descontentamento entre os moçambicanos. Embora a UNAR propusesse combater o tribalismo e o regionalismo, considerados entraves à unidade nacional, paradoxalmente defendia a fragmentação territorial de Moçambique. Tal postura representa um exemplo emblemático da negação do país como espaço comum a todos os moçambicanos, questionando a própria possibilidade de se falar em “nação moçambicana”.

Durante a guerra colonial, o tribalismo foi frequentemente invocado para justificar o afastamento de muitos moçambicanos das regiões norte e centro do país. No entanto, limitar a análise a essa tese “tribalista” seria superficial. Essas deserções devem ser compreendidas,

sobretudo, à luz das distintas trajetórias socioculturais dos envolvidos. Os moçambicanos oriundos de diferentes regiões mal se conheciam, e o contato entre eles durante o período colonial foi escasso. Como observa Cahen (1994, p. 243), Moçambique, enquanto nação, não existia — e talvez ainda não exista — por não ser necessariamente vivido como tal por todos os seus habitantes.

Em síntese, a questão identitária em Moçambique é um campo de disputa histórica, política e epistemológica. A construção de uma cidadania plural exige o reconhecimento da diversidade, a superação das desigualdades regionais e étnicas, e o compromisso com uma memória crítica e inclusiva. O diálogo entre epistemologias moçambicanas, africanas e ocidentais permite construir uma abordagem mais justa e sensível à complexidade das identidades moçambicanas, contribuindo para a consolidação de uma democracia verdadeiramente representativa.

2.2. Organização da Economia de Moçambique Colonial

Nos finais do século XIX, com a consolidação do capitalismo colonial, a economia de Moçambique passou a ser marcada por profundos desequilíbrios regionais entre o norte, o centro e o sul do país. A estrutura económica imposta pelo regime colonial português privilegiava uma “economia de serviços”, centrada na exploração dos portos e das linhas férreas que conectavam Moçambique aos países vizinhos, nomeadamente as antigas Rodésias (do Norte e do Sul) e a África do Sul. Essa configuração tornou Moçambique economicamente dependente das dinâmicas externas, especialmente das economias exportadoras da região austral africana.

No sul do país, a linha férrea que ligava Lourenço Marques (atual Maputo) à África do Sul foi decisiva para o desenvolvimento económico da região. A ascensão da economia sul-africana, particularmente nas zonas do Rand e do Transvaal, impulsionou Lourenço Marques como novo centro económico e político, substituindo a Ilha de Moçambique, no norte, que até então desempenhava esse papel. Essa mudança representou não apenas uma reconfiguração geoeconómica, mas também uma redistribuição do poder simbólico e institucional dentro do território moçambicano.

A região centro, especialmente o antigo distrito de Manica e Sofala, também beneficiou da sua ligação ferroviária às Rodésias (atualmente Zimbabwe e Malawi), o que lhe conferiu algum dinamismo económico. No entanto, outras regiões do país, particularmente no norte, não tiveram o mesmo tratamento. Diante da incapacidade do Estado colonial de rentabilizar essas áreas, muitas foram entregues a companhias concessionárias, em sua maioria controladas por capitais estrangeiros, que pouco contribuíram para o progresso local. Essas companhias operavam com lógicas extrativistas e de exploração, sem promover desenvolvimento sustentável ou inclusão das populações locais.

É nesse contexto que se pode situar a origem dos ressentimentos das elites do centro e norte em relação ao sul. A hegemonia económica e política do sul, consolidada a partir da segunda metade do século XIX, gerou uma percepção de marginalização entre as regiões menos favorecidas. Essa marginalidade não foi apenas económica, mas também simbólica e institucional, refletindo-se nas dinâmicas de poder que se prolongaram para o período pós-independência.

Autores como Jean-François Bayart e Frederick Cooper ajudam a compreender essas dinâmicas ao destacar que os Estados africanos pós-coloniais herdaram estruturas de desigualdade regional e económica que foram moldadas pelas lógicas coloniais. A economia colonial de Moçambique, ao privilegiar certos corredores logísticos e centros urbanos, criou assimetrias que se tornaram persistentes e que influenciaram a configuração das elites políticas e económicas no período subsequente.

Em síntese, a organização da economia colonial moçambicana não apenas moldou o território em termos de infraestrutura e dependência externa, mas também contribuiu para a formação de clivagens regionais que se manifestaram nas disputas políticas e identitárias do século XX. A hegemonia do sul, consolidada economicamente desde o período colonial, tornou-se um fator estruturante das tensões entre as elites regionais, cujas consequências ainda se fazem sentir na configuração do Estado moçambicano contemporâneo.

2.3. Construção da Nação Moçambicana

Moçambique, à semelhança de outros países africanos pós-independência, adotou o modelo de partido único, justificando-o como estratégia para evitar a fragmentação identitária e o surgimento de partidos étnicos. O receio de que o pluralismo político exacerbasse particularismos levou o Estado a priorizar o combate à discriminação baseada na cor, tribo ou religião (Fry, 2001; Melo et al., 2022).

A concepção de Estado-nação foi articulada por Samora Machel antes mesmo da independência, tendo como marco a II Conferência do Departamento de Educação e Cultura, realizada em 1973. A possibilidade de existência de um Estado sem nação era rejeitada, apesar da realidade moçambicana ser profundamente multicultural e multiétnica (Cahen, 1994).

Após a independência, o projeto político da FRELIMO visava à construção do “Homem Novo” socialista, rompendo com estruturas tradicionais e coloniais. Palavras de ordem como “abaixo o feudalismo”, “abaixo o colonialismo”, “abaixo o capitalismo”, “abaixo o obscurantismo” e “abaixo o tribalismo” expressavam a rejeição das cosmologias religiosas e tradicionais, substituídas pelo “socialismo científico” (Fry, 2001; Subuhana, 2005). O sistema de liderança tradicional rural foi substituído por estruturas partidárias, e os meios de produção foram nacionalizados.

Nesse processo, a diversidade cultural foi sistematicamente negada. A língua portuguesa tornou-se o principal instrumento de unificação nacional, marginalizando as línguas locais, cuja utilização foi proibida nas escolas. Nomes de regiões e clubes com conotação étnica foram abolidos — como nos casos da circunscrição dos Muchopes, em Gaza, que passou a chamar-se Manjacaze, e da dos Macondes, em Cabo Delgado, que foi renomeada como Mueda (Cahen, 1994).

A frase de Samora Machel — “é preciso matar a tribo para construir a nação” — inspirada em Nkwame Nkrumah, sintetiza a visão de que a tribo, considerada arcaica e feudal, era incompatível com o projeto de unidade nacional. A emergência do “Homem Novo”, alfabetizado, lusófono e vivendo em aldeias comunais, deveria suplantiar as identidades étnicas.

Nesse contexto, a existência de outros atores políticos era interdita. Dissidentes enfrentavam repressão ou exílio. Instituições como sindicatos, organizações de mulheres e juventude foram unificadas sob a linha do partido. A divisa era clara: um só povo, uma só nação, uma só cultura, uma só língua, um só partido (Cahen, 1994).

Contudo, esse projeto gerou ressentimento, especialmente entre os moçambicanos ao norte do rio Save, que se sentiam excluídos do processo de desenvolvimento e da redistribuição de recursos. Em 1978, o fenômeno “chupa-sangue” provocou manifestações violentas em Pebane, na Zambézia. O governo local atribuiu o levante ao tribalismo, já que todos os dirigentes distritais eram de fora da região, apesar da existência de quadros locais capacitados.

O bispo Dom Filipe Governo relatou que o envio de quadros do sul foi interpretado como uma forma de colonialismo interno, gerando desconfiança e afastamento da população em relação ao Estado. Até mesmo na Universidade Eduardo Mondlane, estudantes do centro e norte do país enfrentavam maiores dificuldades de aprovação.

Como resposta às tensões internas, surgiu a Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO), liderada majoritariamente por representantes da região centro e da etnia Ndau. O movimento promoveu uma guerra civil de 16 anos, alegando combater o tribalismo do partido dominante.

A confusão entre unidade e unicidade levou à negação das identidades e interesses diversos da sociedade moçambicana, gerando conflitos entre grupos. A busca pela unidade a qualquer custo, em nome de uma classe operária idealizada e sublimada no Estado, ignorou os múltiplos conflitos e complexidades que compunham o tecido social do país (Chibanga, 2022; Paredes, 2023).

Autores como Benedict Anderson (2012) e Stuart Hall (2009) ajudam a compreender esse processo como uma tentativa de criar uma “comunidade imaginada”, onde a identidade nacional é construída por meio de performances culturais e discursos oficiais. A política do “Homem Novo” representava uma reinvenção da nação, mas também uma supressão das tradições e das pluralidades que compunham Moçambique.

Complementarmente, pensadores como Achille Mbembe (2016), Mahmood Mamdani (1996) e Sabelo J. Ndlovu-Gatsheni (2013) oferecem contribuições cruciais para compreender essas dinâmicas. Mbembe propõe uma abordagem que reconheça a pluralidade como potência; Mamdani alerta para os riscos de uma cidadania construída sobre exclusões; e Ndlovu-Gatsheni defende a descolonização da nação, valorizando os saberes locais e as formas múltiplas de pertença.

Em Moçambique, a confusão entre unidade e unicidade levou à negação das identidades e interesses diversos, criando um Estado que, ao tentar suprimir as diferenças, acabou por acentuar os conflitos. A construção da nação moçambicana exige, portanto, uma abordagem crítica e inclusiva, que reconheça a diversidade como fundamento da cidadania — e não como ameaça à coesão nacional.

2.4. Etnia e Nação

A construção da nação moçambicana, como em diversos projetos pós-coloniais africanos, foi atravessada por uma tensão constitutiva entre o imperativo da unidade nacional e a negação das diferenças internas. Tal tensão revela não apenas os dilemas da engenharia estatal pós-independência, mas também os limites epistemológicos de modelos de nação herdados do Ocidente. Kabengele Munanga (2003) oferece uma contribuição seminal ao afirmar que a etnia não é uma categoria natural, mas sim uma construção histórica e política, mobilizada conforme interesses de exclusão ou integração. Para o autor, a etnia constitui uma identidade relacional, dinâmica e situada, cuja inteligibilidade depende do contexto histórico e das correlações de força que a atravessam. A tentativa de suprimir identidades étnicas em nome da unidade nacional, portanto, não apenas ignora a pluralidade constitutiva das sociedades africanas, como também reproduz uma lógica assimilacionista que confunde unidade com homogeneidade.

A relação entre etnia e nação tem sido objeto de intensos debates teóricos, especialmente no contexto das sociedades pós-coloniais. Enquanto alguns autores estabelecem uma equivalência entre os dois conceitos, outros os tratam como fenômenos ontologicamente distintos. Essa divergência conceitual dá origem a modelos explicativos contrastantes sobre a constituição da

identidade nacional. A perspectiva primordialista — ou objetivista — sustenta que a identidade nacional deve ser edificada sobre os elementos culturais originários dos grupos étnicos (Cuche, 1999; Nascimento, 2003). Nesse modelo, a etnia é concebida como uma comunidade natural, anterior ao Estado, cujos laços linguísticos, religiosos, raciais e psicológicos constituem os fundamentos do sentimento nacional.

Em contraposição, os teóricos modernistas — ou subjetivistas — argumentam que a nação é uma invenção moderna, produto de valores cívicos e de um projeto societário compartilhado por cidadãos que não necessariamente pertencem ao mesmo grupo étnico. Para esses autores, a identidade nacional emerge da consciência cívica, da adesão ao Estado e aos ideais de igualdade, cidadania e participação política. Cuche (1999) define a nação moderna como uma “coletividade mais ou menos imaginária”, fundada em um ideal comum, e não em afinidades biológicas ou culturais.

A genealogia do conceito de etnia remonta à Grécia antiga, onde o termo *ethnos* designava um grupo humano de origem comum, em oposição à *polis*, que representava a cidade-Estado fundada em vínculos civis. Com a expansão colonial europeia, o conceito passou a adquirir conotações pejorativas, sendo associado às chamadas sociedades primitivas, a-históricas e imorais. Autores como Serra (2007) sustentam que a etnia foi uma invenção dos administradores coloniais e dos etnólogos, utilizada para justificar o racismo científico e a dominação imperial. Termos como “tribo” e “etnia” foram instrumentalizados para inferiorizar os povos africanos, retratando-os como atrasados, desprovidos de Estado e carentes da missão civilizadora ocidental (Okwidibai, 1992; Chichava, 2008).

Entre os modelos teóricos, destaca-se uma terceira via que reconhece o nacionalismo como uma construção moderna, mas admite que sua consolidação depende da incorporação de elementos culturais primordiais. Nascimento (2003) propõe que a identidade nacional, embora moderna em sua forma, se alimenta de heranças culturais e simbólicas anteriores ao Estado. A etnia, nesse contexto, pode ser abordada sob duas perspectivas: a genética, que entende a identidade como herança biológica e psicológica; e a culturalista, que a concebe como uma propriedade essencial do grupo, definida por critérios objetivos como língua, religião e psicologia coletiva.

O modelo étnico de nação fundamenta-se na descendência e na cultura comuns. Os laços consanguíneos, reais ou supostos, são considerados a base do nacionalismo étnico. Nesse paradigma, mesmo em território estrangeiro, o indivíduo permanece vinculado à comunidade de origem, enquanto o residente pertencente a outro grupo étnico é percebido como estrangeiro. Contudo, as sociedades multiculturais contemporâneas demonstram que as nações podem ser constituídas por povos que não compartilham necessariamente a mesma língua ou cultura. Os elementos objetivos da identidade nacional são, portanto, contingentes e contextuais.

O modelo cívico, conforme descrito por Smith (1997), baseia-se em elementos como território histórico, comunidade político-legal, igualdade entre os membros e cultura cívica comum. Predominante em algumas nações europeias e adotado por diversos Estados africanos, esse modelo não vincula biologicamente o indivíduo à nação, mas sim por meio de sua adesão a valores e instituições compartilhadas. Sobral (2003) reforça que, embora modernas, as nações emergem historicamente da convergência — ou não — de distintas identidades étnicas e culturais.

Nascimento (2003) observa que a consciência cívica nem sempre se dissocia da consciência étnica. Com o tempo, os valores étnicos tendem a se amalgamar aos valores da identidade nacional, originando uma cultura pública e societária capaz de conferir sentido às atividades individuais e coletivas dos cidadãos. Smith (1997) conclui que todos os nacionalismos contêm, em diferentes graus e formas, elementos cívicos e étnicos. Em alguns contextos, predominam os componentes cívicos e territoriais; em outros, sobressaem as dimensões étnicas e vernáculas.

No caso moçambicano, esse debate assume especial relevância, dada a complexidade étnico-linguística e os desafios históricos na construção da unidade nacional. A superação das tensões entre nacionalismo étnico e cívico é condição sine qua non para a consolidação de uma cidadania plural, inclusiva e representativa — capaz de reconhecer a diferença sem comprometer a coesão social, e de articular a diversidade como fundamento, e não obstáculo, da nação.

2.5. Grupos étnicos Moçambicanos

Moçambique é marcado por uma expressiva diversidade sociocultural, evidenciada na multiplicidade de agrupamentos humanos que compartilham traços culturais, linguísticos e sociais próprios. Essa pluralidade, embora constitua um dos pilares da identidade nacional, tem sido historicamente tensionada por projetos políticos que, em nome da unidade, buscaram homogeneizar a nação. Conforme observa Machaca (2013), não há consenso terminológico sobre a designação desses grupos, que ao longo do tempo foram referidos como “tribos”, “etnias” ou “grupos étnicos”. O termo “povo”, embora adotado por alguns antropólogos e historiadores, não teve aplicação sistemática, sobretudo durante o período colonial, quando as classificações serviam a propósitos administrativos e ideológicos.

Segundo o Ministério da Educação (MINED, 1986, p. 36), os agrupamentos humanos moçambicanos podem ser organizados com base em características culturais regionais, entre as quais se destacam os regimes de parentesco. O rio Zambeze funciona como uma fronteira natural entre dois grandes sistemas de organização social: ao norte, predominam os povos matrilineares; ao sul, os patrilineares.

No norte do Zambeze, destacam-se os Makonde, Yao, Makhuwa, Nyanja, bem como os Nsenga e os Pimbwe, localizados no Zambeze superior. Nesses grupos, a linhagem e a herança são transmitidas pela linha materna, influenciando profundamente a estrutura familiar, os rituais de iniciação e as formas de autoridade comunitária. Ao sul do Zambeze, predominam os povos patrilineares, como os Shona, Tsonga, Choje e Bitonga, nos quais a descendência é traçada pela linha paterna e a autoridade é geralmente exercida pelos homens mais velhos da linhagem. Entre os patrilineares, destaca-se o grupo Nguni, cujos núcleos estão dispersos por diversas regiões do país, refletindo uma trajetória de mobilidade e influência política.

O Vale do Zambeze constitui uma zona de transição, onde se observa uma simbiose entre as influências matrilineares e patrilineares. Os grupos que habitam essa região — como os Chuwabo, Sena e Nyungwe — apresentam sistemas híbridos de parentesco, que combinam elementos das duas tradições, revelando a complexidade das interações culturais ao longo do tempo. Além desses, os Mwani, localizados na costa norte, possuem uma organização social

marcada pela forte influência patriarcal islâmica, evidenciando o impacto das redes comerciais e religiosas que historicamente conectaram o litoral moçambicano ao mundo árabe e ao Oceano Índico.

A diversidade dos grupos étnicos moçambicanos transcende os aspectos linguísticos e familiares, abrangendo cosmologias, práticas agrícolas, sistemas de autoridade, rituais e formas de expressão artística. Essa riqueza cultural, no entanto, foi frequentemente marginalizada por discursos nacionalistas que, ao privilegiar a unidade, negligenciaram a legitimidade das identidades locais.

Armindo Ngunga (s.d.), ao tratar da valorização das línguas moçambicanas, enfatiza a centralidade da diversidade linguística como elemento constitutivo da construção nacional. Para o autor, as línguas locais transcendem sua função comunicativa, configurando-se como manifestações vivas de saberes ancestrais, memórias coletivas e cosmovisões específicas. A negação dessa pluralidade, mediante a imposição do português como única língua oficial, representa a reprodução de uma lógica colonial que historicamente operou pelo silenciamento e pela exclusão de epistemologias subalternizadas.

Essa perspectiva dialoga com Walter Mignolo (2003), ao denunciar o “patrimônio linguístico colonial” como instrumento de controle epistêmico e apagamento das línguas indígenas e africanas. Boaventura de Sousa Santos (2010) reforça esse argumento ao propor a “ecologia de saberes” como alternativa à monocultura do saber eurocentrado, defendendo que a pluralidade linguística é condição para a justiça cognitiva. Lélia Gonzalez (1988), por sua vez, ao reivindicar o reconhecimento do “pretuguês” como expressão legítima da cultura afro-brasileira, evidencia como a linguagem é também território de resistência e afirmação identitária.

Nesse sentido, Ngunga advoga que a incorporação das línguas moçambicanas no sistema educativo e nas políticas públicas não constitui apenas uma medida de inclusão, mas uma condição sine qua non para a efetivação de uma cidadania plural, participativa e epistemologicamente diversa. Reconhecer e valorizar essa diversidade é, portanto, essencial para a consolidação de uma democracia inclusiva, capaz de integrar os diferentes saberes e

formas de vida que compõem o tecido social moçambicano. Como apontam Severino Ngoenha e José Castiano, a democracia só se fortalece quando incorpora as identidades locais como parte legítima do projeto nacional, rompendo com as lógicas de exclusão herdadas do colonialismo e promovendo uma cidadania que se constrói na diferença.

2.5.1 Os Makonde

Os Makonde habitam o extremo norte de Moçambique, junto ao rio Rovuma, estendendo-se também pelo sul da Tanzânia, onde são mais numerosos. Reconhecidos por sua rica expressão artística, destacam-se pela escultura em madeira, pelo uso de máscaras em cerimônias de iniciação e pela dança tradicional conhecida como mapico, que simboliza a transição para a vida adulta. A região de Mueda, centro cultural e político dos Makonde, foi palco de um dos episódios mais marcantes da resistência anticolonial: o Massacre de Mueda, ocorrido em 16 de junho de 1960, quando autoridades portuguesas reprimiram violentamente uma manifestação política, resultando na morte de centenas de pessoas. Este evento é considerado um catalisador da consciência nacionalista moçambicana. Foi também em território Makonde, no posto administrativo de Chai, que se iniciou oficialmente a Luta Armada de Libertação Nacional, em 25 de setembro de 1964, consolidando o papel histórico deste grupo na resistência à ocupação colonial.

2.5.2 Os Yao

Os Yao, também conhecidos como Ajaua, ocupam a região junto ao lago Niassa, no norte da província homônima, estendendo-se também pelo Malawi e pelo sul da Tanzânia. Historicamente, os Yao desempenharam papel central no comércio de longa distância, conectando o interior ao litoral do Oceano Índico, especialmente com Quílua e a Ilha de Moçambique. Segundo Rita-Ferreira (1982), os Ajaua evoluíram de trocas locais de peles, produtos agrícolas e utensílios de ferro para uma sofisticada rede de exportação de marfim no final do século XVIII. No século XIX, tornaram-se os principais fornecedores de escravos para Mossuril. O contato contínuo com regiões costeiras de influência muçulmana levou à islamização precoce dos Yao, intensificada após 1890 como resposta às pressões da ocupação

colonial. Essa trajetória revela a capacidade de adaptação e integração dos Yao às dinâmicas comerciais e religiosas da região.

2.5.3 Os Makhuwa

Os Makhuwa constituem o maior grupo étnico de Moçambique, disperso por um vasto território que se estende do rio Zambeze ao rio Messalo, e do Oceano Índico até a fronteira com o Malawi. Atualmente, com centro em Nampula, os Makhuwa-Lomwe estão presentes também nas províncias de Cabo Delgado, Niassa e Zambézia, além de agrupamentos significativos no Madagascar, sul da Tanzânia e Malawi. Segundo a tradição, os Makhuwa compartilham uma origem mítica comum, uma organização sócio-familiar matrilinear e uma língua que reforça sua coesão cultural. Estudos indicam que este pode ser o grupo bantu mais antigo da África Austral. As linhagens familiares (mahimo) estão amplamente representadas em todo o território Makhuwa, revelando um profundo parentesco entre as chamadas “tribos” Makhuwa e Lomwe, que na verdade constituem um único povo, ainda que com variações regionais. Essa unidade cultural e genealógica reforça a identidade coletiva dos Makhuwa como um dos pilares da diversidade moçambicana.

2.5.4 Os Marave

Localizados ao norte do rio Zambeze, nas províncias de Tete e na parte ocidental de Niassa, os Marave são conhecidos em Moçambique como Nyanja, enquanto no Malawi são chamados Chewa. Importantes comunidades Marave também se encontram na Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe. Este grupo é associado ao antigo Império Marave, que floresceu entre os séculos XVI e XVIII nas regiões que hoje correspondem à Zambézia e Nampula. Tal como os Yao, os Marave participaram ativamente do comércio de marfim e escravos, integrando redes comerciais regionais e transcontinentais. Com organização matrilinear e tradições culturais próprias, os Marave contribuíram significativamente para a formação histórica e cultural do norte moçambicano.

Ao longo do rio Zambeze, concentram-se ainda os chamados “Povos do Baixo Zambeze”, como os Chuwabo, Sena e Nhnungwe, que apresentam características culturais específicas e distintas dos grupos anteriormente mencionados. Essa diversidade étnica e cultural ao longo do

território moçambicano evidencia a complexidade da identidade nacional e a necessidade de políticas que reconheçam e valorizem os saberes locais como parte integrante da construção democrática e plural do país.

2.5.1 Os Shona

Os Shona, também conhecidos como Xonas, constituem um dos grupos étnicos mais significativos da África Austral, ocupando territórios entre os rios Save e Zambeze, com presença marcante nas províncias moçambicanas de Manica, Tete e Sofala, bem como em diversas regiões do Zimbabwe. Subdividem-se em três grupos principais: Ndau, Manyka e Tewe. Esta etnia está associada às ruínas do Grande Zimbabwe e a outros complexos amuralhados de pedra, que testemunham a sofisticação das suas antigas civilizações.

Os Shona são povos de línguas bantu, conhecidos por suas habilidades em metalurgia, cerâmica e música tradicional, destacando-se subgrupos como os Zezuru, Karanga, Manyika, Tonga-Korekore e Ndau. Com uma população estimada em cerca de nove milhões de pessoas, falam uma variedade de dialetos cuja forma padronizada é conhecida como Shona. Pequenos grupos de falantes de Shona também se estabeleceram na Zâmbia, especialmente no vale do rio Zambeze.

Tradicionalmente agrícolas, os Shona cultivavam feijão, amendoim, milho, abóboras e batata-doce. Os Ndau, em particular, habitam o vale do Zambeze, estendendo-se do centro de Moçambique até o litoral e ao leste do Zimbabwe. Seus ancestrais eram guerreiros oriundos da Suazilândia que se misturaram com populações locais como os Manika, Barwe e Tewe. O idioma Cindau, falado pelos Ndau, pertence à família linguística xona e representa uma das expressões culturais mais marcantes da região.

2.5.2 Os Bitonga e os Chope

Os Bitonga e os Chope concentram-se no sul de Moçambique, especialmente ao longo da costa e nos arredores da cidade de Inhambane. Os Bitonga ocupam áreas próximas à capital provincial, enquanto os Chope se distribuem por uma faixa mais ao sul, incluindo partes da

província de Gaza. Ambos mantiveram, ao longo dos séculos, uma proximidade cultural com os Tsonga, evidenciada por práticas sociais e linguísticas comuns.

Os Chope, originários dos distritos de Zavala e Inharrime, viveram tradicionalmente da agricultura de subsistência. Historicamente, alguns foram vítimas da escravidão, enquanto outros migraram para trabalhar na África do Sul. Este povo é internacionalmente reconhecido pela música e dança da mbila, uma manifestação cultural ancestral que remonta à época de Gungunhana e que foi declarada Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade pela UNESCO. Os Chope identificam-se simbolicamente com o elefante, que representa força, memória e ancestralidade em sua cosmologia.

2.5.3 Os Tsonga

Os Tsonga constituem um grupo étnico de organização patrilinear, subdividido em três principais subgrupos: os Ronga, que habitam o extremo sul até o rio Limpopo; os Changane, localizados junto ao rio Limpopo; e os Tswa, que se estendem ao norte do Limpopo até o rio Save. Durante os três últimos quartéis do século XIX, os Tsonga estiveram sob influência direta do império Nguni de Gaza, liderado por Gungunhana, o “Leão de Gaza”, cuja resistência ao domínio colonial português culminou em sua deposição entre 1894 e 1895.

Historicamente conhecidos como Landins ou Vátuas, os povos Tsonga desenvolveram tradições guerreiras e uma cultura marcada pela mobilidade e pela resistência. Suas práticas culturais e linguísticas mantêm continuidades nos territórios da África do Sul e da Suazilândia, evidenciando a transnacionalidade das identidades étnicas na região.

A convivência entre diferentes “tribos” em uma mesma região, bem como as divisões mais nítidas entre as províncias do norte e do sul — como Gaza, Inhambane e a antiga capital Lourenço Marques — revelam a complexidade da organização étnica moçambicana. Apesar das variações de conduta entre os grupos, há um tronco linguístico comum que reforça o primado da unidade nacional, como expressa a máxima: “[...] apesar de haver variações de conduta entre um grupo e outro, os usos e costumes do nosso povo são semelhantes.”

A análise desenvolvida ao longo deste capítulo evidencia que a identidade moçambicana é atravessada por uma profunda complexidade histórica, cultural e política. A diversidade étnico-linguística do país, expressa na multiplicidade de grupos como os Makonde, Yao, Makhuwa, Marave, Shona, Chope, Bitonga e Tsonga, revela um mosaico de pertenças que desafia qualquer tentativa de homogeneização. Cada grupo carrega consigo saberes, práticas, cosmologias e trajetórias que contribuem para a riqueza do tecido social moçambicano.

Contudo, a construção da nação moçambicana, especialmente no período pós-independência, foi marcada por uma política de negação da diversidade em nome da unidade nacional. A imposição de um modelo de Estado centralizado, de partido único e de identidade uniforme — simbolizada pela figura do “Homem Novo” — resultou na marginalização de línguas, culturas e formas de organização social locais. A tentativa de “matar a tribo para construir a nação”, como proclamado por Samora Machel, ignorou as especificidades regionais e gerou ressentimentos, especialmente entre os grupos do centro e norte do país.

As tensões étnico-regionais que emergiram durante a luta anticolonial e se intensificaram no pós-independência revelam que a identidade nacional não pode ser construída à custa da exclusão. A emergência da RENAMO e os conflitos que se seguiram são expressão das limitações desse projeto de unidade forçada. Como demonstram Cahen, Nascimento, Cuche e Smith, a identidade nacional é uma construção social que deve articular elementos cívicos e étnicos, reconhecendo a pluralidade como base para a coesão.

A compreensão da etnia como categoria relacional e dinâmica, e da nação como projeto político inclusivo, permite superar os dualismos entre tradição e modernidade, entre local e nacional. Em sociedades multiculturais como Moçambique, é imperativo que o nacionalismo cívico prevaleça sobre o étnico, sem negar os valores culturais que sustentam as diferentes comunidades. A construção de uma cidadania plural exige políticas públicas que promovam o reconhecimento, a redistribuição e a participação equitativa de todos os grupos.

Em síntese, a questão identitária em Moçambique não pode ser dissociada da história colonial, das disputas políticas e das epistemologias locais. Reconhecer a diversidade como fundamento

da unidade é condição para a consolidação de uma democracia substantiva — mais justa, representativa e enraizada nas realidades vividas pelos moçambicanos.

CAPÍTULO 3: DEMOCRACIA NA ÁFRICA E EM MOÇAMBIQUE

3.1. A Democracia em África

3.1. A Democracia em África

A democratização em África continua a ser um processo dinâmico e multifacetado, atravessado por desafios históricos, culturais e socioeconómicos. Desde a década de 1990, quando uma onda de transições democráticas varreu o continente, muitos países realizaram eleições multipartidárias e adotaram reformas institucionais. No entanto, a consolidação da democracia permanece frágil em diversos contextos, marcada por retrocessos, crises de governança e desigualdades persistentes (Ake, 2000).

Em 2024 e 2025, observou-se uma intensificação da luta pela democracia em várias regiões africanas. Países como Senegal, Botsuana e Maurícias testemunharam transições pacíficas de poder, com a oposição assumindo o governo, o que representa um avanço significativo na alternância democrática. Por outro lado, a crise das normas democráticas permanece preocupante em muitos países, especialmente onde as instituições não foram suficientemente fortalecidas para garantir eleições transparentes e sistemas multipartidários eficazes¹.

Autores como Kabengele Munanga (2003) defendem que o desenvolvimento e a construção da democracia nos países africanos devem ser pensados a partir de suas realidades históricas e culturais, reconhecendo os desafios herdados do colonialismo e a necessidade de modelos políticos mais inclusivos. Kwasi Wiredu (1996), por sua vez, propõe uma abordagem baseada no consenso, inspirada nas práticas políticas tradicionais africanas, como alternativa aos modelos majoritários ocidentais, valorizando o diálogo comunitário e a participação coletiva.

3.1.1. Contexto Histórico da Democracia em África

A história da democracia africana está profundamente marcada pelo legado colonial. Durante o domínio europeu, foram instituídos sistemas autoritários que excluía a maioria da população dos processos decisórios. Após a independência, muitos países herdaram instituições frágeis e enfrentaram dificuldades na construção de estados nacionais coesos (Young, 2004).

A década de 1990 representou um ponto de inflexão, com o fim da Guerra Fria e o aumento da pressão internacional por reformas democráticas. Países como Gana, Benin e África do Sul tornaram-se exemplos de transições bem-sucedidas. Contudo, o processo tem sido desigual, com retrocessos em países onde a democracia ainda não se consolidou (Bratton & van de Walle, 1997).

3.1.2. Desafios da Democracia em África

3.1.2.1. Corrupção e Governança

A corrupção continua a ser um dos principais obstáculos à democracia africana. A má gestão dos recursos públicos e a falta de transparência minam a confiança nas instituições e dificultam o desenvolvimento. Segundo a Transparência Internacional, muitos países africanos permanecem entre os mais corruptos do mundo, o que compromete a eficácia das políticas públicas (Transparency International, 2022).

3.1.2.2. Instabilidade Política e Conflitos

A instabilidade política representa um obstáculo de grande relevância. Conflitos étnicos, golpes de Estado e guerras civis têm ocorrido com frequência em diversas regiões do continente, comprometendo não apenas a infraestrutura e causando perdas humanas, mas também interrompendo processos democráticos e fragilizando as instituições estatais (Collier & Hoeffler, 2004).

Em 2025, a instabilidade permanece uma preocupação central, com analistas alertando para a necessidade de reforçar as instituições e garantir a integridade dos processos eleitorais. A África do Sul, por exemplo, enfrenta o desafio de consolidar seu Governo de Unidade Nacional após uma histórica derrota eleitoral do ANC, exigindo resultados concretos na prestação de serviços e na criação de empregos¹.

3.1.2.3. Desigualdade Socioeconómica

A desigualdade socioeconômica constitui um obstáculo relevante à consolidação da democracia

em África. A pobreza disseminada e a carência de acesso a serviços essenciais, como educação e saúde, restringem a participação política e fragilizam a sociedade civil. Em contextos marcados por elevados níveis de desigualdade, as instituições democráticas tendem a ser mais frágeis e menos responsivas às demandas da população (Acemoglu & Robinson, 2012).

3.1.3. Perspectivas para a Democracia em África

Apesar dos inúmeros desafios, há sinais encorajadores de avanço democrático em África. A alternância pacífica de poder em determinados países, o fortalecimento da sociedade civil e o protagonismo crescente da juventude revelam caminhos promissores. A presidência do G20 assumida pela África do Sul em 2024 representa uma oportunidade histórica para o continente afirmar-se como porta-voz do Sul global e ampliar sua influência nas agendas internacionais.

Além disso, iniciativas regionais como a União Africana têm desempenhado papel relevante na promoção da boa governança e na resolução pacífica de conflitos. Paralelamente, observa-se uma sociedade civil cada vez mais ativa e engajada, que exige maior transparência e responsabilidade por parte dos governos, reforçando os pilares democráticos (Cheeseman, 2015).

3.1.3.1. Fortalecimento das Instituições

A construção de instituições sólidas é fundamental para a consolidação da democracia em África. Sistemas judiciais independentes, eleições livres e justas, e políticas anticorrupção eficazes são pilares essenciais para garantir o respeito aos direitos dos cidadãos e a responsabilização dos governantes. Sem esse fortalecimento institucional, os avanços democráticos permanecem vulneráveis e sujeitos a retrocessos (Levitsky & Ziblatt, 2018).

3.1.3.2. Promoção do Desenvolvimento Socioeconômico

O desenvolvimento socioeconômico desempenha um papel central na consolidação da democracia em África. Investimentos estratégicos em educação, saúde e infraestrutura são essenciais para reduzir a pobreza e a desigualdade, criando condições mais favoráveis à

participação política e ao engajamento cívico. Políticas voltadas para o crescimento inclusivo contribuem para fortalecer a legitimidade das instituições democráticas e promover maior estabilidade política (Sen, 1999).

3.1.3.3. Engajamento da Juventude

Com mais de 60% da população africana abaixo dos 25 anos, a juventude constitui um vetor estratégico para a democratização do continente. Envolver os jovens nos processos políticos e oferecer-lhes oportunidades por meio de programas de formação cívica, empreendedorismo e participação comunitária é essencial para transformá-los em protagonistas da construção de sociedades mais justas e democráticas (Resnick & Casale, 2011).

3.2. Uma Análise Comparativa dos Regimes Democráticos na África e em Outros Continentes

3.2.1. Europa

A Europa possui uma longa tradição democrática, com raízes que remontam à Grécia Antiga e à Magna Carta inglesa. No século XX, a democratização ganhou novo impulso após a Segunda Guerra Mundial, com a criação de instituições como a União Europeia, que promoveram a integração e o fortalecimento democrático em todo o continente (Judt, 2005). A queda do Muro de Berlim e o colapso da União Soviética abriram caminho para a democratização de diversos países da Europa Oriental.

As instituições democráticas europeias são, em geral, bem estabelecidas e robustas. A independência do judiciário, a liberdade de imprensa e a integridade dos processos eleitorais são amplamente garantidas. A União Europeia desempenha papel central na promoção e monitoramento da democracia entre seus Estados-membros, impondo critérios rigorosos para adesão e manutenção da qualidade democrática (Dahl, 1998).

Em contraste, a história colonial africana deixou um legado de instituições frágeis e fronteiras artificiais, que ainda impactam negativamente a governança democrática (Young, 2004). Apesar de seus conflitos históricos, a Europa desenvolveu gradualmente instituições sólidas e uma cultura política que valoriza a participação cívica e o Estado de Direito (Tilly, 2007).

A pobreza e a desigualdade são desafios mais acentuados na África, onde muitos países enfrentam dificuldades em prover serviços básicos e oportunidades econômicas à população. Essas condições comprometem a democracia ao limitar a participação política e aumentar a vulnerabilidade à corrupção (Acemoglu & Robinson, 2012). Na Europa, embora também existam desigualdades e crises econômicas, a maioria dos países conta com sistemas de bem-estar social que mitigam esses problemas e sustentam a estabilidade democrática (Esping-Andersen, 1990).

Enquanto muitas democracias africanas ainda estão em processo de fortalecimento institucional, as democracias europeias, em geral, já contam com instituições consolidadas e funcionalmente independentes. A União Europeia atua como força estabilizadora e promotora de padrões democráticos (Levitsky & Way, 2010).

Ambos os continentes enfrentam desafios contemporâneos como o populismo, o nacionalismo e a corrupção. Na Europa, o populismo de direita e a crise migratória têm testado a resiliência das instituições democráticas (Mounk, 2018). Na África, os desafios são frequentemente mais estruturais, envolvendo a construção de instituições desde a base, em contextos marcados por diversidade étnica e desigualdade econômica (Cheeseman, 2015).

A análise comparativa revela que, embora a Europa possua um legado democrático mais longo e consolidado, a África está em um processo contínuo de democratização, com avanços significativos, mas também com desafios persistentes. A história, a cultura política e as condições socioeconômicas influenciam profundamente a qualidade e a estabilidade da democracia em ambos os continentes. As lições aprendidas na Europa podem ser valiosas para apoiar a consolidação democrática na África, desde que adaptadas às realidades locais e contextuais.

3.2.2. América

A América Latina passou por um processo intenso de democratização nas últimas décadas do século XX, superando longos períodos de ditaduras militares. Países como Brasil, Argentina e Chile realizaram reformas significativas, com transições relativamente pacíficas para regimes democráticos (Mainwaring & Pérez-Liñán, 2013). Já nos Estados Unidos e no Canadá, a democracia possui raízes mais antigas, consolidando-se a partir do século XVIII.

A consolidação democrática na América Latina varia consideravelmente entre os países. Enquanto algumas nações apresentam instituições relativamente estáveis e funcionais, outras ainda enfrentam corrupção endêmica, violência e fragilidade institucional (Levitsky & Ziblatt, 2018). Nos Estados Unidos e no Canadá, as instituições democráticas são robustas, embora também enfrentem desafios contemporâneos, como o aumento da polarização política.

Na África, o legado colonial deixou fronteiras artificiais e instituições frágeis, dificultando a governança democrática (Young, 2004). Na América Latina, a colonização ibérica criou estruturas sociais rígidas e instituições autoritárias que perduraram até o século XX (Skidmore & Smith, 1992). Em contraste, os Estados Unidos e o Canadá desenvolveram instituições democráticas mais cedo, influenciados pelo pensamento iluminista europeu.

A pobreza e a desigualdade são desafios mais pronunciados na África, onde muitos países enfrentam dificuldades em prover serviços básicos e oportunidades econômicas. Essas condições limitam a participação política e aumentam a vulnerabilidade à corrupção (Acemoglu & Robinson, 2012). Na América Latina, embora também enfrentem desigualdade e corrupção, há esforços contínuos para implementar políticas sociais inclusivas (Mainwaring & Pérez-Liñán, 2013).

Enquanto muitas democracias africanas ainda estão em processo de fortalecimento institucional, a qualidade institucional na América Latina é variável, com alguns países apresentando estruturas mais consolidadas que outros (Levitsky & Way, 2010). Nos Estados Unidos e no Canadá, as instituições são, em geral, mais robustas e funcionais, embora não estejam imunes a tensões internas.

Corrupção, desigualdade socioeconômica e polarização política são desafios comuns enfrentados por democracias em ambos os continentes. Na África, esses problemas são frequentemente agravados por divisões étnicas e falta de coesão nacional (Cheeseman, 2015). Na América Latina, a corrupção e a violência — especialmente associadas ao narcotráfico — continuam a representar obstáculos significativos à consolidação democrática (Levitsky & Ziblatt, 2018).

A análise comparativa evidencia que, apesar das diferenças históricas e contextuais, África e América enfrentam desafios substanciais para o fortalecimento da democracia. O aprimoramento institucional, o combate à corrupção e a promoção da inclusão socioeconômica são passos essenciais para garantir a estabilidade e a qualidade dos regimes democráticos em ambas as regiões.

3.2.2. Na Ásia

A Ásia apresenta uma diversidade ainda mais acentuada de regimes democráticos. A Índia, considerada a maior democracia do mundo, possui uma longa tradição de eleições regulares e participação política ativa. Segundo Kohli (2001), “a democracia indiana é uma realização notável dada a vasta diversidade cultural, religiosa e linguística do país”. Apesar dos desafios como corrupção e violência política, a Índia tem demonstrado resiliência institucional.

Em contraste, países como Tailândia e Paquistão têm vivenciado alternâncias entre regimes democráticos e golpes militares. A Tailândia, por exemplo, passou por sucessivos ciclos de democracia e autoritarismo, sendo o golpe de 2014 um dos mais recentes retrocessos (McCargo, 2014).

Myanmar representa outro caso emblemático. Após décadas sob regime militar, o país parecia avançar rumo à democracia com as eleições de 2015, consideradas um marco. No entanto, o golpe militar de 2021 e a crise dos Rohingya evidenciaram a fragilidade da transição democrática (Holliday, 2011).

Ao comparar os regimes democráticos na África e na Ásia, observam-se tanto semelhanças quanto diferenças. Ambos os continentes enfrentam desafios na consolidação democrática, como a construção de instituições robustas e o combate à corrupção. Contudo, suas trajetórias históricas e contextos sociopolíticos variam significativamente, influenciados por fatores étnicos, culturais e geopolíticos.

Na África, o legado colonial e as estruturas de poder autoritárias continuam a dificultar a democratização. Muitos países ainda enfrentam centralização excessiva do poder e fragilidade institucional. Já a Ásia apresenta uma gama mais ampla de experiências democráticas, desde democracias consolidadas como a Índia até regimes híbridos ou autoritários como Myanmar e Tailândia.

A influência de potências regionais e globais também desempenha papel crucial. Na Ásia, países como China e Índia moldam significativamente a política regional. Na África, a intervenção de ex-potências coloniais e de atores internacionais continua a influenciar os processos democráticos.

A análise comparativa entre África e Ásia revela a complexidade e diversidade dos sistemas de governança. Ambos os continentes acumulam histórias de sucesso e enfrentam desafios persistentes, demonstrando que a consolidação democrática é um processo contínuo e multifacetado. Esforços para fortalecer instituições, ampliar a participação cidadã e garantir justiça e equidade são essenciais para o avanço democrático em ambas as regiões.

3.2.3. Na Austrália

A Austrália é reconhecida como uma democracia estável e consolidada, com instituições políticas bem estruturadas e um histórico de governança eficaz. O país adota um sistema parlamentar representativo, no qual os cidadãos elegem representantes para tomar decisões em seu nome. A tradição de participação cívica e o respeito aos direitos individuais contribuem para um ambiente democrático sólido (Diamond, 1994).

A comparação entre os regimes democráticos da África e da Austrália revela diferenças significativas. Enquanto a Austrália desfruta de estabilidade política e institucional, muitos

países africanos enfrentam desafios como corrupção, instabilidade e conflitos étnicos. Além disso, a economia australiana, desenvolvida e diversificada, sustenta a estabilidade socioeconômica, ao passo que muitos países africanos ainda lidam com dificuldades estruturais (Diamond, 1994).

Essa análise destaca a complexidade da democracia como forma de governo. A Austrália representa um modelo consolidado, enquanto a África continua em processo de fortalecimento institucional. Apesar das diferenças, ambos os contextos compartilham o objetivo de promover governança democrática e garantir os direitos e liberdades civis.

3.2.4. Na Antártica

A Antártica é um continente voltado predominantemente à pesquisa científica, sem população nativa permanente. Os cientistas que ali trabalham representam diversos países e estão sujeitos às leis de suas nações de origem. A governança na região é regida por tratados internacionais, como o Tratado da Antártica de 1959 e o Protocolo de Proteção Ambiental de 1991.

Ao comparar os regimes democráticos da África e da Antártica, observam-se diferenças marcantes decorrentes de suas características únicas. Enquanto a África enfrenta desafios internos relacionados à governança, como instabilidade política e corrupção, a Antártica é administrada por uma estrutura internacional que prioriza a cooperação e a pesquisa científica.

Ainda assim, ambos os continentes compartilham o compromisso com princípios democráticos, como a proteção dos direitos individuais e a valorização da participação cívica. Na África, a democracia é moldada por fatores históricos e culturais; na Antártica, por acordos multilaterais e pela preservação ambiental.

Em síntese, a análise comparativa entre África e Antártica evidencia a diversidade de formas de governo e os desafios enfrentados em contextos políticos e geográficos distintos. Enquanto a África busca consolidar regimes democráticos estáveis, a Antártica exemplifica a cooperação internacional em um ambiente singular. Apesar das diferenças, ambos compartilham o objetivo comum de promover transparência, responsabilidade e respeito aos direitos humanos.

3.3. Análise Comparativa dos Regimes Democráticos entre Moçambique e os Países Vizinhos

Moçambique passou por uma transição complexa rumo à democracia, marcada por décadas de conflito armado e dominação colonial. Desde a independência em 1975, o país tem registrado avanços significativos na construção de instituições democráticas e na realização de eleições regulares. Contudo, desafios persistentes — como a pobreza, a corrupção e a desigualdade socioeconómica — continuam a comprometer a consolidação democrática (Cheeseman et al., 2017).

Os países vizinhos de Moçambique, como África do Sul, Zâmbia e Malawi, apresentam trajetórias distintas no campo da democracia e da governança. Cada um enfrenta desafios específicos, mas compartilham preocupações comuns, como o combate à corrupção, a promoção da participação política e a proteção dos direitos humanos. Enquanto a África do Sul é frequentemente considerada uma democracia consolidada, outros países, como o Zimbabué, enfrentam sérias dificuldades relacionadas à governança e ao respeito às liberdades civis (Diamond, 1994).

A comparação entre os regimes democráticos de Moçambique e seus vizinhos revela tanto convergências quanto divergências. Moçambique, por exemplo, ainda lida com os efeitos de uma história marcada por instabilidade e centralização do poder, o que fragiliza suas instituições democráticas. Por outro lado, países como Zâmbia e Malawi têm conseguido realizar alternâncias políticas pacíficas, embora também enfrentem desafios relacionados à corrupção, à pobreza e à exclusão social.

Apesar das diferenças, todos esses países compartilham o objetivo comum de promover a governança democrática, o desenvolvimento económico e a proteção dos direitos fundamentais. A cooperação regional e o intercâmbio de experiências podem desempenhar papel estratégico na superação dos obstáculos compartilhados e no fortalecimento dos regimes democráticos na África Austral.

Em síntese, a análise comparativa entre Moçambique e seus países vizinhos evidencia a complexidade e a diversidade dos processos democráticos na região. Enquanto Moçambique

continua sua trajetória de construção democrática, os países ao seu redor enfrentam desafios semelhantes, embora em diferentes estágios de maturidade institucional. Compreender essas dinâmicas é essencial para orientar políticas públicas e iniciativas regionais voltadas à promoção da democracia, da justiça social e do desenvolvimento sustentável.

3.4. A Construção da Democracia em Moçambique

Para compreender a construção da democracia em Moçambique, partimos de três questões fundamentais: a democracia comporta reformas? Qual é sua capacidade de absorvê-las? E que tipo de reformas são possíveis?

Quanto à primeira questão, se considerarmos a democracia apenas como um sistema de governo, acabamos por confirmar as premissas da teoria liberal do século XIX. Essa teoria concebeu a democracia como o mais aperfeiçoado dos sistemas políticos: um modelo formal de igualdade e liberdade, expressas politicamente pelo voto de cidadãos livres e iguais, representados por partidos que competem pelo poder por meio de eleições. A decisão seria das maiorias, sem que isso implicasse a submissão despótica das minorias.

Essa concepção liberal de democracia foi formulada no contexto da economia capitalista, dentro de uma visão que separava as esferas política e económica. No entanto, a prática histórica da democracia, influenciada pelas forças sociais e políticas, distanciou-se significativamente da teoria clássica. O pensamento marxista, ao problematizar o Estado capitalista, contribuiu para ampliar o campo teórico da democracia, acompanhando suas transformações histórico-políticas.

As mudanças teóricas seguem um eixo que vai da democracia formal à democracia substantiva. Esta última refere-se ao processo histórico pelo qual agentes sociais conquistam cidadania efetiva, rompendo com o discurso liberal tradicional. Afirmamos que o capitalismo, por si só, não comporta reformas; quando estas ocorrem, têm origem na luta política. Foi a ação política nas democracias modernas que impulsionou mudanças no capitalismo.

A vitalidade da ideia de democracia reside justamente em sua indefinição teórica — na capacidade de se adaptar às transformações históricas do agir político, sem se cristalizar em uma teoria acabada. Assim, a democracia é uma construção histórica, política e teórica. Se aceitarmos essa premissa, concluímos que a democracia, enquanto conceito, comporta qualquer reforma.

Ao refletir sobre a capacidade da democracia de absorver reformas, é possível afirmar que essa capacidade está diretamente relacionada à profundidade das mudanças propostas. Reformas que ameaçam forças políticas e sociais consolidadas enfrentam maior resistência. Por isso, é necessário um diagnóstico preciso das forças envolvidas, o mapeamento das relações de poder e uma estratégia que permita acumular força suficiente para viabilizar as reformas. Reformas parciais, por sua vez, podem ser implementadas com maior facilidade, desde que haja tempo e condições adequadas.

Schmitter (1991) discute a consolidação democrática por meio da constituição de “regimes parciais”, inspirando-se na ideia gramsciana de “guerra de posições”. Para ele, é útil pensar a democracia moderna não como um regime único, mas como um conjunto articulado de regimes parciais, cada qual governando diferentes instituições. A consolidação dessas instituições não ocorre simultaneamente, e sua transformação obedece a prioridades específicas.

Algumas mudanças são intrínsecas à natureza democrática — como o controle civil sobre os militares ou a negociação coletiva entre capital e trabalho — mas podem ser adiadas pela resistência de grupos de interesse. A luta entre esses interesses, as estratégias adotadas e o momento de implementação determinam se reformas parciais ou setoriais serão efetivadas. Nesse sentido, a democracia comporta uma dose de “incerteza” (Przeworski, 1992; O’Donnell, 1988; Schmitter, 1991a), embora esteja condicionada por uma relativa certeza: a existência de uma cultura cívica que permita aos cidadãos aceitar a alternância de interesses e projetos políticos.

A democracia indireta, ou representativa, surgiu como alternativa à democracia direta, inviabilizada pela extensão territorial dos Estados e pelo número elevado de cidadãos. Como observa Bastos (1992, p. 237), “o sistema adotado a partir do século XVIII foi o representativo,

onde os cidadãos se fazem presentes indiretamente na elaboração das normas e na administração da coisa pública através de delegados eleitos para esta função”.

O sistema representativo tem raízes na evolução das instituições inglesas. Com o fortalecimento da burguesia, a monarquia passou a ser contestada, especialmente pela busca de limitação dos poderes reais. A Revolução Gloriosa e o Bill of Rights marcaram esse processo, que culminou na ampliação da participação política. Posteriormente, a Revolução Francesa e a independência das 13 colônias inglesas reforçaram a ideia de representação popular como fundamento do poder estatal.

Embora não seja um modelo fixo, a essência da democracia representativa reside na delegação periódica do poder político a representantes eleitos. Como afirma José Afonso da Silva (2000), “na democracia representativa a participação popular é indireta, periódica e formal, por via das instituições eleitorais que visam disciplinar as técnicas de escolha dos representantes do povo”.

O mandato político, nesse contexto, é uma situação jurídico-política que confere ao eleito a prerrogativa de exercer funções públicas em nome da vontade geral. Diferentemente do mandato no direito privado, o representante não pode ser destituído durante o período de exercício, nem está vinculado diretamente à vontade dos eleitores. Isso gera críticas quanto à legitimidade e à autonomia dos representantes, além da ausência de mecanismos eficazes de controle popular.

Diante disso, tornou-se evidente a necessidade de fortalecer a participação cidadã, sem abandonar o sistema representativo. Surgiu, então, a ideia de democracia participativa, que busca reavivar o protagonismo popular nos rumos políticos do Estado. Foram concebidos instrumentos de ingerência direta, como referendos, plebiscitos e conselhos comunitários, para ampliar a influência da sociedade civil.

Moçambique, no pós-independência, se constituiu como um Estado soberano, independente e democrático, conforme expressam suas constituições ao longo do tempo. A democracia, desde os tempos da Filosofia, não se resume ao direito de votar ou escolher governantes. Ela consiste, sobretudo, na inserção plena do indivíduo na sociedade e na participação ativa na vida coletiva.

Por isso, é necessário encontrar um espaço institucional adequado para a implementação da democracia e para o estabelecimento de um diálogo de reconciliação. A nossa “nova história” democrática deve ser compreendida como uma sequência de eventos protagonizados por sujeitos livres, autores de atos morais construídos a partir de suas escolhas e exigências.

Após anos sob um sistema que se pretendia marxista-leninista, a partir da década de 1990, a filosofia foi convocada a contribuir com a nova dinâmica democrática emergente. A primeira questão que se impôs foi compreender quais problemas exigiam respostas filosóficas.

Como temos afirmado desde o final do século XX e início do século XXI, pensar o universal implica partir da situação específica de cada indivíduo. Quem pensa o universal é sempre um sujeito singular, pertencente a um grupo particular, situado no espaço e no tempo. Essa premissa é válida tanto para quem pensa a partir de Portugal quanto para quem o faz desde o Brasil, Angola, China ou Moçambique.

Segundo Canotilho (2002), o princípio democrático é um princípio jurídico-constitucional que possui dimensões materiais e organizativo-procedimentais. Materialmente, a Constituição condiciona a legitimidade do poder político à realização de determinados fins e valores — como a soberania popular, a garantia dos direitos fundamentais e o pluralismo político. Procedimentalmente, vincula a legitimação do poder à observância de regras e processos específicos (*Legitimation durch Verfahren*).

É na articulação entre essas dimensões que a Constituição responde aos desafios da legitimidade, conformando o princípio democrático como forma de vida, como processo de nacionalização da política e como mecanismo de legitimação do poder. Assim, o princípio democrático constitucionalmente consagrado transcende a mera técnica de escolha dos governantes, aspirando, enquanto norma, a tornar-se impulso dirigente da sociedade em seus aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais.

A abordagem de Lalá e Ostheimer (2003) sobre o caso moçambicano dialoga com os paradigmas de democracia desenvolvidos por Dahl (2001) e Diamond (2017). As autoras concentram-se em aspectos como competição e participação política, direitos civis, pluralismo político e civil, construção do Estado de direito e mecanismos de freios e contrapesos. Além

disso, seus estudos refletem sobre a cultura política e o comportamento dos principais atores estatais, que influenciaram significativamente o processo de consolidação democrática.

Moçambique iniciou seu processo de democratização nos anos 1990, fortemente influenciado pela conjuntura internacional — o fim da Guerra Fria, a hegemonia crescente dos Estados Unidos e a pressão global pela democratização dos Estados. Segundo o relatório de Tollenaere (2006), que avaliou os primeiros dez anos da transição democrática, não houve mudanças substanciais na qualidade democrática do país. Nesse período, priorizou-se o apoio técnico ao desenvolvimento institucional, especialmente ao STAE e a organizações da sociedade civil.

Nos últimos pleitos eleitorais, observou-se constante alteração dos instrumentos legais relacionados à legislação eleitoral. As próprias entidades gestoras do processo demonstram desconhecimento da legislação, enquanto os eleitores enfrentam dificuldades para compreender determinadas ações vinculadas às eleições. O processo de democratização em Moçambique tem sido marcado pela intervenção de forças externas. Por meio da comunidade internacional, o país recebeu apoio para consolidar suas instituições democráticas.

Os doadores internacionais, com o objetivo de melhorar o desempenho das novas instituições, contribuíram com recursos para o Orçamento do Estado. Embora o foco principal fosse o fortalecimento da democracia, outros setores transversais também foram contemplados, como o apoio jurídico, as forças policiais e os meios de comunicação social.

Contudo, a democratização em curso no país está longe de significar o fim dos conflitos e da violência política. Persistem guerras civis, práticas de corrupção e a politização das instituições. Assim, a experiência democrática moçambicana enfrenta o duplo desafio de estabelecer a paz após um longo período de conflito armado e de formular políticas de desenvolvimento econômico que atendam às necessidades básicas da população.

Aliás, o que ocorre em Moçambique reflete uma realidade comum em grande parte do continente africano. Os processos de transição política e os ciclos eleitorais têm sido frequentemente marcados por episódios de violência política — antes, durante e após as campanhas eleitorais.

Embora muitos partidos participem das eleições, na prática, a disputa se concentra entre dois grupos principais: o partido FRELIMO e o partido RENAMO.

3.5. Democratização de Moçambique: Breve Resenha Histórica

A Revolução ocorrida em Portugal, em 25 de Abril de 1974, tornou necessária a definição da sua posição face aos seus territórios coloniais, do qual Moçambique fazia parte. Esse era um dos objectivos a cumprir pelo programa do Movimento das Forças Armadas (MFA).

A questão colocada era saber quem seriam os destinatários desse poder. O General Spínola enviou, a Moçambique, o Primeiro-Ministro de Portugal para que este encetasse negociações com a FRELIMO para a assinatura de um acordo de Cessar-Fogo.

Devia também negociar as possibilidades de conduzir a colónia para uma autodeterminação ou para eleições. Não havia intenção de conceder a independência total ao País. O General defendia a necessidade da criação de partidos políticos que pudessem concorrer em eleições que dessem lugar a um futuro Governo Provisório (Ncomo, 2003).

No entanto, a comitiva da FRELIMO, chefiada por Samora Machel, pretendia que houvesse uma transferência imediata de poderes. Referindo que de nada valia que o novo Governo tentasse iludi-los, pois queriam a independência total e completa do povo moçambicano (Hall; Young, 1991).

Foram as pressões internacionais exercidas sobre Portugal, no período pós 25 de Abril, que contribuíram em grande medida para uma independência completa e total da ex-colónia. O facto de Moçambique, na altura do processo da independência, ter a FRELIMO como o único movimento reconhecido pelo Governo português contribuiu para que transferência do poder fosse feita a esse movimento, pois era considerado o único movimento representativo do povo moçambicano.

As negociações culminaram com a assinatura dos acordos de Lusaka, em 7 de Setembro de 1974. O facto de a FRELIMO ter participado nas negociações como único interlocutor,

provocou agitações em algumas organizações: Comité Revolucionário de Moçambique (COREMO), Movimento Nacionalista Moçambicano (MONAMO), Frente Unida de Moçambique (FUMO), Grupo Unido de Moçambique (GUMO), Frente Comum de Moçambique (FRECOMO), Partido da Coligação nacional (PCN).

Esses grupos defendiam que era necessária a criação de partidos políticos para que fosse possível efectuar uma eleição. De acordo com Ncomo (2003), o poder não deveria ser entregue a um único grupo, porque, dessa forma, não seria um processo democrático e não estaria representada a vontade da maioria.

Não obstante, a transferência de poderes foi realizada tendo sido criado o Governo de Transição, o que não agradou a muitos, criando cisões. Alguns grupos opuseram-se ao novo panorama político que acabava de surgir no Moçambique pós-colonial. Por isso, pode se dizer que o processo de independência, em certa medida, não reuniu consenso.

Moçambique foi declarado independente no dia 25 de Junho de 1975. Com a Independência, a FRELIMO, representante do povo moçambicano, triunfou como sendo a única força política legítima e passou a exercer o poder no território nacional. Samora Machel, como Presidente da República Popular de Moçambique, adoptou uma linha política marxista-leninista.

Samora era defensor acérrimo do "poder entre às massas populares" sob influência do Leste europeu e do Bloco Soviético. A nova liderança considerava que as estruturas eram democráticas na medida em que o povo, "as massas", é que escolhia os seus representantes. Em África, a ideologia socialista era vista como uma forma de progresso económico, desse modo, tornou-se fácil a sua adopção. A opção pelo partido único no poder, era considerada a única forma possível de alcançar a unidade nacional.

A ideologia marxista-leninista e o socialismo vigoraram por um período prolongado, e durante esse período o País beneficiou-se muito com a ajuda do Leste Europeu. É um período também caracterizado carências de vária ordem e por uma gritante falta de recursos humanos e financeiros. Havia falta de quadros e pessoal qualificado.

Foi ainda neste período que se iniciam acções de desestabilização do País. Primeiro as invasões dos regimes sul-africanos e da Rodésia. Mais tarde a RENAMO, como uma forma de se impor contra o rumo que o País vinha seguindo, iniciou um conflito armado contra o regime no poder. Esse Conflito devastou o País e, como sempre, a luta pelo poder e uma forte contestação ao regime estabelecido estavam na base. O seu objectivo era desestabilizar o Governo moçambicano e eventualmente provocar uma mudança de regime (Correia, 1989; Sidaway; Simon, 1993; Tollenaere, 2006).

Com o fim do apoio da antiga Rodésia em 1980, a Renamo prosseguiu a sua actividade transferindo a sua sede para a África do Sul, de quem passou a receber ajudas. Em termos ideológicos essa passou a ser apresentada como um movimento identificado com os valores ocidentais e que lutava contra o marxismo em África, nomeadamente em Moçambique. Para além dos apoios externos começou a capitalizar o apoio de um número crescente de moçambicanos que estava descontente com o rumo que o País seguia.

Esse apoio era maioritariamente dos camponeses (cujas terras haviam sido nacionalizadas), chefes tradicionais, entre outros (Correia, 1989; Tollenaere, 2006). Contudo, como refere Correia (1989), a Renamo já era um movimento sólido quando da sua criação em 1977, e já tinha objectivos políticos bem delineados: combater o comunismo e criar um Estado de Direito democrático.

Apesar de ter objectivos políticos bem traçados, não pressupunha a existência de um programa político coeso, sobretudo porque esse movimento era maioritariamente constituído por indivíduos com pouca instrução. A RENAMO foi de crucial importância para o futuro político-partidário e para estabilização do sistema político que se seguiu no início dos anos 90.

Alden (1993) defende que um dos motivos que dificultava a resolução do conflito em Moçambique era a posição dos actores externos, os EUA, a África do Sul e a ex-URSS. A dimensão do conflito começou a alterar-se a partir do momento em que tanto o Estado como a Renamo mostraram-se dispostos em negociar. Em Abril de 1984 foi assinado o pacto de não-agressão entre Moçambique e África de Sul, o celebre pacto de Nkomáti.

Nas primeiras negociações de Paz que surgiram com a RENAMO, por volta de 1984/85, este fez uma série de exigências políticas, propondo a dissolução do Governo preexistente e sugerindo a criação de um novo Governo que os incluísse e a criação de uma economia de mercado. Tal como refere Manning (1998), o I Congresso da RENAMO realizado em Junho de 1989, em Gorongosa foi de extrema importância, pois para além das questões já defendidas, pela primeira vez falou-se na questão da paz.

Após a morte de Samora Machel em 1986, sucede-lhe Joaquim Chissano, e com este gradualmente Moçambique foi-se afastando da ideologia dos Países do Leste europeu, a fim de obter ajuda económica do Ocidente. No V Congresso da Frelimo, em 1989, liderado por Joaquim Chissano, o Marxismo-Leninismo foi abandonado (Alden; Simpson, 1993; Hall; Young, 1991), assume-se o compromisso de se criar uma nova constituição e serem preparadas as primeiras eleições multipartidárias.

Até finais dos anos 80, o conflito com a RENAMO já havia destroçado e enfraquecido o País, as conversações eram essenciais entre a RENAMO e a FRELIMO. As conversações com esse movimento de guerrilha começaram paulatinamente a seguir outro rumo, como se de uma luz no fundo do túnel se tratasse. A Paz começou a ser uma verdade alcançável e não uma utopia.

Em Julho de 1990, reuniram-se os dois movimentos, em Roma tendo a comunidade de Santo Egídio e o Arcebispo da Beira como observadores do processo do Acordo Geral de Paz. Assume-se nesse encontro o compromisso de se introduzir um sistema multipartidário, com eleições regulares com base no Sufrágio Universal, garantido ainda a liberdade de expressão, religião e de imprensa, bem como a Independência do sistema judicial.

As negociações decorreram em Outubro de 1990 em Roma, para além de factores internos (dimensão que o conflito estava a tomar só estava a levar o País a ruína, sem contar que ambos os lados estavam a perder os apoios que provinham das grandes potências). A economia estava numa situação caótica, levando o País a pôr em prática as políticas do Fundo Monetário Internacional (FMI), preconizadas pelos programas de ajustamento estrutural.

Os factores externos também foram essenciais, a pressão que estava a ser exercida por parte dos doadores internacionais, e Moçambique dependia em cerca 80% da ajuda internacional, sendo uma das economias do 3º Mundo mais dependentes (Alden; Simpson, 1993).

As negociações culminaram com a assinatura dos Acordos de Paz, a 4 de Outubro de 1992. O acordo veio pôr fim a 16 anos de Guerra Civil e sinalizar o início do caminho rumo à democratização. Após a assinatura dos Acordos de Paz, assume-se o compromisso de serem realizadas eleições multipartidárias, sob supervisão da Organização das Nações Unidas (ONU). A experiência do que acontecera em Angola, entre a UNITA e o MPLA, levou que a ONU tivesse mais atenção ao processo de Paz em Moçambique, estabelecendo, desse modo, um período preparatório para o processo eleitoral.

A RENAMO aceitou os termos do acordo e organizou-se como um partido político. Após esse período, o País saiu de uma lógica de partido único para uma rede democrática renovada. Chabal e Birmingham (2002) referem que essa transformação para o multipartidarismo está muito associada ao processo de Paz. O que de certo modo tem a sua lógica, uma vez que um dos pontos defendidos pela Renamo era a criação de um sistema multipartidário, em que o povo pudesse escolher os seus dirigentes.

Foram então criados partidos políticos e foram marcadas eleições para 1994. Essas eleições foram realizadas sob o controle dos observadores Internacionais da ONU. É importante ainda realçar que muitos dos novos partidos eram pequenos movimentos nacionalistas que não tinham tido grande peso ou relevância na luta de libertação nacional. Entre 1994 a 2024, ano das últimas eleições gerais, o Partido Frelimo manteve-se no poder.

3.6. O período democrático e a afirmação dos particularismos

Com a promulgação da nova Constituição em 1990, que consagrava o pluralismo social, político e económico, grupos étnicos até então não reconhecidos — ou que assim percebiam sua situação — passaram a reivindicar abertamente sua integração no Estado e nas estruturas de poder. Para evitar a proliferação de partidos étnico-regionais, a legislação passou a exigir que

cada partido tivesse um número mínimo de assinaturas em todas as províncias. Além disso, a Constituição proíbe a criação de partidos com base étnica ou regional.

Um dado relevante é que a maioria dos partidos surgidos nesse novo contexto constitucional era composta por indivíduos oriundos do Norte do rio Save, região historicamente excluída do poder. Muitos desses partidos — especialmente os da Zambézia — passaram a defender o federalismo como solução para uma redistribuição mais equitativa de recursos políticos e económicos, bem como para a inclusão de grupos étnicos marginalizados.

Entre os partidos que defendiam essa proposta destacam-se: União Nacional Moçambicana (UNAMO), Confederação Democrática de Moçambique (CODEMO), Partido Liberal e Democrático de Moçambique (PALMO), Partido Democrático de Moçambique (PADEMO), Partido Nacionalista Federalista (PANAFE), Partido Progressivo e Liberal Federalista das Comunidades Religiosas de Moçambique (PPLFCRM) e o Partido Federal de Moçambique (PAFEMO). Este último teve sua legalização recusada pelo Ministério da Justiça por ser considerado anticonstitucional. (Chichava, 2008; Hanlon, 1993)

Paralelamente, emergiram associações étnico-regionais como a SOTEMAZA (Sofala, Tete, Manica e Zambézia), o Movimento Cívico de Solidariedade e Apoio à Zambézia (MOCIZA), a Associação para o Desenvolvimento de Nampula (ASSANA) e a Associação dos Nativos e Amigos de Maputo (Ngiyana ou Nygana). Curiosamente, muitas dessas associações estavam ligadas a antigos ou futuros dirigentes do partido no poder.

Na Ngiyana, figuravam nomes como Armando Guebuza, Teodato Hunguana, Américo Mfumo e Raúl Honwana. Na SOTEMAZA, destacava-se Pedro Comissário, um Sena de Sofala e alto quadro da Frelimo. No MOCIZA, estavam Hélder Muteia, Abdul Carimo e Pedro Murrima, todos naturais da Zambézia. Essas associações representavam as elites do vale da Zambézia, que por muito tempo se sentiram excluídas do poder. Na ASSANA, destacavam-se Adelaide Amurane, Dionísio Cherewa, Alberto Vaquina e Rosário Mualeia.

O surgimento dessas associações reacendeu os particularismos. A SOTEMAZA, liderada por Pedro Comissário, enviou uma carta ao então Presidente Joaquim Chissano e ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, Pascoal Mocumbi, solicitando a inclusão dos Senas — segundo maior

grupo étnico do país — nas estruturas de poder, como forma de garantir a coesão nacional. Comissário listou dez personalidades da etnia Sena que, segundo ele, estavam aptas a ocupar cargos de direção no Governo, argumentando que sua inclusão poria fim à marginalização e humilhação sofridas por esse grupo.

Esse pedido, o primeiro feito publicamente na história do Moçambique independente, surgiu pouco após conflitos entre Ndaus e Senas na cidade da Beira. O episódio teve como estopim a decisão do arcebispo Dom Jaime Gonçalves (Ndau) de proibir o uso do Xisena nos cultos, favorecendo o Xindau. O conflito, interpretado pelos Senas como discriminação, culminou em confrontos e no fechamento da catedral local por cerca de um ano (1990–1991).

Quanto ao MOCIZA e à ASSANA, o Estado, numa estratégia de reequilíbrio interno, optou por cooptar as elites dessas associações. Temendo que elas, representantes das províncias mais populosas do país, ganhassem força política, o Governo integrou seus dirigentes: Hélder Muteia tornou-se Vice-Ministro e depois Ministro da Agricultura; Abdul Carimo foi deputado e vice-presidente da Assembleia da República; Pedro Murrima assumiu a presidência dos Correios de Moçambique. Na ASSANA, Rosário Mualeia foi nomeado governador de Nampula; Adelaide Amurane tornou-se Vice-Ministra do Trabalho; Dionísio Cherewa foi indicado como candidato da Frelimo à prefeitura de Nampula nas eleições locais de 1998.

Às vésperas das primeiras eleições multipartidárias de 1994, o líder do PADEMO, Wehia Ripua, acusou o partido no poder de praticar “colonialismo doméstico”. Usando a Zambézia como exemplo, denunciou que todos os dirigentes locais eram oriundos do Sul, em detrimento dos “filhos da terra”. Essa crítica não era nova: desde a independência, a Zambézia vinha sendo governada por pessoas do Sul.

Durante visita de Joaquim Chissano à Zambézia, pouco antes das eleições, manifestantes o receberam com faixas que diziam “Chissano: Império de Gaza”, numa referência à “sulização” do poder pela Frelimo. Acredita-se que a manifestação tenha sido organizada pela Renamo, resultando em confrontos com a polícia. Em encontros com a população, Chissano foi questionado sobre a exclusão dos zambezianos, respondendo que “em Moçambique, só havia moçambicanos”.

Na campanha eleitoral, a Renamo defendeu que as províncias fossem governadas por “filhos da terra”, ou seja, por pessoas com afinidades etnolinguísticas com as comunidades locais, como forma de fortalecer a Unidade Nacional. O partido Frelimo, por sua vez, sempre se opôs a essa visão, por considerá-la promotora de tribalismo e regionalismo. No entanto, acabou cedendo, nomeando governadores nativos.

Outra proposta que circulou nos bastidores políticos foi a de que, caso o Presidente fosse do Sul, o Primeiro-Ministro deveria ser do Norte — e vice-versa. Para seus defensores, essa composição do executivo refletiria a diversidade étnica do país, combatendo a hegemonia sulista e promovendo a harmonia e coesão social.

Em 2004, Moçambique realizou suas terceiras eleições no contexto do multipartidarismo. Para contrariar o discurso opositor que afirmava que, desde a independência, o país sempre fora governado por líderes oriundos do Sul, o partido Frelimo apresentou como candidato Armando Emílio Guebuza. A estratégia visava conquistar o eleitorado do Centro e Norte do país, tradicionalmente mais próximo da Renamo. Guebuza foi então apresentado como um candidato do Norte, especificamente da província de Nampula — o maior círculo eleitoral do país.

Embora seus pais fossem originários do Sul, nascidos na Catembe (Maputo), Guebuza nasceu em Murrupula, Nampula, em 1943. Aos cinco anos, sua família foi transferida para Lourenço Marques (atual Maputo), onde se fixou. Guebuza não falava e-makhuwa, língua local de Nampula, e nunca se identificou como macua, mas sim como rongá — grupo étnico do Sul. Inclusive, foi citado como um dos impulsionadores da associação Ngiyana, voltada aos nativos e amigos de Maputo, explicitamente ligada à identidade rongá.

A campanha de Guebuza foi lançada em Nampula, com visita imediata a Murrupula, evidenciando a instrumentalização das identidades étnicas com fins eleitorais. No entanto, foi em 2005 que Moçambique testemunhou um dos episódios mais graves dessa manipulação identitária. Após as eleições municipais intercalares de 21 de maio, motivadas pela morte do presidente do município de Mocímboa da Praia (Cabo Delgado), e vencidas oficialmente por Amadeu Pedro (Frelimo) com 52% contra 47% de Assane Saíde (Renamo), eclodiram violentos confrontos.

Segundo o Observatório da Paz, testemunhas locais relataram que os kimwanes — considerados próximos da Renamo — não aceitaram ser governados por Amadeu Pedro, um maconde natural de Mueda, preferindo Assane Saíde, kimwanne de Mocímboa da Praia. O conflito resultou em doze mortes, cerca de 47 feridos e destruição de várias residências.

As acusações de tribalismo entre os partidos intensificaram-se. Para a Frelimo, a Renamo fomentava o tribalismo para obter ganhos políticos. Já a Renamo acusava a Frelimo de instrumentalizar os macondes para atacar os kimwanes. Segundo seu líder, “a Frelimo estava a utilizar os macondes para atacar os kimwanes.”

Como interpretar tais acusações? Mais do que exclusão baseada em tribo, trata-se de uma disputa por acesso ao Estado e seus recursos, num contexto de escassez. Os macuas de Cabo Delgado, por exemplo, queixavam-se da predominância dos macondes no aparelho estatal. A pergunta recorrente era: “Se todos os postos estão ocupados pelos macondes, onde irão os macuas ‘comer’?”

Nesse contexto, o poder político e o controle do Estado são frequentemente percebidos como caminhos privilegiados para o enriquecimento e a ascensão social. Como observa Christian Coulon, “a etnicidade lê-se muitas vezes não como uma resistência ao Estado, mas como um pedido de acesso ao Estado.” Kabengele Munanga (2016) complementa essa análise ao afirmar que o Estado africano contemporâneo é concebido como espaço de acumulação de riqueza e como detentor do monopólio da verdade. Dado que os recursos essenciais circulam majoritariamente pelas estruturas estatais, o sucesso social passa a depender do acesso à burocracia dirigente e aos seus corredores de influência.

Nesse cenário, os cargos políticos e administrativos tornam-se os pilares de uma hierarquia de privilégios, cuja lógica tende a excluir outros pretendentes. Essa concepção “consumista” da coisa pública frequentemente desemboca em práticas violentas — seja para preservar posições conquistadas, seja para subvertê-las em favor de grupos marginalizados e frustrados.

É imperativo reconhecer que os conflitos étnicos não serão superados enquanto a diversidade continuar a ser encarada como entrave à construção nacional, ao progresso e à consolidação democrática. Experiências como as da Suíça e dos Estados Unidos demonstram que, em

contextos democráticos e multiculturais, a etnicidade pode constituir um vetor legítimo de ação política e de participação cidadã.

A etnicidade pode ser, inclusive, o único meio de grupos excluídos lembrarem ao restante da sociedade que existem. Para que isso ocorra pacificamente, sem que os grupos se vejam como inimigos na disputa pelo poder, cabe aos atores políticos transcenderem suas origens étnicas, demonstrando que valorizar a diferença não implica desigualdade de tratamento ou oportunidades.

O problema não reside na multiplicidade étnica, mas no uso que se faz dela. Quando grupos excluídos denunciam discriminação com base na “tribo”, isso pode expressar sofrimento social, cultural ou simbólico. Ignorar a predominância de certos grupos no poder com discursos como “Em Moçambique só há moçambicanos” pode gerar tensões perigosas.

A ausência de canais pacíficos de contestação frequentemente empurra grupos marginalizados à violência. Muitos dos conflitos étnicos na África contemporânea têm raízes em questões sociopolíticas negligenciadas, abafadas ou mal resolvidas. Os episódios relatados evidenciam que os chamados conflitos “tribais” são, na verdade, manifestações de disputas políticas mais profundas.

Kabengele Munanga (2016) observa que as guerras no continente africano são, em sua essência, civis. No cerne desses embates está a estrutura estatal herdada da colonização — um modelo excludente, centralizador e frequentemente instrumentalizado por elites políticas. Longe de promover inclusão e equidade, esse sistema perpetua desigualdades e intensifica tensões entre grupos que disputam o acesso ao poder e aos recursos públicos.

Enquanto o Estado não for capaz de promover o desenvolvimento e reduzir os desequilíbrios regionais, e enquanto os líderes políticos não transcendam suas identidades tribais, o sentimento de exclusão persistirá. É fundamental que tais questões sejam enfrentadas com seriedade e debatidas abertamente — não evitadas.

Como bem advertiu Abraham Lincoln: “Pode-se enganar a alguns durante muito tempo; pode-se enganar a muitos durante algum tempo; mas não se pode enganar a todos durante todo o tempo.”

Conclusão Geral do Capítulo 3: Democracia na África e em Moçambique

O Capítulo 3 apresentou uma análise crítica e abrangente dos processos de democratização no continente africano, com especial atenção ao caso moçambicano. A partir de uma abordagem comparativa entre diferentes contextos regionais e globais, evidenciou-se que, embora a democracia seja um ideal universalmente almejado, sua concretização depende de condições históricas, culturais, institucionais e socioeconômicas específicas.

Em África, os desafios da consolidação democrática estão profundamente enraizados nos legados do colonialismo, na fragilidade das instituições, nas desigualdades estruturais e na recorrente instabilidade política. Moçambique, inserido nesse cenário, enfrenta o duplo desafio de construir uma democracia funcional e promover um desenvolvimento econômico sustentável, após décadas de conflito armado e centralização do poder.

A análise teórica demonstrou que a democracia não constitui um modelo fechado ou estático, mas sim uma construção histórica e política em constante transformação. Sua capacidade de absorver reformas está diretamente relacionada à correlação de forças sociais, à cultura cívica e à existência de canais institucionais legítimos. A transição democrática moçambicana, marcada por pressões externas e intervenções internacionais, revela avanços importantes, mas também limitações estruturais que exigem enfrentamento profundo e comprometido.

A comparação com outros continentes — Europa, América, Ásia, Oceania e até mesmo a Antártica — reforçou que, apesar das diferenças contextuais, os princípios democráticos como participação, pluralismo, justiça e equidade permanecem como referências universais. A democracia moçambicana, portanto, deve ser pensada a partir de suas especificidades históricas e culturais, sem perder de vista os referenciais teóricos que podem enriquecer sua trajetória.

A construção democrática exige mais do que a realização periódica de eleições: requer inclusão social, fortalecimento institucional, cultura política participativa e respeito aos direitos fundamentais. Moçambique tem diante de si a oportunidade de transformar sua democracia formal em uma democracia substantiva, capaz de responder às demandas reais de seu povo e consolidar um projeto político plural, justo e sustentável.

Apesar dos retrocessos recentes — como o fechamento do espaço cívico denunciado pelo Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE) em 2024 e a crise pós-eleitoral que marcou o país — Moçambique também revela sinais de resiliência. A mobilização da sociedade civil, o engajamento da juventude e os esforços por maior transparência e responsabilização institucional apontam para caminhos possíveis de reconstrução democrática.

As considerações finais deste capítulo reafirmam que a democracia africana não pode ser compreendida apenas pelos parâmetros ocidentais. Ela exige uma leitura situada, que valorize as epistemologias africanas, os sistemas tradicionais de consenso e as dinâmicas culturais locais. As contribuições de Kabengele Munanga e Kwasi Wiredu são fundamentais nesse sentido: Munanga propõe modelos democráticos que dialoguem com os processos de desenvolvimento e identidade nacional africana, enquanto Wiredu defende uma democracia baseada no consenso comunitário, como alternativa às lógicas majoritárias excludentes.

O futuro democrático de Moçambique dependerá da capacidade de seus atores políticos e sociais de construir pontes entre tradição e modernidade, entre participação popular e institucionalidade, entre justiça social e estabilidade política. A democracia em África e em Moçambique não é, portanto, um modelo político importado, mas um processo plural, situado e profundamente enraizado nas experiências históricas e culturais dos seus povos.

CAPÍTULO 4: OPRESSÃO COLONIAL E UNIDADE NACIONAL

4.1. A Opressão Colonial e a Gênese do Conceito de Unidade Nacional

Para Eduardo Mondlane (1995), primeiro presidente da FRELIMO e principal articulador da Unidade Nacional, o tribalismo em Moçambique foi, em parte, fomentado pelo distanciamento entre os colonos portugueses e as populações locais, bem como pela subordinação do país aos interesses da metrópole. Paradoxalmente, foi a própria crueldade do colonialismo que contribuiu para o surgimento de uma consciência coletiva de união e solidariedade entre os moçambicanos. A experiência comum de sofrimento e opressão sob o jugo de um inimigo externo tornou-se o ponto de convergência para a construção de uma identidade nacional.

Em texto escrito em 1964, Mondlane afirma que o nacionalismo moçambicano — assim como grande parte dos movimentos nacionalistas africanos — emergiu diretamente da experiência colonial. Para ele, a principal fonte da unidade nacional reside na vivência compartilhada de dor e resistência ao longo de cem anos de dominação portuguesa. Essa memória coletiva tornou-se o alicerce simbólico da luta pela independência e da edificação de um projeto nacional.

A ideia de Unidade Nacional, que levou tempo a se consolidar, começou a germinar nas zonas urbanas, entre minorias já assimiladas e “destribalizadas”. Essas populações, por estarem mais próximas do aparato colonial, compreendiam que a força do colonialismo residia na desunião dos moçambicanos. Agrupadas em organizações sociais, culturais e desportivas, essas minorias desenvolveram ações políticas sob o disfarce de programas de ajuda mútua (Mondlane, 1995, p. 90).

A esse núcleo inicial somaram-se os esforços de escritores, estudantes do NESAM (Núcleo de Estudantes Secundários Africanos de Moçambique), operários em greve e movimentos cooperativos nas zonas rurais — com destaque para a resistência da população de Mueda, em Cabo Delgado. Embora essas iniciativas atuassem de forma isolada e fossem facilmente reprimidas, elas revelaram a importância estratégica da unidade como condição essencial para enfrentar o colonialismo.

Mesmo os três movimentos nacionalistas criados nos países vizinhos, fora do alcance da PIDE, não lograram êxito significativo enquanto atuaram separadamente. Com o apoio de líderes pan-africanistas como Julius Nyerere (Tanganica) e Kwame Nkrumah (Gana), e sob a coordenação da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas (CONCP), esses movimentos uniram-se em 1962, dando origem à FRELIMO. No 1º Congresso da organização, Eduardo Mondlane foi eleito presidente, e a Unidade Nacional foi definida como condição primeira para a vitória dos moçambicanos (Mondlane, 1995).

Os fundamentos teóricos que influenciaram a concepção de Unidade Nacional inscrevem-se tanto na visão pan-africanista — que defendia a unidade continental como imperativo político para garantir a soberania africana (Machili, 1995) — quanto no pensamento moderno, marcado por uma visão dicotômica e evolucionista (Ngoenha, 2010). Para a modernidade, os africanos eram vistos como primitivos, carentes de civilização, devendo ser introduzidos no modo de vida ocidental.

Se, por um lado, o Estado moçambicano se opunha à colonização e à discriminação racial, por outro, reconhecia na modernidade certos valores considerados indispensáveis para a construção de uma sociedade civilizada. Do ponto de vista sociocultural, entendia-se que era necessário substituir os valores tradicionais moçambicanos, considerados obstáculos à ciência e ao progresso (Ngoenha, 2000). Politicamente, a transição das identidades étnicas para uma identidade nacional era vista como condição fundamental para a constituição de um Estado-nação homogêneo.

Em nome da construção de um Estado moderno e coeso, justificaram-se a concentração e o monopólio do poder pelo partido libertador, bem como a imposição de uma identidade nacional única, em oposição às identidades étnicas. A Unidade Nacional não brotou da partilha de uma base cultural comum ou de uma vontade deliberada dos povos, mas sim como uma estratégia de sobrevivência. Foi o próprio colonialismo que, inadvertidamente, forçou a unidade dos moçambicanos.

Essa unidade política foi entendida como a convergência de todos os moçambicanos oprimidos ou contrários à opressão, sob a liderança de um único partido, pela causa da libertação da terra

e dos homens. A diversidade étnica, tolerada pelo regime colonial e vista por Mondlane como promotora do tribalismo, foi considerada o principal obstáculo à unidade nacional. Essa ideia foi retomada com vigor por Samora Machel e permaneceu como eixo central da política moçambicana até a instauração da democracia multipartidária.

4.2. Unidade nacional como homogeneidade

Durante a luta de libertação nacional, adotou-se uma forma de multiculturalismo assimilacionista, que consistia em reunir combatentes de diferentes regiões e grupos etnolinguísticos nas mesmas unidades militares, promovendo danças e cantos oriundos de diversas partes do país. A intenção, contudo, não era valorizar a diversidade cultural, mas sim proteger esses grupos contra manifestações de etnicidade que pudessem surgir internamente ou ser exploradas pelo inimigo (Mondlane, 1995; Cabaço, 2007).

Nesse contexto, qualquer reivindicação ou simples referência de natureza étnica era severamente reprimida, sendo interpretada como promoção do tribalismo e, portanto, uma afronta à unidade nacional (Meneses, 2009). Embora se reconhecesse o peso da tradição na vida das pessoas, ela foi combatida com todos os meios disponíveis. Quando reapropriada, apenas valores e práticas compatíveis com os princípios da modernidade eram preservados.

Estabeleceu-se, assim, uma distinção entre práticas consideradas reacionárias — como a poligamia, o alcoolismo, o lobolo e o curandeirismo — e aquelas tidas como revolucionárias, alinhadas ao projeto da nova sociedade, como os sistemas de produção e troca, a solidariedade e as expressões artísticas (Cabaço, 2007). Como observa Lundin (1995), muitas práticas do universo sociocultural moçambicano foram rotuladas como obscurantistas e combatidas. Da cultura local, restou apenas o que os antropólogos classificam como folclore — por exemplo, danças utilizadas para recepção de dignitários ou festivais públicos (Lundin, 1995, p. 438).

Os líderes tradicionais também foram estigmatizados e excluídos, por serem associados aos dois grandes inimigos da revolução: a tradição e a administração colonial. Durante a luta de libertação, o relacionamento entre o partido e os líderes tradicionais foi marcado por conflitos

sobre a gestão social e económica nas zonas libertadas. Esse embate foi interpretado como resultado de divergências ideológicas: de um lado, a ala revolucionária; de outro, líderes que buscavam transformar a liberdade em oportunidade de enriquecimento pessoal às custas do povo.

Identificados com o sistema opressor, os líderes tradicionais passaram a ser considerados “inimigos internos” de natureza ideológica, a menos que provassem sua desvinculação com o poder linhageiro e as práticas coloniais. O combate a esses líderes era visto como essencial para a construção do “Homem Novo” (Cabaço, 2007, p. 408).

Desde cedo, Mondlane (1995, p. 129) sustentava que o poder dos chefes tribais, embora funcional na sociedade pré-colonial, não atendia às exigências de um Estado moderno. Segundo ele, esse poder trazia consigo valores negativos herdados do colonialismo, como o feudalismo, o autoritarismo e o elitismo. Por isso, ao contrário do sistema colonial de dupla administração, o novo Estado em construção deveria abrigar apenas um poder centralizado.

Nesse cenário, os chefes tradicionais, considerados os principais rostos do tribalismo, foram equiparados ao sistema colonial e combatidos com igual intensidade. Acusados de colaboracionismo e de representar a mentalidade colonial, tiveram seus poderes confiscados, inicialmente em favor dos Grupos Dinamizadores e, posteriormente, dos Secretários de Bairro.

Conclusão Geral do Capítulo 4: Opressão Colonial e Unidade Nacional

O Capítulo 4 evidenciou como a opressão colonial portuguesa em Moçambique não apenas fragmentou as estruturas sociais e culturais locais, mas também, paradoxalmente, serviu de catalisador para o surgimento de uma consciência coletiva de resistência e unidade. A experiência comum de sofrimento sob o domínio colonial tornou-se o alicerce simbólico da luta pela independência e da construção de uma identidade nacional.

A Unidade Nacional, longe de ser fruto de uma base cultural homogênea ou de uma vontade espontânea dos povos, foi concebida como uma estratégia política de sobrevivência e

libertação. A formação da FRELIMO, com o apoio de líderes pan-africanistas e da CONCP, consolidou essa unidade como condição essencial para a vitória contra o colonialismo.

Contudo, a construção da unidade nacional implicou também a imposição de uma identidade única, em detrimento das identidades étnicas e das práticas culturais tradicionais. Durante a luta de libertação e nos primeiros anos do Estado independente, adotou-se uma abordagem assimilacionista que marginalizou líderes tradicionais e rotulou práticas culturais como obscurantistas, em nome da modernidade e da construção do “Homem Novo”.

A análise revelou que a Unidade Nacional foi simultaneamente um instrumento de coesão e de exclusão, marcada por tensões entre diversidade e homogeneidade, entre tradição e modernidade. A sua permanência como valor político exige, hoje, uma reflexão crítica sobre os limites da uniformização identitária e os desafios da inclusão plural num Estado democrático e multicultural.

CAPÍTULO 5: ÉTICA GOVERNATIVA

5.1. Tirania Governativa

O

O governo é a organização que exerce autoridade sobre uma unidade política; é o aparato pelo qual o corpo governante funciona e regula a sociedade. Em geral, o termo designa a instância máxima da administração executiva, reconhecida como a liderança de um Estado ou nação. Os Estados podem apresentar diferentes níveis de governo, conforme sua organização política: municipal, regional, estadual ou nacional.

No direito administrativo contemporâneo, governo é entendido como o núcleo diretivo do Estado, sujeito à alternância por meio de eleições e responsável pela gestão dos interesses públicos e pelo exercício do poder político. Essa concepção, amplamente difundida na tradição ocidental, também encontra ressonância em debates africanos sobre governança, como os de Elísio Macamo, que propõe uma reflexão sobre a legitimidade do poder a partir das práticas sociais e culturais locais.

5.1.1. Chefe de Estado versus Chefe de Governo

O termo “governo” ou “gabinete” costuma designar o conjunto de dirigentes executivos do Estado, como os ministros — daí a expressão “Conselho de Ministros”. Quando o chefe de Estado não acumula a função de chefe de governo, há uma separação clara de poderes. No Reino Unido, por exemplo, o chefe de Estado é o Rei Carlos III, enquanto o chefe de governo é o primeiro-ministro Rishi Sunak.

Em geral, o chefe de governo é responsável pela escolha dos ministros, pela administração do Estado e pela articulação com o Parlamento. Já o presidente ou monarca que exerce apenas a função de chefe de Estado assume responsabilidades diplomáticas e atua como moderador entre as forças políticas, promovendo o aperfeiçoamento institucional.

5.1.2. Organização dos Governos

É importante distinguir entre forma de governo, sistema de governo e regime político. A forma

de governo refere-se à estrutura política que define como o Estado exerce o poder sobre a sociedade. O sistema de governo diz respeito à divisão interna do poder. Já o regime político expressa a relação entre o governante e o exercício da autoridade, podendo variar entre autoritarismo, democracia ou outras configurações.

Autores como Severino Ngoenha têm contribuído para ampliar essa discussão, ao propor que a ética governativa em contextos africanos deve considerar não apenas a estrutura formal do poder, mas também os valores comunitários e os mecanismos tradicionais de mediação e liderança.

5.1.3. Formas de Governo

As formas de governo mais comuns no mundo contemporâneo são a monarquia e a república. Na monarquia, uma família real liderada por um rei ou rainha exerce o poder. Até o século XVIII, predominava na Europa a monarquia absolutista, em que o monarca detinha poderes ilimitados. Na república, o governante é eleito por um período determinado. Na ausência de governo, tem-se o anarquismo.

Embora essas classificações sejam úteis, é necessário reconhecer que em muitos países africanos, inclusive Moçambique, a construção do Estado moderno envolveu a adaptação dessas formas às realidades locais, muitas vezes ignorando ou suprimindo sistemas tradicionais de autoridade que coexistiam com o Estado formal.

5.1.4. Sistemas de Governo

Segundo Mossé (1969), os principais sistemas de governo são:

Parlamentarismo – O chefe de Estado não é eleito pelo povo e exerce poderes constitucionais apenas mediante solicitação do governo. O governo responde politicamente ao parlamento, que pode forçar sua demissão por meio de moções de censura ou rejeição de confiança. O chefe de Estado desempenha papel cerimonial, enquanto o chefe de governo — geralmente o primeiro-ministro — conduz os negócios do Estado. Exemplos incluem Reino Unido, Suécia, Espanha, Itália, Canadá, Alemanha, Japão, Austrália, Índia e África do Sul.

Presidencialismo – A mesma pessoa exerce as funções de chefe de Estado e chefe de governo. Baseia-se na teoria da separação dos poderes, desenvolvida por Montesquieu em *O Espírito das Leis* (1748). Os poderes são independentes, e o presidente é eleito por voto direto ou indireto. Países que adotam esse modelo incluem Estados Unidos, Brasil, México, Indonésia, Coreia do Sul, Angola e Turquia.

Semipresidencialismo – Conceito desenvolvido por Maurice Duverger em *Échec au Roi* (1978), define um sistema em que o chefe de Estado é eleito pelo povo e exerce poderes relevantes, enquanto o governo é responsável perante o parlamento. Difere do parlamentarismo por conferir ao chefe de Estado prerrogativas políticas significativas, e do presidencialismo por manter a responsabilidade parlamentar do governo. Esse modelo é adotado por França, Portugal, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Moçambique, Romênia, Rússia, Timor-Leste e Ucrânia.

A escolha de um sistema de governo não é apenas uma questão constitucional, mas também ética e cultural. Em contextos africanos, como argumenta Achille Mbembe, é fundamental considerar os legados coloniais e as formas locais de autoridade e representação, para que a governança seja não apenas legítima, mas também enraizada nas práticas sociais e históricas dos povos.

5.1.5 Regime político

No mundo contemporâneo, a democracia tem se consolidado como um dos regimes mais reivindicados pelas populações, especialmente em contextos de transição política e busca por justiça social. A seguir, apresentam-se algumas das principais formas de regime político, com suas características essenciais:

- Autoritarismo – Caracteriza-se pela centralização do poder nas mãos do Estado, geralmente em uma república ou união. O controle é exercido por legisladores não

eleitos, que podem permitir certo grau de liberdade individual. Trata-se de um comportamento institucional em que se excede o exercício da autoridade, frequentemente confundido com o despotismo. Em contextos africanos, como observa Elísio Macamo, o autoritarismo pode se manifestar sob formas híbridas, onde a legitimidade é negociada entre estruturas formais e práticas sociais locais.

- Democracia – O poder de tomar decisões políticas está nas mãos dos cidadãos, direta ou indiretamente, por meio de representantes eleitos. A democracia pode existir em sistemas presidencialistas, parlamentaristas, republicanos ou monárquicos. Para Achille Mbembe, a democracia africana deve ser pensada não apenas como modelo institucional, mas como prática cultural e ética, enraizada na pluralidade dos saberes e na memória coletiva dos povos.
- Despotismo – O governo é exercido por um líder carismático, reconhecido como salvador pela população. O despotismo não depende da força do governante, mas da fragilidade da sociedade em se expressar e autogovernar. Segundo Montesquieu, o despotismo é marcado pela ausência de leis e pela arbitrariedade do poder.
- Ditadura – Trata-se de um governo autoritário e antidemocrático, no qual o líder exerce repressão sistemática. A ditadura suprime liberdades civis e políticas, concentrando o poder em uma figura ou grupo que governa sem controle institucional.
- Oligarquia – O poder político está concentrado em um pequeno grupo de pessoas, geralmente distinguido por nobreza, riqueza, laços familiares, influência empresarial ou poder militar. Em muitos casos, o controle é hereditário, perpetuando desigualdades estruturais.
- Plutocracia – O poder é exercido pelas pessoas mais ricas, que influenciam diretamente as decisões políticas e econômicas. A plutocracia representa a captura do Estado por interesses privados, comprometendo a equidade democrática.
- Teocracia – As ações políticas, jurídicas e policiais são subordinadas às normas de uma religião. O poder pode ser exercido diretamente pelos clérigos ou por leigos sob

controle religioso. Sua forma corrompida é conhecida como clerocracia, marcada pela instrumentalização da fé para fins políticos.

- Tirania – O chefe de governo exerce poder ilimitado, embora mantenha a aparência de representar a vontade popular. A tirania é caracterizada pela supressão de direitos e pela concentração extrema de poder.
- Totalitarismo – O Estado é controlado por uma única pessoa, partido ou classe, sem reconhecer limites à sua autoridade. O totalitarismo busca regulamentar todos os aspectos da vida pública e privada, combinando autoritarismo com uma ideologia dominante. Segundo Lane (2014), regimes totalitários mantêm o poder por meio de propaganda estatal, culto à personalidade, controle da economia, censura, vigilância em massa e uso sistemático do terrorismo de Estado.

Essas categorias ajudam a compreender os diferentes modos de exercício do poder, mas devem ser analisadas à luz das realidades históricas e culturais de cada sociedade. Em África, por exemplo, os regimes políticos não podem ser plenamente compreendidos sem considerar os legados coloniais, as formas tradicionais de autoridade e os processos de resistência que moldaram as práticas de governança.

5.1. Ética Governativa

Os partidos políticos, enquanto grupos organizados em torno de uma ideologia, influenciam ou ocupam o poder político em Estados politicamente estruturados. No parlamentarismo, o presidente ou secretário-geral do partido que obtém maioria no Parlamento geralmente assume o cargo de chefe de governo. Já no presidencialismo, a eleição para presidente da república constitui o eixo central da política, em torno do qual se articulam as estratégias partidárias e os movimentos políticos.

Na prática, é raro que um candidato se eleja sem o apoio de um partido político. Embora candidatos independentes teoricamente tenham maior liberdade para defender posições sem

compromissos programáticos, essa autonomia é frequentemente limitada pelas exigências do sistema político. Os políticos filiados a partidos precisam alinhar suas decisões às diretrizes partidárias, o que nem sempre corresponde às suas convicções pessoais. A chamada infidelidade partidária ocorre quando um político se distancia das expectativas do partido, sendo penalizado com a retirada de apoio.

Em regimes autoritários, os partidos políticos são frequentemente inexistentes ou limitados a um sistema de partido único (unipartidarismo), bipartidarismo ou, em casos raros, pluripartidarismo controlado. A ética governativa nesses contextos é marcada pela centralização do poder e pela supressão da pluralidade política.

Melissa Lane (2014) observa que a política constitui um espectro de possibilidades de poder, definindo as relações entre os seres humanos e os objetivos que se propõem alcançar. Em um extremo, encontra-se a busca pela conquista do poder, conforme a máxima de Lenine: “Quem domina quem?”. No outro extremo, vislumbra-se o ideal de um regime de cidadãos livres e iguais perante a lei, capazes de decidir e agir segundo regras e princípios compartilhados.

Nenhum regime político detém o monopólio absoluto dessas práticas, que evoluíram ao longo da história em múltiplas formas. Há mais de dois milênios, pensadores como Aristóteles, Cícero e Platão desenvolveram teorias que influenciam até hoje a concepção de ética política. Os gregos e romanos criaram uma terminologia que permanece viva no discurso político contemporâneo, especialmente no que diz respeito à autogovernança, justiça e igualdade.

A filosofia política clássica não apenas especulou sobre práticas de governo, mas também promoveu debates teóricos sobre os princípios que sustentam a vida pública. Por isso, o pensamento político da Antiguidade é reconhecido como um repositório valioso para compreender e debater questões permanentes da política e do direito.

Elegemos Aristóteles como figura central nesta discussão, por sua contribuição à ética política e por sua capacidade de articular filosofia e ciência. Contudo, é igualmente importante destacar a vitalidade da tradição clássica como fonte de inspiração para novas formas de convivência política.

Segundo Raafub (2013), os gregos e romanos deram uma interpretação política singular a ideais como liberdade, lei e ordem. Construíram sua concepção do “político” com base em práticas igualitárias de poder — ainda que restritas aos cidadãos reconhecidos — e em desígnios coletivos como justiça, bem-estar, liberdade e igualdade.

A valorização da participação cidadã era central: os indivíduos eram chamados a deliberar sobre temas cruciais como guerra e paz, atribuição de cidadania, defesa do território e uso de recursos públicos. Essa ética da responsabilidade cívica permanece como referência para os debates contemporâneos sobre governança.

No entanto, afirmar a relevância do pensamento greco-romano exige reconhecer os limites impostos pelo distanciamento histórico e pela escassez de testemunhos. A descontinuidade histórica, as transformações sociais e culturais, e a perda de identidades étnicas e culturais dificultam uma abordagem segura do mundo antigo. A ruptura da unidade cultural do Mediterrâneo e o surgimento do liberalismo moderno — com pensadores como Bacon, Descartes, Hobbes, Spinoza e Locke — redefiniram os fundamentos da ordem política e da liberdade humana, agora ancorados na racionalidade científica e na fé no progresso.

Para enriquecer esse debate, é essencial incorporar vozes africanas que também refletem sobre ética e poder. Severino Ngoenha propõe uma ética da libertação, centrada na dignidade humana e na responsabilidade coletiva. Achille Mbembe, por sua vez, questiona os limites da soberania e da racionalidade política no contexto pós-colonial africano. Kwasi Wiredu defende uma democracia baseada no consenso, inspirada nas práticas tradicionais africanas, como alternativa à lógica majoritária ocidental.

Essas contribuições ampliam o horizonte da ética governativa, permitindo que o pensamento político africano dialogue com a tradição clássica e com os desafios contemporâneos da governança democrática.

Daí a valorização das faculdades intelectuais dos cidadãos, não necessariamente de natureza epistemológica ou filosófica, mas sim das capacidades práticas que lhes permitiam usar a razão para reconhecer os problemas que lhes eram colocados. Ponderar, julgar e deliberar, de acordo com os seus próprios interesses e com os das comunidades a que pertenciam, era parte essencial

da cidadania ativa. A esta responsabilização do cidadão comum, investido do estatuto de decisor político, subjaz um conceito cívico de virtude mais robusto do que aquele que encontramos em épocas posteriores — desde a literatura patrística até aos representantes do liberalismo moderno, como Hobbes, Spinoza e Locke, e aos pensadores contemporâneos como John Rawls, Robert Nozick e Judith Shklar.

Contudo, os antigos também se dedicaram à análise dos vícios que corrompem a vida política: cobardia, ganância, desonestidade, autoindulgência e falta de discernimento. Os teóricos gregos e romanos não hesitavam em criticar os membros do corpo político cujas ações eram consideradas prejudiciais à saúde do Estado e ao bem-estar dos cidadãos.

Nesse contexto, Balot (2013) observa que as virtudes comerciais modernas seriam vistas como calculistas e interesseiras pelos antigos. Seriam catalogadas como vícios — ganância (pleonexia ou avaritia), autoindulgência (akolasia) — ou como atitudes egoístas que desviam o cidadão do bem comum. Nas pequenas comunidades políticas do mundo greco-romano, a orientação cívica era essencial para a prosperidade material, a segurança militar e o bem-estar coletivo.

O pensamento político dos antigos era, portanto, de natureza pragmática. A sensibilidade ética dos filósofos não se limitava à criação de Estados utópicos, mas envolvia a educação e o aperfeiçoamento do carácter como elementos fundamentais para a realização individual e coletiva dentro da polis. Essa concepção encontra eco em pensadores africanos como Severino Ngoenha, que defende uma ética da libertação centrada na dignidade humana e na responsabilidade comunitária, e Kwasi Wiredu, que propõe uma ética do consenso como base para a construção política.

Antes de abordar diretamente a ética política em Aristóteles, é necessário compreender seu conceito de virtude. Ao contrário de Platão, que defendia uma noção absoluta e abstrata de virtude — derivada da sua Teoria das Ideias — Aristóteles argumenta que a virtude não se alcança pelo conhecimento, mas pela prática. Para ele, não há uma filosofia da ética no sentido especulativo: o comportamento virtuoso nasce da imitação, da disciplina e do hábito.

O filósofo pode, no máximo, esclarecer os pensamentos daqueles que já são virtuosos. Como afirma na *Política*: “Enganam-se os que, de modo genérico, se referem à virtude como ‘boa disposição da alma’, ‘conduta correta’ ou algo semelhante. Melhor fora que se limitassem, como Górgias, a enumerar as virtudes, em vez de avançarem com tais definições.” Na *Ética a Nicômaco*, Aristóteles insiste: “É correto dizer que o justo se torna justo por realizar ações justas, e o temperado se torna temperado por realizar ações temperadas.”

Assim, para Aristóteles, as pessoas virtuosas não agem segundo uma ideia abstrata ou uma lei moral universal. Agem conforme as circunstâncias e suas disposições internas. A virtude é uma disposição permanente do caráter, adquirida por meio da habituação. A ética, portanto, não é sinônimo de etnia, mas sim uma explicação das ações humanas. Como o próprio nome sugere, ética é disposição, hábito ou caráter — manifestado por meio de virtudes ou vícios.

As virtudes são hábitos adquiridos pela prática. “Fazer é aprender”, diz Aristóteles: os construtores tornam-se construtores construindo, os músicos tornam-se músicos tocando. Da mesma forma, tornamo-nos justos praticando ações justas e corajosos realizando atos de coragem. As pessoas não nascem virtuosas; tornam-se virtuosas pela disciplina. Evitam más ações não por vergonha, mas pelo temor das consequências.

A excelência ética é aprendida como qualquer outra habilidade: pela repetição e pelo exercício. Há, contudo, indivíduos que, por uma disposição natural ou divina, possuem uma propensão para o bem, que é ativada pela prática. A virtude, nesse sentido, não surge por natureza, mas por nossa capacidade de acolhê-la e aperfeiçoá-la.

A virtude é entendida como excelência funcional. O critério para avaliá-la é a relação entre o fim alcançado (telos) e o fim ideal pretendido. As pessoas são virtuosas na medida em que realizam seu potencial humano. Aristóteles afirma que a especificidade do ser humano é sua capacidade de pensar, e que sua virtude natural é a excelência intelectual. Em paralelo, existem as virtudes morais — justiça, coragem, temperança — que devem ser vistas como parte da aspiração suprema do ser humano: alcançar a felicidade.

Para Aristóteles, a felicidade não é consequência da prática da virtude, mas está contida nela. Assim como a saúde é bem-estar, a virtude é satisfação. A ética da virtude aristotélica,

portanto, difere das modernas teorias morais baseadas na lei: ela foca no caráter, não nos resultados; em ser bom, mais do que em fazer o bem.

Uma boa ação não deve ser avaliada por padrões externos de moralidade, mas pela disposição do caráter de quem a pratica. O que torna uma ação boa é o fato de ser realizada por uma pessoa virtuosa — pois nasce do agir repetido em conformidade com uma disposição ética.

A articulação entre ética e política é central no pensamento grego. Como Hedrick (2013, p. 432) observa, de Homero a Tucídides, a virtude era entendida como competição, cujo objetivo era alcançar o poder. Com o movimento sofístico, a virtude passou a significar excelência de caráter. Tucídides reconhece que a solidariedade e a confiança só são possíveis com a presença da virtude.

Platão defendia que o legislador deveria não apenas governar, mas tornar os cidadãos melhores. Xenofonte, em sua biografia de Agesilau, afirma que o rei de Esparta se orgulhava mais de governar a si mesmo do que aos outros. Ele aspirava a conduzir seu povo no caminho da virtude. Aristóteles, por sua vez, reforça que não basta conhecer a excelência — é preciso possuí-la e aplicá-la.

Ao eleger como horizonte especulativo o estudo das disposições de caráter orientadas para o bem — ou seja, a condição da possibilidade de o ser humano agir de modo excelente — a ética aristotélica configura-se como um prólogo fundamental à teoria política. Como o próprio Aristóteles afirma, “mesmo que haja um único bem para cada indivíduo em particular e para todos, em geral, num Estado, parece que obter e conservar o bem pertencente a um Estado é obter e conservar um bem maior e mais completo”. O bem coletivo, segundo ele, é mais belo e mais próximo do que é divino.

A investigação ética, portanto, tem um escopo político: “os legisladores tornam os cidadãos bons habituando-os a agir bem — esse é, de resto, o seu propósito. E todos os legisladores que não tiverem em mente esse propósito erram. É nisto, precisamente, que se distingue uma boa constituição política de uma má.” No início da *Ética a Nicômaco*, Aristóteles interroga-se sobre qual seria, entre todas as ciências humanas, aquela que tem como objeto o supremo bem. Ele

conclui que se trata da ciência política, pois o bem supremo a ser alcançado pelo ser humano é a felicidade.

A felicidade, para Aristóteles, é “uma certa atividade da alma de acordo com uma excelência completa”. Ética e política são, assim, dimensões interdependentes: a ética fornece os princípios normativos que orientam a ação política, enquanto a política cria as condições institucionais para a realização da vida virtuosa.

De acordo com Depew (2013, p. 400), a ética não está subordinada à política, nem é superior a ela. Para Aristóteles, a ética é a política em seu aspecto mais normativo — o conjunto de virtudes morais que os cidadãos devem cultivar e as normas de justiça que devem respeitar. A felicidade individual depende da aquisição de hábitos e valores que só podem ser promovidos por meio da educação e da socialização, principais responsabilidades do legislador.

A lei, nesse sentido, não apenas regula, mas educa: “obriga a viver de acordo com cada excelência em particular e proíbe agir segundo cada forma particular de perversão”. O legislador deve assegurar que os cidadãos se tornem bons, identificar as atividades que produzem esse resultado e definir o fim da vida melhor.

Além disso, Aristóteles dedica atenção às formas de amizade (livros VIII–IX), aos tipos de prazer e às atividades de lazer (livro X), incluindo as artes e os saberes, por reconhecer que esses elementos influenciam diretamente a formação do caráter e a possibilidade de alcançar a felicidade. Os quatro tópicos — virtude, justiça, amizade e prazer — constituem, portanto, respostas éticas à questão da felicidade e reforçam a interligação entre ética e política.

Essa interligação é também relevante para comunidades africanas, como as moçambicanas, onde a ética governativa deve considerar os valores locais, os saberes tradicionais e os princípios de convivência comunitária. Kwasi Wiredu propõe que a ética política africana seja baseada no consenso e na deliberação coletiva, enquanto Severino Ngoenha defende uma ética da libertação, centrada na dignidade humana e na emancipação dos povos.

Para Aristóteles, o que distingue o ser humano dos demais animais gregários é a fala — o logos. “O ser humano é, por natureza, um animal político... e só ele possui a palavra.” Essa

capacidade de produzir discurso articulado permite-lhe interagir com os outros por meio de redes comunicativas linguísticas, sociais e culturais. “Quem for incapaz de se associar ou não sente essa necessidade por causa da sua autossuficiência, não faz parte de qualquer cidade — será um bicho ou um deus.”

O homem solitário, segundo Aristóteles, é a criatura mais ímpia e selvagem. Suas inclinações naturais convertem-se em amor pela violência, e sua inteligência, em instrumento de busca dos prazeres animais. Sem família, lei ou lar, torna-se um ser temível. É a comunidade dos sentimentos — do justo e do injusto, do bem e do mal — que produz a família e a cidade.

Essa visão antropológica tem implicações éticas profundas. A socialização é imperativa, pois os princípios fundamentais — nobreza, justiça, perícia política — são adquiridos por meio de práticas e processos de habituação que só têm lugar na polis. O jovem torna-se virtuoso ao interiorizar os valores do bem e da virtude. Essa interiorização confere estabilidade aos cidadãos, permitindo-lhes enfrentar melhor as adversidades.

A atividade política exige discernimento e reflexão. É nesse ponto que, segundo Aristóteles, os gregos se distinguem dos povos bárbaros, cujo nível de raciocínio e interação comunicativa é limitado. Ele também defende que os bens exteriores — saúde, riqueza, segurança — são consequência da busca pelos bens da alma, e não o contrário: “não se adquirem e conservam virtudes através de bens exteriores, mas sim bens exteriores mediante virtudes”.

O bem comum é, portanto, o objetivo mais nobre da comunidade política. Sua estabilidade depende do espírito de união entre os cidadãos. A ausência desse espírito coletivo, como observa Aristóteles, torna as sociedades vulneráveis a ameaças externas.

Segundo Depew (2013, p. 405), Aristóteles é um perfeccionista moral: acredita que a maioria dos cidadãos pode ser educada por meio de bons costumes e leis para alcançar a “virtude perfeita”. Um traço peculiar de sua moral filosófica é considerar que o autodomínio não expressa plenamente as capacidades humanas. Os homens bons e os cidadãos excelentes, segundo ele, são tão comprometidos com princípios éticos que aceitam voluntariamente a moderação nos prazeres, tratam os outros com generosidade e justiça, e participam de atos públicos — inclusive bélicos — sem coação.

Essa visão ética da política e política da ética tem implicações morais profundas. Para Aristóteles, as intuições morais não são inatas, embora reconheça que “a avareza humana é insaciável”. Ele não vê a natureza humana como um repositório de impulsos patológicos, mas como um modo de ser adquirido. Na *Ética a Eudemo*, reconhece que as disposições virtuosas se orientam para o que é intrinsecamente bom, justo e nobre.

Para Aristóteles, “a natureza de uma coisa é o seu *physis*, já que, sempre que o processo de gênese de uma coisa se encontra completo, é a isso que chamamos a sua natureza — seja de um homem, de um cavalo ou de uma casa.” Assim, a espécie humana define-se em função dos *physis* que suas capacidades têm o poder de ativar. O conceito de moral, portanto, depende de um treino contínuo voltado à aquisição de bons princípios, por meio da prática e da habituação.

Essa “moral prática” e a visão teleológica aristotélica repercutem diretamente na sua teoria política. Na obra *Política*, Aristóteles define a cidade como uma comunidade completa, formada a partir de várias aldeias, que atinge o máximo de autossuficiência. Inicialmente criada para preservar a vida, a cidade subsiste para assegurar a vida boa. Por isso, afirma: “toda cidade existe por natureza.”

A polis, entendida como forma de vida humana em sua dimensão social, pertence ao conjunto dos entes naturais, pois seu princípio de ser decorre de um processo de desenvolvimento orgânico. A comunidade é constituída por uma rede múltipla, transgeracional e permanente de relações entre os seus membros. A cidadania decorre do direito de participar nos cargos deliberativos e judiciais da cidade, e os laços entre os cidadãos se fortalecem pela entrega ao bem comum, assegurada por deliberações públicas.

A autossuficiência e o lazer são os telos das relações de convivência, e não apenas meios de sobrevivência. Por isso, Aristóteles considera a autossuficiência econômica como um efeito positivo, mas não como o fim último da vida na polis. De acordo com Depew (2013, p. 408), essa distinção é fundamental: só num espaço público de deliberação, onde os meios e os fins são discutidos, é possível reconhecer que a segurança econômica é um meio para alcançar o bem-estar coletivo. Quando essa condição é satisfeita, a comunidade pode dedicar-se à criação de uma esfera de lazer que permita aos cidadãos e suas famílias desfrutar dos tempos livres.

A noção de que a riqueza deve estar limitada aos fins que a justificam protege a cidade dos riscos de excessos e da desagregação. Aristóteles estabelece, também, a distinção entre viver e viver bem. O salto qualitativo entre o descanso após o trabalho e a busca por formas elevadas de lazer — como atividades cívicas, artísticas, religiosas, filosóficas e científicas — define o projeto ético-político da polis.

Sendo a polis uma entidade natural, ela representa o ponto máximo do desenvolvimento cívico e social. Como afirma Aristóteles, “a natureza não faz nada ao desbarato.” A causa eficiente da polis não é apenas a busca por sobrevivência, mas o impulso positivo dos animais políticos em maximizar atividades de lazer compartilhadas com os demais membros da comunidade.

Podemos, assim, sintetizar as traves-mestras do pensamento aristotélico no campo da ética política:

1. A cultura do mérito e da excelência é alcançada por meio da aprendizagem prática, convertida em ação realizada.
2. O horizonte ético está intimamente ligado à dimensão prática do ser humano.
3. O fim último da existência humana é a felicidade.
4. É na polis que o ser humano realiza esse projeto de vida.

Eliminar o pensamento político clássico dos debates contemporâneos seria um erro lamentável. Os antigos captaram verdades universais sobre a psicologia política e o caráter social dos seres humanos. Seus textos continuam a oferecer instrumentos teóricos indispensáveis para enriquecer a consciência política moderna.

Os escritos clássicos falam-nos, em sua própria linguagem, de questões permanentes da vida política e confrontam-nos com problemas universais. A distância temporal que nos separa deles torna sua leitura ainda mais instigante e provocadora, revelando que, apesar das transformações históricas, os fundamentos da ética governativa permanecem vivos e relevantes.

Conclusão Geral do Capítulo 5: Ética Governativa

O Capítulo 5 apresentou uma reflexão profunda sobre os fundamentos da ética governativa, articulando tradições clássicas do pensamento político ocidental — especialmente a filosofia de Aristóteles — com desafios contemporâneos da liderança, da cidadania e da construção do bem comum. A ética, entendida como prática e disposição de caráter, revela-se como elemento central na formação de cidadãos virtuosos e na consolidação de regimes políticos justos e estáveis.

A análise mostrou que, para Aristóteles, a virtude não é uma abstração, mas uma excelência funcional adquirida por meio da prática constante e da educação cívica. A felicidade, como fim último da existência humana, só pode ser plenamente alcançada na polis, espaço natural de convivência, deliberação e realização coletiva. A política, nesse sentido, não é apenas técnica de governo, mas expressão da vida ética em comunidade.

Ao longo do capítulo, também se evidenciou que a ética governativa não pode ser pensada apenas a partir de modelos ocidentais. Pensadores africanos como Severino Ngoenha, Kwasi Wiredu e Achille Mbembe ampliam esse horizonte ao propor epistemologias que valorizam o consenso, a dignidade humana e os saberes locais. A ética política, nesses contextos, é inseparável da história, da cultura e da luta pela emancipação.

A interligação entre ética e política, entre caráter e governança, entre virtude e cidadania, permanece como um dos pilares fundamentais para a construção de sociedades justas, inclusivas e sustentáveis. Recolher os ensinamentos dos antigos e dialogar com as vozes africanas contemporâneas é, portanto, um exercício necessário para enriquecer a consciência política e fortalecer os princípios da ética pública.

PARTE III: DESENHO METODOLÓGICO

5.1. Modalidade de Estudo

A presente investigação adota uma abordagem qualitativa e exploratória, com o propósito de compreender as implicações do pluralismo étnico na Unidade Nacional e na construção da democracia em Moçambique. A pesquisa qualitativa, conforme defendem Denzin e Lincoln (2005), permite uma análise aprofundada das percepções, significados e experiências dos participantes, valorizando o contexto sociocultural em que os fenômenos ocorrem. Essa abordagem é especialmente adequada para captar as nuances, ambivalências e complexidades das relações étnicas e suas repercussões políticas e sociais.

A modalidade metodológica escolhida é o Estudo de Caso, reconhecido por sua capacidade de investigar fenômenos contemporâneos em profundidade, especialmente quando os limites entre o objeto de estudo e o contexto não estão claramente definidos (Yin, 2003). Segundo Stake (1998), o estudo de caso é particularmente útil quando se busca compreender a singularidade de uma situação, valorizando a perspectiva dos atores envolvidos e a dinâmica própria do ambiente investigado.

Yin (2003) destaca que essa metodologia é mais apropriada quando as perguntas de pesquisa se concentram nos “como” e “porquê”, exigindo uma análise contextualizada e multifacetada. O estudo de caso permite ainda a utilização de múltiplas fontes de evidência, o que contribui para a triangulação dos dados e o fortalecimento da validade dos resultados (Merriam, 1998; Creswell, 2010).

Nesta investigação, optou-se por um estudo de caso singular, centrado na análise das implicações do pluralismo étnico sobre a unidade nacional e o processo democrático em Moçambique. A escolha se justifica pelo caráter complexo e situado do fenômeno, que exige aproximações sucessivas e uma imersão em um “ambiente naturalista”, conforme sugerido por Bogdan e Biklen (1994). Tal ambiente permite ao pesquisador captar as interações sociais em seu contexto real, favorecendo uma compreensão mais rica e contextualizada da problemática.

5.2. Fundamentação da selecção do caso e respectivas unidades

A escolha de Moçambique como estudo de caso nesta investigação fundamenta-se em dois fatores principais. Em primeiro lugar, destaca-se a sua notável diversidade étnica, que remonta ao período pré-colonial e se manifesta na coexistência de múltiplos grupos culturais, linguísticos e identitários. Essa pluralidade constitui um terreno fértil para analisar as dinâmicas entre etnicidade, unidade nacional e democracia, especialmente em contextos pós-coloniais africanos, como apontam Mamdani (1996) e Mbembe (2001), ao discutirem os desafios da construção do Estado-nação em sociedades marcadas por heterogeneidade cultural.

O segundo fator relaciona-se com a inserção do investigador no contexto moçambicano, particularmente no campo da unidade nacional. Essa proximidade permite um acesso privilegiado às fontes de informação, facilita o diálogo com os atores sociais e institucionais envolvidos, e contribui para uma compreensão mais profunda e situada do fenómeno investigado. Conforme defendem Bourdieu (1997) e Geertz (1973), o envolvimento do pesquisador com o campo pode enriquecer a análise, desde que acompanhado de reflexividade crítica e rigor metodológico.

A seleção de Moçambique como objeto de estudo é, portanto, justificada não apenas pela sua diversidade étnica, mas também pela sua trajetória histórica de luta pela independência, pela consolidação da paz e pela construção de uma democracia plural. O país representa um caso emblemático para investigar como o pluralismo étnico influencia a coesão nacional, a cidadania e a governança democrática, especialmente em contextos de transição e reconciliação.

As unidades de análise desta pesquisa incluem os diferentes grupos étnicos moçambicanos e suas interações com as instituições políticas e sociais. A investigação buscou compreender como essas interações moldam percepções de pertencimento, práticas de inclusão ou exclusão, e estratégias de representação política. Tal abordagem permite captar as tensões e os potenciais do pluralismo étnico na construção de uma unidade nacional que respeite a diversidade e promova a justiça social.

5.3. Breve caracterização do caso

Moçambique é um país localizado no sudeste do continente africano, caracterizado por uma expressiva diversidade étnica e cultural. Sua população é composta por múltiplos grupos étnicos, entre os quais se destacam os Makua, Sena, Tsonga, Shona, Chewa, entre outros, cada qual com suas próprias línguas, tradições, cosmologias e formas de organização social. Essa diversidade constitui um traço identitário marcante da sociedade moçambicana e representa um elemento central para a análise das dinâmicas de unidade nacional e construção democrática.

Geograficamente, Moçambique situa-se entre os paralelos 10° 27' e 26° 52' de latitude Sul e entre os meridianos 30° 12' e 40° 51' de longitude Este. Limita-se ao norte com a Tanzânia; a oeste com Malawi, Zâmbia, Zimbábue e Essuatíni (antiga Suazilândia); e ao sul com a África do Sul. A extensa faixa litorânea a leste, banhada pelo Oceano Índico ao longo de 2.470 km, confere ao país uma posição estratégica no comércio regional, servindo como corredor de acesso marítimo para países do interior do continente.

Com uma superfície territorial de 799.380 km², Moçambique está administrativamente dividido em 11 províncias: Niassa, Cabo Delgado e Nampula (ao norte); Zambézia, Tete, Manica e Sofala (ao centro); Inhambane, Gaza, Maputo e Maputo Cidade (ao sul). Apesar da extensão territorial, o país apresenta relativa homogeneidade paisagística, predominando planícies e savanas tropicais.

A configuração geográfica atual de Moçambique foi consolidada durante o período colonial, especialmente após o tratado Anglo-Português de partilha das zonas de influência na África, que legitimou a ocupação portuguesa iniciada no século XVI. A colonização portuguesa moldou profundamente as estruturas políticas, sociais e econômicas do país, influenciando inclusive as relações interétnicas e os processos de exclusão e centralização do poder.

A independência nacional foi conquistada em 25 de junho de 1975, após uma década de luta armada liderada pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). O processo de transição foi formalizado pelo Acordo de Lusaka, assinado em 7 de setembro de 1974, que estabeleceu um governo provisório chefiado por Joaquim Chissano até a proclamação oficial da

independência. Desde então, Moçambique tem enfrentado o desafio de construir uma democracia inclusiva e uma identidade nacional que respeite e integre sua diversidade étnica.

Essa breve caracterização contextualiza o caso moçambicano como um espaço privilegiado para investigar as implicações do pluralismo étnico na coesão nacional e nos processos de democratização, especialmente em sociedades pós-coloniais marcadas por tensões entre unidade e diversidade (Mamdani, 1996; Chabal, 2002; Mazrui, 2000).

5.4. Tipo de pesquisa

As investigações científicas podem ser classificadas segundo diferentes critérios, como finalidade, profundidade, objetivo e abordagem metodológica (Guerra, 2000; Almeida & Freire, 2003). A presente pesquisa possui uma dupla finalidade: a) Contextualizar e interpretar o pluralismo étnico e suas implicações para a unidade nacional e a construção da democracia em Moçambique; b) Contribuir para uma compreensão mais aprofundada do papel da diversidade étnica na coesão nacional.

Quanto à profundidade e ao objetivo, a investigação se enquadra nas categorias exploratória e descritiva. Segundo Guerra (2006), pesquisas exploratórias são apropriadas quando o objeto de estudo ainda é pouco conhecido ou carece de sistematização teórica, enquanto as descritivas visam detalhar características, comportamentos e relações entre fenômenos. Como salientam Almeida & Freire (2003), essas classificações não são excludentes, podendo coexistir em uma mesma investigação.

A pesquisa adota um caráter indutivo e compreensivo, alinhado ao paradigma interpretativo, que se fundamenta na “epistemologia da compreensão”, conforme descrita por Paszkiewicz (1997, p. 213). Essa perspectiva valoriza a relação interdependente entre sujeito e objeto, reconhecendo a singularidade de cada situação concreta e a construção de sentido a partir da experiência vivida.

A abordagem metodológica escolhida é qualitativa, por permitir uma análise aprofundada das percepções, significados e experiências dos participantes em seus contextos socioculturais. Essa

abordagem é especialmente adequada para investigar fenômenos complexos e subjetivos, como o pluralismo étnico e suas implicações políticas, conforme defendem Stake (1998), Denzin & Lincoln (2005) e Flick (2005). A modalidade de estudo de caso foi adotada como estratégia metodológica, por possibilitar uma compreensão holística e contextualizada do fenômeno em questão.

A principal técnica de coleta de dados utilizada foi a entrevista semiestruturada, que favorece um diálogo aberto e flexível com os participantes, permitindo captar nuances, sentimentos de pertença, experiências de exclusão e expectativas em relação à unidade nacional e à democracia. Essa técnica é amplamente recomendada em pesquisas qualitativas por sua capacidade de revelar significados profundos e subjetivos (Bogdan & Biklen, 1994; Minayo, 2001).

A distinção entre abordagens qualitativas e quantitativas não reside apenas na natureza dos dados, mas sobretudo na ênfase epistemológica. Enquanto a abordagem quantitativa privilegia a explicação, quantificação, generalização e controle, a qualitativa busca compreender as relações entre os fenômenos em sua complexidade e contexto, por meio de descrições densas e interpretações situadas (Guijarro & Velázquez, 2008; Guerra, 2006).

Lessard-Hébert e Boutin (2010, p. 32) ressaltam que a classificação de uma investigação como qualitativa ou interpretativa decorre mais de sua orientação epistemológica do que dos procedimentos técnicos utilizados. Assim, o termo “metodologias qualitativas” abrange um conjunto diversificado de abordagens, como observação participante, etnografia, estudo de caso, interacionismo simbólico e fenomenologia.

Bogdan & Biklen (1994) identificam atributos centrais da investigação qualitativa, entre os quais se destacam:

A coleta de dados em ambientes naturais;

A descrição detalhada dos fenômenos;

A valorização dos processos e significados atribuídos pelos sujeitos;

A análise indutiva dos dados;

A busca pelo sentido dos fenômenos a partir da perspectiva dos participantes.

Flick (2005) complementa que o objetivo da investigação qualitativa não é reduzir a complexidade por meio da decomposição em variáveis, mas sim ampliá-la pela inclusão do contexto. Isso exige que o pesquisador dedique tempo significativo ao campo, interagindo com os sujeitos e compreendendo suas realidades.

Kleining (1982) propõe uma distinção entre questões microssociológicas, mais adequadas à abordagem qualitativa, e questões macrossociológicas, que demandam técnicas quantitativas. Enquanto as primeiras se referem a casos particulares e não visam generalizações estatísticas, as segundas buscam padrões amplos e replicáveis.

Por fim, um dos elementos distintivos da abordagem qualitativa é o papel central da interpretação, que conduz à reflexão sobre as diferentes concepções de realidade e os modos de produção de conhecimento. Essa perspectiva reconhece que o sentido dos fenômenos sociais é construído na interação entre sujeitos, e que o pesquisador é parte ativa desse processo.

A compreensão da realidade social pode ser orientada por, pelo menos, duas grandes perspectivas epistemológicas: a) a concepção objetivista, que pressupõe a existência de uma realidade externa, mensurável e independente do sujeito; b) a concepção subjetivista, que entende a realidade como construída socialmente, dependente das interpretações dos indivíduos.

Reconhecendo que a concepção de realidade influencia profundamente a definição, condução e interpretação dos resultados de uma investigação, é fundamental situar este estudo dentro dessas duas abordagens. Dada a natureza do objeto investigado — as percepções dos participantes sobre o pluralismo étnico e suas implicações para a unidade nacional —, a

pesquisa assume uma perspectiva essencialmente subjetivista, alinhada ao paradigma interpretativo.

Na perspectiva subjetivista, não se busca a formulação de leis universais, mas sim a compreensão de como os sujeitos vivenciam, significam e interpretam os fenômenos sociais (Bell, 2004; Mateo Andrés, 2000). Cada situação é considerada única e irrepetível, e os significados são construídos socialmente, variando conforme os contextos e os sujeitos envolvidos. Assim, o foco da investigação desloca-se da mensuração para a interpretação, valorizando os sentidos atribuídos pelos participantes.

Nesse contexto, o investigador não é um observador neutro, mas sim parte integrante do processo investigativo. Como destaca Stake (1998), o pesquisador é o principal instrumento de coleta e análise de dados, e sua subjetividade é reconhecida como elemento constitutivo da pesquisa. Por isso, são privilegiadas técnicas que favorecem a proximidade com os sujeitos, como entrevistas semiestruturadas, grupos focais e observação participante.

Bogdan & Biklen (1994) ressaltam que essa abordagem favorece a construção de confiança entre pesquisador e participantes, ampliando o acesso às interpretações mais significativas dos fenômenos estudados. A escolha do paradigma interpretativo, portanto, está diretamente relacionada aos objetivos da pesquisa, às técnicas utilizadas e à natureza dos dados coletados.

Em síntese, esta investigação fundamenta-se no paradigma interpretativo, na perspectiva subjetivista e na abordagem qualitativa, buscando compreender como o pluralismo étnico é percebido e vivido pelos diferentes grupos sociais em Moçambique. Os dados coletados são predominantemente qualitativos e foram interpretados com base nos significados construídos pelos participantes, articulados ao referencial teórico e à análise do pesquisador.

A pesquisa é classificada como exploratória, descritiva e como estudo de caso com abordagem qualitativa. A natureza exploratória se justifica pela escassez de estudos sobre as implicações do pluralismo étnico na unidade nacional e na construção democrática em Moçambique. Segundo Marconi & Lakatos (2017), pesquisas exploratórias são apropriadas para investigar fenômenos pouco conhecidos, permitindo a formulação de hipóteses e o delineamento de futuras investigações.

Stake (1998) reforça que a pesquisa exploratória é essencial para obter uma visão preliminar dos fenômenos sociais, enquanto Yin (2003) destaca sua utilidade na descrição de fenômenos complexos em contextos específicos. Creswell (2014) acrescenta que esse tipo de pesquisa é fundamental para gerar novas questões e aprofundar a compreensão de temas emergentes, como o papel da diversidade étnica na coesão nacional.

A pesquisa também é descritiva, pois busca oferecer um retrato detalhado das percepções e experiências dos diferentes grupos étnicos em relação à unidade nacional e à democracia. Gil (2010) define a pesquisa descritiva como aquela que visa caracterizar fenômenos e estabelecer relações entre variáveis. Lakatos & Marconi (2017) e Babbie (2010) reforçam que esse tipo de investigação é crucial para compreender a complexidade das interações sociais e políticas em contextos diversos.

Andrade (2004) observa que a pesquisa descritiva permite comparações entre grupos e contextos, o que é particularmente relevante para analisar as semelhanças e diferenças nas percepções sobre a construção da nação e a governança democrática.

Por fim, a pesquisa configura-se como um estudo de caso, por adotar uma abordagem contextualizada e aprofundada sobre o pluralismo étnico em Moçambique. Stake (1998) define o estudo de caso como uma estratégia que permite compreender fenômenos em seu contexto real, enquanto Yin (2003) destaca sua eficácia para responder a questões do tipo “como” e “porquê”. Merriam (1998) e Creswell (2014) reforçam que essa abordagem é ideal para investigar fenômenos complexos e inter-relacionados, como as dinâmicas étnicas e suas implicações políticas.

A abordagem qualitativa adotada permite captar as nuances das experiências dos participantes, revelando os significados atribuídos à diversidade étnica e sua relação com a unidade nacional. Denzin & Lincoln (2011) argumentam que a pesquisa qualitativa é especialmente adequada para compreender fenômenos sociais em profundidade, valorizando as subjetividades e os contextos culturais.

Patton (2002) ressalta que a abordagem qualitativa é especialmente indicada para explorar temas complexos e contextuais, como a relação entre pluralismo étnico e coesão nacional. A

coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas e grupos focais permite uma análise aprofundada das perspectivas dos participantes, oferecendo insights valiosos sobre como a diversidade étnica influencia a construção da unidade nacional e da democracia.

Creswell (2014) complementa que a abordagem qualitativa é eficaz para construir uma compreensão rica e detalhada de fenômenos sociais, ao permitir que os dados sejam analisados em seus contextos naturais e realistas. No caso moçambicano, essa abordagem facilita a investigação das dinâmicas étnicas e suas implicações para a governança democrática, contribuindo para uma leitura mais sensível e situada do impacto do pluralismo étnico.

Geertz (1973), ao enfatizar a importância da “descrição densa”, destaca que a abordagem qualitativa proporciona uma visão detalhada das práticas culturais e sociais, permitindo interpretações profundas e contextualizadas. No estudo do pluralismo étnico, essa perspectiva possibilita uma análise abrangente das práticas, narrativas e percepções dos diferentes grupos étnicos, revelando suas implicações para a coesão nacional e a democracia.

A classificação da pesquisa como exploratória, descritiva e como estudo de caso com abordagem qualitativa reflete a necessidade de uma investigação detalhada e contextualizada das implicações do pluralismo étnico em Moçambique. A natureza exploratória é adequada para investigar um fenômeno ainda pouco estudado e compreender as variáveis envolvidas, como sugerem Marconi & Lakatos (2017). Já a abordagem descritiva permite mapear com precisão as características e dinâmicas do pluralismo étnico, conforme destacado por Gil (2010).

A escolha do estudo de caso como estratégia metodológica possibilita uma análise aprofundada das interações e impactos do pluralismo étnico em um contexto específico, conforme defendido por Stake (1998) e Yin (2003). Esse método é eficaz para explorar fenômenos complexos e fornecer uma compreensão rica das dinâmicas étnicas e políticas em Moçambique.

A abordagem qualitativa, conforme argumentam Denzin & Lincoln (2011), é ideal para captar as nuances das experiências e percepções dos participantes, permitindo uma análise detalhada e contextualizada do impacto da diversidade étnica sobre os processos de construção nacional.

Em conjunto, a combinação entre métodos exploratórios, descritivos e qualitativos, articulados à estratégia de estudo de caso, oferece uma base sólida para compreender as complexas interações entre pluralismo étnico, unidade nacional e democracia. A pesquisa busca não apenas descrever e explorar o fenômeno, mas também oferecer contribuições significativas para o debate sobre como o pluralismo étnico pode ser um recurso para o fortalecimento da coesão social e da governança democrática em Moçambique.

5.5. A operacionalização do Estudo

A presente investigação foi conduzida em Moçambique, com delimitação empírica na província de Nampula, região reconhecida por sua expressiva diversidade étnico-cultural e por sua centralidade nas dinâmicas sociopolíticas nacionais. A escolha deste território como campo de estudo visou assegurar a representatividade das múltiplas identidades que compõem o tecido social moçambicano, bem como captar as complexas interações entre os grupos étnicos e as instituições políticas.

A etapa empírica da pesquisa consistiu na aplicação de 30 entrevistas individuais e na realização de grupos focais com participantes previamente selecionados, representando distintos segmentos étnicos: Macuas (6), Lomwes/Chuabos (5), Macondes (5), Shonas/Ndaus (4), Tsongas/Changanas (4), Yao/Ajauas (3) e Senas/Manhungues (3). A composição dos grupos foi orientada por critérios de diversidade, relevância cultural e potencial de contribuição analítica para os objetivos da investigação.

A triangulação dessas técnicas qualitativas — entrevistas semiestruturadas, grupos focais e análise documental — permitiu a coleta de múltiplas perspectivas sobre o pluralismo étnico, favorecendo uma análise densa e contextualizada das percepções, experiências e narrativas dos sujeitos envolvidos. Essa estratégia metodológica revelou-se eficaz para compreender as implicações da diversidade étnica na promoção da unidade nacional e no fortalecimento dos processos democráticos em Moçambique, especialmente no que tange às práticas de inclusão, representação e reconhecimento político.

Com o intuito de garantir o rigor na coleta e no tratamento dos dados empíricos, todas as entrevistas foram gravadas mediante consentimento informado dos participantes e, posteriormente, transcritas integralmente para fins de análise de conteúdo. A análise seguiu os princípios da abordagem qualitativa, conforme delineado por Bardin (2011), permitindo a identificação de categorias emergentes, padrões discursivos e significados atribuídos pelos sujeitos investigados.

Complementarmente, foi realizada a coleta e apreciação crítica de documentos institucionais e públicos, incluindo discursos oficiais, comunicações à nação, correspondências políticas e outros registros relevantes. A análise documental teve como objetivo compreender as narrativas estatais e institucionais sobre inclusão e exclusão étnica, bem como os marcos históricos e políticos que moldam a gestão da diversidade em Moçambique.

A investigação empírica decorreu entre os anos de 2019 e 2021, período que permitiu uma aproximação gradual e situada ao objeto de estudo, respeitando os ritmos locais e as dinâmicas sociopolíticas em curso. Adicionalmente, foram examinadas situações específicas e eventos emblemáticos que ilustram as tensões e os desafios relacionados ao pluralismo étnico no país. Essa análise situacional permitiu compreender como as práticas políticas e sociais são influenciadas pelas dinâmicas identitárias, revelando os mecanismos de inclusão, exclusão e negociação que permeiam a construção da unidade nacional.

Em síntese, a operacionalização do estudo foi concebida de forma a garantir coerência metodológica, profundidade analítica e sensibilidade contextual, elementos indispensáveis para a compreensão crítica e situada das implicações do pluralismo étnico na realidade moçambicana contemporânea.

5.6. Técnicas e instrumentos de recolha de dados

De acordo com Yin (2003), “na investigação científica, destacam-se, pelo menos, seis instrumentos através dos quais se pode recolher informação e evidências: documentos, arquivos, entrevistas, observação directa, observação participante e artefactos físicos” (p. 83).

A presente pesquisa fez uso de três técnicas principais de recolha de dados: entrevistas semiestruturadas, discussões em grupos focais e análise documental.

Entrevistas Semiestruturadas: Utilizadas para captar percepções detalhadas dos participantes sobre a unidade nacional e os processos democráticos, permitindo uma abordagem flexível e dialógica.

Grupos Focais: Aplicados com o intuito de explorar dinâmicas coletivas e opiniões compartilhadas sobre a diversidade étnica, favorecendo a construção de significados em interação.

Análise Documental: Direcionada ao exame de fontes históricas, políticas e sociais que abordam a questão étnica em Moçambique, incluindo discursos oficiais, comunicações à nação e registros institucionais.

A combinação dessas técnicas teve como objetivo compreender os significados atribuídos ao pluralismo étnico e seu impacto na unidade nacional, organizando sistematicamente as respostas dos participantes conforme categorias previamente definidas e outras emergentes ao longo da investigação. O material recolhido foi submetido a um processo rigoroso de inferência e interpretação, orientado pela análise de conteúdo.

A revisão de literatura constituiu uma etapa fundamental, permitindo o levantamento e a avaliação crítica do conhecimento produzido sobre o tema, conforme defendem Carnwell & Daly (2001) e Colling (2003). Essa revisão possibilitou o desenvolvimento do quadro conceptual, teórico e metodológico da pesquisa, além de ampliar a compreensão sobre o fenômeno investigado (Coughlan et al., 2007).

A entrevista, enquanto técnica de recolha de dados, estabelece uma relação direta entre o investigador e os informantes privilegiados, permitindo a formulação de questões que respondam aos objetivos da investigação (Guerra, 2006). As descrições e interpretações fornecidas pelos entrevistados foram essenciais para a construção analítica do estudo.

Em consonância com os princípios da abordagem qualitativa, o investigador partiu para o campo munido de um conjunto de perguntas orientadoras, que serviram como guia flexível para a condução das entrevistas. Essa estratégia favoreceu a interação com os sujeitos e a emergência de temas relevantes não previstos inicialmente (Guijarro & Velázquez, 2008).

Bogdan & Biklen (1992) destacam que entrevistas abertas e desestruturadas ampliam o leque de informações recolhidas, permitindo que os sujeitos expressem suas percepções a partir de seus próprios referenciais. Viégas (2007) reforça que, na entrevista semi-dirigida, o depoente é convidado a discorrer livremente sobre o tema, sem imposição rígida de perguntas, o que favorece a espontaneidade e a profundidade das respostas.

Embora tenham sido utilizados guias de entrevista, o investigador atuou como principal instrumento de recolha, buscando criar ambientes propícios à livre expressão dos participantes. As entrevistas individuais foram realizadas com atores políticos e membros da sociedade civil, revelando uma gama valiosa de informações que contribuíram significativamente para a compreensão do objeto de estudo.

Reconhece-se que entrevistas semiestruturadas podem apresentar desvios temáticos, dado o caráter espontâneo das falas. Para mitigar tais desvios, o investigador recorreu a estratégias de redirecionamento discursivo, como: “se voltarmos à nossa questão”, “como relaciona isso com a questão de...”, ou “se nos restar tempo, voltaremos a este ponto que nos parece pertinente”.

Outro aspecto observado foi a gestão do tempo de entrevista. Em alguns casos, o tempo previsto foi excedido devido ao entusiasmo dos participantes, o que, longe de comprometer a qualidade da coleta, reforçou o engajamento dos sujeitos com o tema. Como bem observa Viégas (2007), “para que a qualidade do depoimento seja garantida, é necessário ao pesquisador saber ouvir, estar aberto à compreensão... e também ser ouvido” (p. 113).

A técnica de discussão em grupos focais revelou-se igualmente eficaz, permitindo a auscultação coletiva dos participantes. Trata-se de uma abordagem dialógica que promove o cruzamento de olhares e a construção compartilhada de significados (Flick, 2005; Arboleda, 2008; Niemeyer, 2004). Patton (1990) considera essa modalidade altamente eficiente, pois os participantes tendem a se autorregular, excluindo posições extremadas e favorecendo consensos interpretativos.

Flick (2005) destaca que a principal vantagem da entrevista em grupo reside na riqueza dos dados, no estímulo à memória e na possibilidade de alcançar informações que dificilmente emergiriam em entrevistas individuais. Morgan & Krueger (1998) acrescentam que a interação

grupal permite acessar perspectivas menos disponíveis em contextos individuais. Viégas (2007) reforça que os grupos focais criam espaços de fala e escuta coletiva, favorecendo o aprofundamento das versões sobre o tema em estudo.

As entrevistas individuais e em grupo foram conduzidas com base em um esquema de questões abertas, adaptadas conforme a especificidade dos sujeitos, o que permitiu a triangulação dos resultados e o fortalecimento da validade interpretativa.

Por fim, a análise documental envolveu a apreciação crítica de manuais de história de Moçambique, discursos políticos, comunicações à nação e outros registros considerados relevantes para a compreensão do fenômeno. A combinação entre análise documental e análise de conteúdo permitiu confrontar os dados empíricos com os discursos institucionais, reconhecendo que “a história documentada, no entanto, é sempre voltada em precariedades, lacunas, contradições e aspectos nebulosos. Assim, ela geralmente deve ser complementada pela história não documentada, conhecida por meio da convivência social” (Viégas, 2007, p. 114).

5.7. Fiabilidade do estudo

A fiabilidade dos dados recolhidos nesta investigação foi assegurada por meio da triangulação metodológica, técnica amplamente reconhecida na pesquisa qualitativa por sua capacidade de conferir robustez e consistência às evidências empíricas. Conforme Yin (2003), a triangulação consiste na utilização de múltiplos instrumentos e fontes para recolher o mesmo tipo de informação, permitindo não apenas a ampliação do espectro de análise, mas também o fortalecimento da credibilidade dos resultados.

Neste estudo, a triangulação foi operacionalizada por meio da combinação de diferentes técnicas de recolha de dados — entrevistas semiestruturadas, grupos focais e análise documental — e de fontes diversas, incluindo atores políticos, membros da sociedade civil e documentos institucionais. Essa estratégia metodológica possibilitou a verificação cruzada das

informações obtidas, contribuindo para a validação interna da pesquisa e para a construção de uma interpretação mais densa e contextualizada dos fenômenos investigados.

A utilização de entrevistas semiestruturadas e discussões em grupos focais permitiu captar tanto as percepções individuais quanto as dinâmicas coletivas em torno do pluralismo étnico, favorecendo a identificação de convergências e divergências interpretativas entre os diferentes sujeitos sociais. A análise documental, por sua vez, ofereceu uma base histórica e institucional que complementou os dados empíricos, permitindo confrontar discursos oficiais com narrativas vividas.

Segundo Yin (2003), a adoção de múltiplos instrumentos e fontes em estudos de caso não apenas amplia o alcance da investigação sobre questões históricas, atitudes e comportamentos, como também torna os resultados mais convincentes e consistentes, ao incorporar diferentes perspectivas e níveis de análise. Além disso, esse procedimento metodológico contribui para mitigar os riscos de viés interpretativo, ao permitir que o investigador controle a sua proximidade com o objeto de estudo e reflita criticamente sobre o seu próprio posicionamento epistemológico.

Em síntese, a triangulação adotada nesta pesquisa constituiu um recurso fundamental para garantir a fiabilidade dos dados, assegurando que as interpretações construídas se sustentem em múltiplas evidências e em uma leitura plural da realidade social moçambicana.

5.8. Validade

A validade da presente investigação foi assegurada por meio da definição clara e criteriosa dos parâmetros de seleção dos participantes, bem como pela elaboração rigorosa dos instrumentos de recolha de dados. A análise minuciosa do material empírico, aliada à consideração de múltiplas perspectivas, contribuiu significativamente para a consistência e credibilidade dos resultados obtidos.

A estratégia de triangulação metodológica desempenhou papel central na consolidação da validade interna do estudo. Conforme argumentam Lessard-Hérbet & Boutin (2010) e Yin

(2003), o uso de múltiplos instrumentos e técnicas de recolha de dados — como entrevistas, grupos focais e análise documental — permite a obtenção de medidas convergentes sobre o mesmo fenômeno, fortalecendo a confiabilidade das interpretações.

Em investigações de natureza descritiva e interpretativa, a diversidade de interlocutores é igualmente fundamental para ampliar a validade dos resultados. Stake (1998) destaca que a triangulação oferece oportunidades para verificar dados e descrições que suscitem dúvidas, por meio da diversificação de fontes, técnicas e perspectivas analíticas.

No contexto desta pesquisa, a utilização de diferentes instrumentos e a inclusão de múltiplas categorias de participantes permitiram captar um espectro mais amplo de informações, enriquecendo a compreensão sobre o pluralismo étnico e suas implicações para a unidade nacional. Quanto maior o número de vozes ouvidas, mais profunda e plural foi a apreensão dos significados atribuídos ao fenômeno investigado.

5.9. Participantes do estudo

Em estudos qualitativos, diferentemente das abordagens positivistas que exigem amostras estatisticamente representativas, não se faz necessário definir uma amostra rígida a priori. A flexibilidade metodológica é uma característica intrínseca à investigação qualitativa, permitindo que o objeto evolua e que a composição dos participantes se ajuste ao longo do percurso investigativo.

Guerra (2006) observa que “a pesquisa qualitativa é muito maleável, o objeto evolui, a amostra pode alterar-se ao longo do percurso; e, por outro lado, é difícil (se não mesmo impossível) definir uma amostra sem fazer referência ao processo de construção do objeto” (p. 43). Flick (2005, p. 42) complementa que, em abordagens qualitativas, “o que determina o modo de seleção das pessoas para o estudo é mais a sua importância para o tema do estudo que a sua representatividade”.

Os estudos de caso, como o presente, visam compreender em profundidade um fenômeno singular e complexo, a partir das experiências e interpretações dos atores implicados (Stake, 1998). Assim, a preocupação central desta investigação residiu na forma como os sujeitos-

chave percebem e problematizam os significados construídos em torno do pluralismo étnico e seu impacto na unidade nacional moçambicana.

O conceito de saturação teórica, conforme discutido por Guerra (2006), também fundamenta a não utilização de amostras estatísticas. A saturação ocorre quando o investigador identifica que os dados recolhidos já são suficientes para responder às questões da pesquisa, tornando desnecessária a inclusão de novos participantes.

Para esta investigação, foi adotada uma amostragem intencional, com a seleção de sujeitos capazes de oferecer perspectivas variadas e relevantes sobre o tema. Os critérios de seleção incluíram fatores como pertencimento étnico, localização geográfica, faixa etária e envolvimento político ou comunitário, garantindo a representatividade de diferentes grupos e regiões.

Ao todo, participaram 30 indivíduos, entre os quais se incluem políticos, académicos, líderes religiosos, agentes económicos e membros da sociedade civil. Essa composição permitiu captar uma diversidade de vozes e experiências, fundamentais para compreender as implicações do pluralismo étnico na construção da unidade nacional e na consolidação da democracia em Moçambique.

Tabela 1: Descrição dos participantes do estudo

Método de colecta de dados	Participantes	Quantidade (sexo)	Observação
Questionário	Membros de partidos políticos	6 (3 mulheres e 3 homens)	
Entrevista Directa	Académicos	6 (3 mulheres e 3 homens)	
Entrevista Directa	Líderes religiosos	6 (3 mulheres e 3 homens)	
Questionário	Membros da sociedade civil	8 (4 mulheres e 4 homens)	
Entrevista Directa	Agentes económicos	4 (2 mulheres e 2 homens)	

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025

5.10. Análise de Conteúdo

A análise dos dados empíricos foi conduzida por meio da técnica de análise de conteúdo, abordagem amplamente utilizada em pesquisas qualitativas para a interpretação sistemática de mensagens verbais, escritas ou visuais. Essa técnica permitiu identificar padrões recorrentes, temas centrais e categorias emergentes nos discursos dos participantes, possibilitando uma compreensão aprofundada das percepções e experiências relativas ao pluralismo étnico e suas implicações na política e na sociedade moçambicana.

Segundo Freitas e Janissek (2000), a análise de conteúdo consiste em uma leitura minuciosa e interpretativa das respostas, permitindo, por meio da codificação, a construção de uma visão integrada do conjunto de dados. O foco da análise recai sobre o valor informacional, os argumentos e as ideias contidas nas mensagens, podendo ser operacionalizada também sob a forma de análise temática, quando se busca compreender os significados subjacentes às falas dos sujeitos.

Moraes (1999) propõe que a análise de conteúdo se aproxime de seis questões fundamentais, que orientam a interpretação dos dados:

Quem fala?

Para dizer o quê?

A quem?

De que modo?

Com que finalidade?

Com que resultados?

Essas questões permitem não apenas conhecer os conteúdos explícitos das falas, mas também interpretar os sentidos, sentimentos e percepções que os sujeitos atribuem aos fenômenos investigados. A análise de conteúdo, nesse sentido, constitui uma ferramenta metodológica que articula descrição e interpretação, favorecendo uma leitura crítica e contextualizada dos dados.

5.11. Processo de análise, interpretação e discussão dos resultados

O processo de análise iniciou-se com a transcrição integral das entrevistas individuais e das discussões em grupos focais. Nessa etapa, foram atribuídos códigos aos participantes e aos respectivos grupos, garantindo a rastreabilidade dos dados e a preservação da confidencialidade. Em seguida, procedeu-se à codificação dos textos, vinculando os conteúdos às categorias analíticas previamente definidas, bem como às subcategorias emergentes identificadas durante a leitura dos dados.

A análise foi realizada por meio de uma leitura analítica e interpretativa das transcrições, organizada por categorias temáticas. Foram destacados excertos que melhor representavam as ideias centrais dos participantes sobre o pluralismo étnico e suas implicações para a unidade nacional e a construção da democracia. Esses excertos constituíram as unidades de registo da investigação, sendo extraídos tanto das entrevistas quanto dos documentos analisados.

Na etapa subsequente, denominada descrição temática, foram produzidos textos-síntese para cada categoria, nos quais se expressaram os significados predominantes presentes nas unidades de registo. Utilizou-se intensivamente citações diretas dos participantes e dos documentos originais, com o objetivo de preservar a autenticidade dos discursos e garantir a fidelidade interpretativa.

A análise dos dados foi orientada por categorias deduzidas do quadro teórico e por subcategorias induzidas a partir do material empírico. A interpretação dos resultados foi realizada à luz das teorias e conceitos discutidos na literatura especializada, buscando compreender como as percepções dos participantes se alinham ou contrastam com as hipóteses da pesquisa.

A abordagem interpretativa adotada foi indutiva e reflexiva, fundamentada no cruzamento entre as diferentes perspectivas dos sujeitos, os referenciais teóricos e a análise crítica dos dados empíricos. Procurou-se, em todo o processo, ir além da mera descrição dos conteúdos,

buscando atribuir sentido aos resultados obtidos e relacioná-los de forma coerente com os objetivos e as questões centrais da investigação.

5.12. Considerações éticas

A presente investigação observou rigorosamente os princípios éticos que regem a pesquisa em ciências sociais, especialmente aquelas que envolvem temas sensíveis e populações vulneráveis. Foram assegurados o anonimato e a confidencialidade dos participantes, mediante a obtenção de consentimento informado antes da coleta de dados. A pesquisa foi conduzida de forma respeitosa, não invasiva e sensível às especificidades culturais e às dinâmicas de poder que permeiam as relações interétnicas em Moçambique.

Um dos principais desafios enfrentados foi a relutância de alguns participantes em abordar questões relacionadas à etnia e à política, motivada pelo receio de possíveis represálias. Para mitigar esse risco, reforçou-se o compromisso com a confidencialidade, criando-se um ambiente de confiança que favorecesse a livre expressão dos sujeitos. A construção desse espaço ético foi fundamental para garantir a autenticidade dos depoimentos e a integridade dos dados recolhidos.

A triangulação de dados foi utilizada como estratégia para assegurar a confiabilidade e a validade da pesquisa, permitindo a comparação entre informações obtidas por meio de entrevistas, documentos históricos e literatura acadêmica. Adicionalmente, foram realizadas verificações com alguns participantes, que tiveram a oportunidade de confirmar ou ajustar as interpretações atribuídas aos seus discursos, contribuindo para a minimização de vieses interpretativos.

Os dados foram analisados com base na análise temática, respeitando o anonimato dos participantes. Os temas identificados foram organizados em categorias analíticas — pluralismo étnico, unidade nacional e democracia — com o objetivo de compreender suas inter-relações e implicações no contexto moçambicano.

Considerando que a unidade nacional constitui um dos pilares do discurso político contemporâneo em Moçambique, fundamentado no respeito à diversidade étnica, religiosa, de género e outras, esta investigação abordou com cautela e profundidade as múltiplas interpretações que emergem desse princípio. O tema central — “pluralismo étnico em Moçambique: que implicações face à unidade nacional e à construção da democracia” — envolve questões de elevada complexidade e sensibilidade, razão pela qual a pesquisa privilegiou a confidencialidade e o respeito aos direitos dos participantes.

Do mesmo modo, foram respeitados os direitos autorais das obras e artigos utilizados, com todas as fontes devidamente referenciadas no corpo do texto, nas notas de rodapé e na bibliografia final, conferindo autenticidade e rigor académico ao trabalho. A participação dos entrevistados foi voluntária, e as respostas foram dadas conforme a vontade e disponibilidade de cada sujeito, sem qualquer imposição ou obrigatoriedade.

5.13. Resultados esperados

O presente investigação teve como expectativa central alcançar uma compreensão aprofundada das implicações do pluralismo étnico para a unidade nacional e a construção da democracia em Moçambique. A partir dos objetivos delineados, buscou-se identificar os fatores étnicos que comprometem a coesão nacional, bem como as interpretações sociopolíticas que se constroem em torno dessas questões.

O estudo permitiu identificar elementos que desafiam a consolidação da unidade nacional e da democracia, revelando a necessidade de compatibilizar os discursos políticos com os instrumentos legais da administração pública moçambicana. Essa compatibilização é essencial para que se possa analisar, de forma crítica e atualizada, os efeitos das rápidas transformações que vêm ocorrendo na esfera política nacional.

Espera-se que a pesquisa evidencie que a exclusão de determinados grupos étnicos constitui um dos principais obstáculos à unidade nacional, comprometendo o reconhecimento e a afirmação de uma identidade coletiva construída a partir da partilha de uma história comum, num

território comum. O estudo pretende demonstrar que o pluralismo étnico, longe de representar uma ameaça à coesão nacional, pode ser um recurso valioso para o enriquecimento do tecido social e político moçambicano.

Além disso, espera-se que os resultados apontem que as principais barreiras à unidade nacional e à democracia não residem nas diferenças étnicas em si, mas nas desigualdades económicas e regionais. A pesquisa deve ressaltar a importância de uma gestão inclusiva dos recursos e do poder, como condição indispensável para a promoção da coesão social que transcenda as clivagens étnicas.

5.1.4. Limitações do Estudo

Embora o estudo tenha abordado de forma abrangente e detalhada o fenómeno do pluralismo étnico em Moçambique e suas implicações para a unidade nacional e a construção democrática, algumas limitações devem ser reconhecidas.

A primeira limitação refere-se à composição da amostra e à representatividade dos participantes. Por se tratar de um estudo de caso, os resultados não são generalizáveis para todo o território moçambicano. A seleção dos sujeitos para entrevistas e grupos focais pode não ter contemplado a totalidade da diversidade étnica existente, o que restringe a abrangência das conclusões. Yin (2003) observa que a generalização dos achados em estudos de caso é limitada, sobretudo quando se trabalha com número reduzido de participantes e contextos específicos.

Outra limitação relevante diz respeito ao potencial viés do pesquisador. A abordagem qualitativa, por sua natureza interpretativa, está sujeita à influência das percepções e crenças do investigador. Denzin e Lincoln (2011) alertam que essa subjetividade pode afetar a objetividade dos resultados, especialmente na análise de dados sensíveis como os relacionados à identidade étnica e à política.

A dinâmica política e social de Moçambique representa também um fator de instabilidade para os dados recolhidos. Mudanças rápidas no cenário nacional podem alterar as percepções dos

grupos étnicos, tornando os resultados menos estáveis ao longo do tempo. Creswell (2014) reconhece que contextos em constante transformação podem comprometer a validade longitudinal dos dados qualitativos.

Adicionalmente, a dificuldade de acesso a determinados grupos étnicos constituiu uma limitação significativa. Barreiras linguísticas, culturais e logísticas dificultaram a participação plena de alguns segmentos, o que pode ter impactado a profundidade e a diversidade dos dados obtidos. Patton (2002) destaca que tais obstáculos podem restringir a capacidade de captar uma visão holística do fenômeno investigado.

Essas limitações não invalidam os resultados, mas devem ser consideradas na interpretação das conclusões. A limitação da amostra e o viés interpretativo são inerentes à pesquisa qualitativa, e medidas como triangulação de dados e validação por pares foram adotadas para mitigar seus efeitos. Reconhece-se, contudo, que os achados refletem um retrato situado no tempo e no espaço, sendo recomendável a realização de estudos complementares para avaliar a evolução das percepções e dinâmicas interétnicas em contextos futuros.

Conclusão da Parte III – Desenho Metodológico

O percurso metodológico delineado nesta investigação foi cuidadosamente estruturado para responder, com profundidade e rigor, às questões centrais que orientam o estudo sobre o pluralismo étnico e suas implicações na unidade nacional e na construção da democracia em Moçambique. A adoção de uma abordagem qualitativa, sustentada pelo paradigma interpretativo e operacionalizada por meio de um estudo de caso, revelou-se adequada para captar as complexidades, nuances e significados atribuídos pelos sujeitos às suas experiências sociais e políticas.

A triangulação de técnicas — entrevistas semiestruturadas, grupos focais e análise documental — permitiu a construção de um corpus empírico robusto, plural e contextualizado, favorecendo a validação interna dos dados e a ampliação das perspectivas analíticas. A análise de conteúdo, conduzida com base em categorias dedutivas e subcategorias emergentes, possibilitou uma

leitura crítica e reflexiva dos discursos dos participantes, articulando-os ao referencial teórico e às dinâmicas sociopolíticas moçambicanas.

As considerações éticas foram rigorosamente observadas, assegurando o respeito à dignidade dos participantes, à confidencialidade das informações e à integridade científica do processo investigativo. Reconhecer as limitações do estudo — como a representatividade da amostra, o potencial viés interpretativo e a instabilidade do contexto político — foi essencial para situar os resultados e reforçar a necessidade de abordagens complementares em futuras pesquisas.

Em síntese, o desenho metodológico aqui apresentado constitui um alicerce sólido para a análise dos dados e para a construção de interpretações significativas sobre o papel da diversidade étnica na configuração da unidade nacional e na consolidação democrática em Moçambique. A Parte IV da tese dará continuidade a esse percurso, apresentando os resultados empíricos e discutindo-os à luz das categorias analíticas e dos pressupostos teóricos que sustentam esta investigação.

PARTE IV:

CAPÍTULO 6: APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

6.1. Apresentação e análise dos resultados

Este capítulo é dedicado à apresentação, análise e interpretação dos dados empíricos recolhidos ao longo da investigação. A estrutura analítica adotada seguiu um processo sistemático de codificação e categorização, conforme os princípios da análise de conteúdo (Bardin, 2011), permitindo a organização dos dados em unidades significativas e a construção de categorias temáticas. Para facilitar a visualização e compreensão dos resultados, foram utilizados diferentes modos de organização, incluindo quadros, figuras e matrizes explicativas.

A análise dos dados foi orientada por um modelo interpretativo que articula os discursos dos participantes com os referenciais teóricos e com o contexto histórico-político moçambicano. A fase analítica propriamente dita consistiu na verificação, interpretação e extração de significados a partir das evidências organizadas, respeitando os critérios de validade interna e coerência metodológica. O processo foi concluído quando toda a informação recolhida e selecionada foi devidamente tratada e interpretada à luz do modelo analítico adotado.

Para compreender os contornos da problemática da Unidade Nacional e da construção da democracia em Moçambique, partiu-se inicialmente da análise dos acontecimentos que marcaram a luta de libertação nacional, ocorrida entre 1962 e 1974, e do subsequente processo de formação do Estado. Essa abordagem histórica permitiu contextualizar as bases ideológicas e institucionais sobre as quais se estruturou o projeto nacional moçambicano.

Em seguida, procedeu-se à análise da construção e evolução da unidade nacional durante o período do partido único, sob orientação marxista-leninista, e após a transição para o multipartidarismo. A literatura especializada, como Chabal (2002), Mamdani (1996) e Mazrui (2000), aponta que os projetos de unidade nacional em contextos pós-coloniais africanos frequentemente enfrentam o desafio de conciliar diversidade étnica com centralização política, o que se revela particularmente relevante no caso moçambicano.

As respostas dos participantes sobre a efetividade da unidade nacional revelaram divergências significativas, refletindo diferentes experiências, posicionamentos políticos e pertencimentos identitários. Enquanto alguns entrevistados consideram que Moçambique tem avançado na consolidação de uma identidade nacional inclusiva, outros apontam para persistentes desigualdades regionais, exclusões étnicas e fragilidades institucionais que comprometem esse ideal. Essas percepções serão ilustradas e discutidas ao longo das seções seguintes, com base nos dados empíricos e nas categorias analíticas construídas.

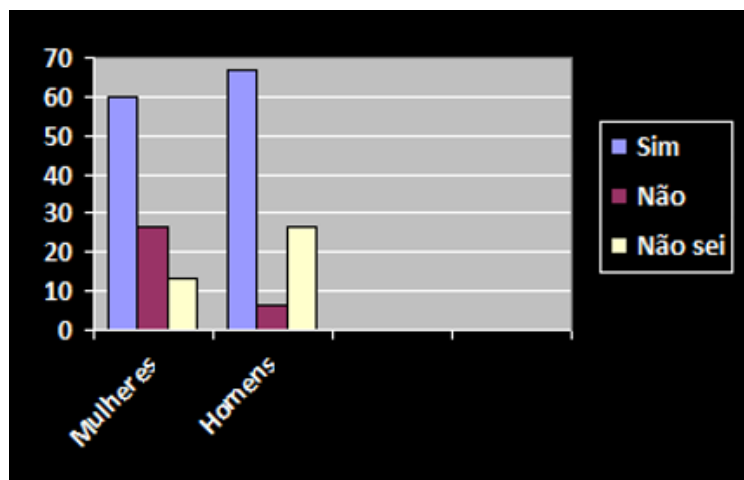


Gráfico 1: Pode se falar da Unidade Nacional e uma construção da Democracia em Moçambique

O Gráfico 1 evidencia que a maioria dos entrevistados concorda que é possível afirmar a existência de um processo de construção da Unidade Nacional e da Democracia em Moçambique. No entanto, observa-se uma ligeira dissonância nos resultados, especialmente quando se considera a distinção de gênero entre os participantes, o que sugere que as experiências e percepções sobre tais processos não são homogêneas e podem estar condicionadas por fatores sociais e identitários.

Entre os académicos entrevistados, há consenso em reconhecer Eduardo Mondlane como o principal arquiteto da Unidade Nacional. Sua atuação como líder da Frente de Libertação de

Moçambique (FRELIMO) é amplamente valorizada por ter promovido uma visão de país livre, unido e independente. Embora tenha sido assassinado antes da proclamação da independência, o seu legado permanece vivo e é frequentemente evocado como referência histórica e política. Mango (2012) e Nhamire (2018) destacam que Mondlane desempenhou papel crucial na construção da identidade nacional, promovendo a coesão social por meio de uma política de inclusão que transcendeu clivagens étnicas e ideológicas.

Essa percepção é corroborada pelos entrevistados do campo político, que reconhecem em Mondlane uma figura visionária, cuja ideologia continua a influenciar os discursos contemporâneos sobre unidade e soberania. Como afirmam os grupos de discussão: “Esse é o grande legado de Eduardo Mondlane, é um legado nacional. Hoje há resquícios de alguns fragmentos por causa do tribalismo, mas ele conseguiu isso”. A evocação de Mondlane como símbolo de unidade revela a persistência de sua imagem como elemento aglutinador da memória política nacional.

Os entrevistados religiosos também sublinham o compromisso de Mondlane com a união do país, destacando sua postura pragmática e tolerante. Um dos depoimentos afirma: “A imagem que eu tenho dele é naturalmente a imagem de um político muito pragmático, muito tolerante e um político verdadeiramente comprometido com o projeto nacional. Um aspecto muito importante em relação à sua maneira de fazer política é que ele viu o movimento de libertação como uma espécie de igreja ampla dentro da qual caberiam várias sensibilidades políticas e ideológicas”. Essa metáfora da “igreja ampla” reforça a ideia de inclusão e pluralidade como pilares da sua liderança.

Por sua vez, os agentes económicos e membros da sociedade civil reconhecem que o conceito de Unidade Nacional pode ser um instrumento estratégico para enfrentar os desafios contemporâneos, mas enfatizam a necessidade de sua atualização. Pereira (2015) e Banda (2019) argumentam que a Unidade Nacional, enquanto ideal político, deve ser reinterpretada à luz das transformações económicas e sociais, incorporando práticas de inclusão que respondam às desigualdades persistentes. A coesão nacional, segundo esses autores, depende da capacidade do Estado de promover justiça distributiva e participação equitativa nos processos decisórios.

A divergência nas opiniões sobre a efetividade da Unidade Nacional pode ser compreendida à luz das análises de Matos (2007) e Cahen (2010), que discutem como as identidades étnicas e políticas influenciam a percepção da coesão nacional. Matos (2007) sugere que a diversidade étnica, embora potencialmente geradora de tensões, pode também constituir um fator de enriquecimento democrático, desde que seja gerida com sensibilidade e equidade. Cahen (2010), por sua vez, destaca a importância de abordagens inclusivas e participativas para enfrentar os desafios da integração nacional.

A relação entre pluralismo étnico e democracia é explorada por Serra (1996) e Castiano (2010), que defendem que a diversidade pode ser um recurso para o aprofundamento democrático, desde que acompanhada por mecanismos eficazes de redistribuição de poder e recursos. Serra (1996) argumenta que a pluralidade de vozes enriquece o debate público e fortalece a legitimidade das instituições, enquanto Castiano (2010) enfatiza que a inclusão efetiva das identidades étnicas é condição *sine qua non* para a consolidação de uma democracia robusta e representativa.

A análise dos dados revela, portanto, que a construção da Unidade Nacional e a promoção da Democracia em Moçambique são processos dinâmicos, marcados por avanços, tensões e reconfigurações. A influência de líderes históricos como Eduardo Mondlane permanece como referência simbólica e política, mas os desafios contemporâneos exigem a reformulação prática desses conceitos. O pluralismo étnico, quando gerido de forma inclusiva e equitativa, pode não apenas fortalecer a coesão nacional, mas também enriquecer o projeto democrático moçambicano, tornando-o mais representativo, justo e resiliente.

6.1. Apresentação e análise dos dados da Categoria A: Aspectos étnicos que comprometem a unidade nacional em Moçambique

A presente seção analisa os dados empíricos referentes à Categoria A, que trata dos aspectos étnicos identificados pelos participantes como fatores que comprometem a consolidação da Unidade Nacional em Moçambique. A questão orientadora — Quais são os aspectos étnicos que comprometem a unidade nacional em Moçambique? — foi explorada por meio de

entrevistas individuais e discussões em grupos focais. As respostas foram sistematizadas na Tabela 2, construída com base na codificação temática das falas dos entrevistados.

Tabela 2 - Aspectos étnicos que comprometem a unidade nacional em Moçambique

Nº	Factor	Descrição
1	Valorização de grupos étnicos	Os Macondes e os Machanganas são os grupos étnicos mais proeminentes e valorizados no país.
2	Distribuição dissonante dos recursos	A zona sul (dos Changanas e Marongas) detém a maior percentagem de recursos financeiros, oportunidades de trabalho e investimentos.
3	Desequilíbrio nas oportunidades de exiguidade de autoridade	Os que exercem autoridades e funções executivas, legislativas e judiciais em níveis nacionais e provinciais geralmente são das etnias do sul do rio Save.
4	Monopolização na participação do processo de mediação da paz	Ausente representatividade das culturas étnicas e religiosas no processo de mediação da paz e da estabilidade social
5	Partidarismo étnico	A maioria dos fundadores dos partidos Políticos espelha representação Étnica, sul ou norte do Save, ou por pessoas da mesma tribo.

Fonte: Adaptado pelo autor (2025) indicar o autor original e aquele adaptou

A análise dos dados revela que os desafios à Unidade Nacional não decorrem da mera existência de diversidade étnica, mas da forma como essa diversidade é historicamente gerida e politicamente instrumentalizada. Os entrevistados apontaram uma série de fatores que contribuem para a fragilização da coesão nacional, entre os quais se destacam:

Valorização desigual de grupos étnicos, com destaque para os Macondes e Changanas, frequentemente associados a privilégios históricos e institucionais;

Concentração de recursos e oportunidades na zona sul, especialmente em Maputo, o que acentua disparidades regionais e alimenta percepções de exclusão;

Predominância de determinadas etnias em cargos de autoridade, reforçando a ideia de que o poder político e administrativo está concentrado em grupos específicos;

Ausência de representatividade étnica e religiosa nos processos de mediação da paz, o que compromete a legitimidade e a abrangência das soluções negociadas;

Fundação e estruturação de partidos políticos com base em alinhamentos étnicos, o que perpetua divisões e dificulta a construção de uma cidadania plural.

Esses elementos foram recorrentes nos discursos dos participantes, que expressaram preocupações quanto à persistência de práticas discriminatórias e à falta de mecanismos institucionais que assegurem uma cidadania inclusiva. A percepção de que certos grupos étnicos são sistematicamente favorecidos em detrimento de outros foi especialmente enfatizada por representantes da sociedade civil, agentes económicos e líderes religiosos.

A literatura especializada oferece duas teses explicativas para essa crise da unidade nacional. A primeira, defendida por Magode (1996), Cahen (1996) e Lundin (1996), argumenta que a tentativa de construir uma nação cívica, ignorando ou hostilizando as identidades étnicas, gera exclusão e conflitos. Propõe-se, portanto, o reconhecimento e a inclusão efetiva dos diferentes grupos étnicos nos espaços de poder. A segunda tese, representada por Castiano (2010) e Serra (1996), sustenta que as etnias perderam relevância diante das transformações sociopolíticas e económicas, sendo os conflitos pelo acesso a recursos e poder os verdadeiros obstáculos à unidade nacional.

Os entrevistados destacaram que os Macondes são valorizados por sua participação na fundação da FRELIMO e na luta de libertação nacional, enquanto os Changanas são favorecidos por concentrarem a capital do país e, conseqüentemente, os principais centros de decisão e investimento. Essa valorização é percebida como excessiva e divisória, gerando ressentimento entre outros grupos étnicos.

As diferenças etnolinguísticas também foram apontadas como marcantes. Os entrevistados observaram que os povos do sul do Save utilizam suas línguas nativas com frequência e orgulho, enquanto grupos do norte, como os Macuas e Macondes, tendem a não valorizar seus idiomas em espaços públicos. Essa disparidade é interpretada como um reflexo da marginalização cultural e da invisibilidade simbólica de certas identidades.

A concentração de recursos na zona sul foi explicada, em parte, pela presença de sedes empresariais, ministérios e eventos nacionais e internacionais em Maputo. No entanto, os entrevistados alertam para uma supervalorização da etnia Changana, descrita como “gritante e humilhante”, que reforça divisões e alimenta sentimentos de exclusão.

Foi consensual entre os grupos de discussão que determinadas etnias acumulam riqueza e influência, enquanto outras enfrentam insegurança alimentar, conflitos e lento desenvolvimento. As regiões norte e centro são percebidas como desfavorecidas, o que contribui para a intensificação da intolerância étnica.

A predominância de líderes políticos oriundos do sul — como Samora Machel, Joaquim Chissano e Armando Guebuza — foi mencionada como evidência do desequilíbrio étnico no exercício do poder. Embora o atual presidente seja do norte, pertencente à etnia Maconde, esta também é vista como supervalorizada. Acadêmicos apontam que decisões como o cancelamento das eleições distritais refletem tentativas de controlar a representatividade étnica nos processos eleitorais.

Agentes económicos e académicos relataram casos em que profissionais do sul foram preferencialmente selecionados para projetos governamentais e cargos públicos, mesmo quando havia mão-de-obra qualificada no centro e norte do país. Essa prática é percebida como discriminatória e prejudicial à construção de uma unidade nacional efetiva.

Líderes religiosos destacaram a ausência de representatividade étnica e religiosa nos processos de mediação da paz, como nos Acordos de 1992 e no processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR). A mediação por figuras como Dom Dinis Sengulane, embora respeitada, é vista por algumas seitas cristãs como limitada em termos de representatividade.

Por fim, os entrevistados apontaram o partidarismo étnico como um dos principais fatores que comprometem a unidade nacional. A fundação de partidos como FRELIMO, RENAMO e MDM foi associada a alinhamentos regionais e étnicos, com predominância de lideranças oriundas do sul do Save. A história da RENAMO, desde André Matsangaíssa até Afonso Dhlakama, foi evocada como exemplo das tensões étnicas e políticas que marcaram o país.

Em síntese, os dados revelam que os aspectos étnicos que comprometem a Unidade Nacional em Moçambique estão profundamente relacionados a práticas de exclusão, desigualdade e representação assimétrica. A superação desses desafios exige uma abordagem política e institucional que promova a equidade, o reconhecimento da diversidade e a construção de uma cidadania plural e inclusiva.

6.1.1. Discussão dos resultados da categoria A

A análise dos dados empíricos permitiu identificar cinco aspectos étnicos que, segundo os participantes, comprometem a consolidação da Unidade Nacional em Moçambique:

a) Valorização desigual de grupos étnicos; b) Distribuição dissonante dos recursos; c) Desequilíbrio nas oportunidades de autoridade; d) Monopolização na mediação da paz; e) Partidarismo étnico.

Esses elementos convergem com achados de outros estudos sobre a temática, embora apresentem variações esperadas em função dos contextos históricos e metodológicos distintos. A literatura especializada confirma que as questões étnicas em Moçambique não podem ser dissociadas das dinâmicas políticas, económicas e sociais que moldam o Estado pós-independente.

Florêncio (2002), ao investigar a identidade étnica e as práticas políticas entre os vaNdau, traça o processo histórico de constituição da identidade social Ndaue e sua transformação em praxis política, especialmente a partir da independência. O autor destaca que, embora exista um sentimento étnico consolidado entre os Ndaue, este não constitui a matriz principal da ação política, sendo superado por uma identidade regional mais abrangente, amplamente patrocinada

pela RENAMO. Essa identidade regional opõe simbolicamente o norte e o centro ao sul, tendo o rio Save como linha divisória entre duas “comunidades imaginadas”.

A construção discursiva dessa oposição ganhou força após as eleições municipais de 1998 e se intensificou nas eleições gerais de 2000, com episódios como a tentativa da RENAMO de estabelecer sua sede na cidade da Beira e a circulação de manifestos políticos que apelavam à exclusão de cidadãos do sul. Tais manifestações revelam como a instrumentalização da identidade regional pode ser mobilizada como estratégia de resistência política e contestação ao poder central.

Sérgio Chichava (2008), em sua leitura histórico-sociológica da etnicidade em Moçambique, adverte que os problemas étnicos não serão resolvidos enquanto a diversidade for percebida como obstáculo à ideia de nação, progresso e democracia. Em contextos democráticos e multiculturais, como os dos Estados Unidos e da Suíça, a etnicidade pode ser um vetor legítimo de participação política. Para Chichava, o problema não reside na multiplicidade étnica, mas no uso político que se faz dela. A exclusão de grupos com base na “tribo” pode expressar sofrimento social, cultural e simbólico, e a negação da diversidade sob discursos uniformizadores — como “em Moçambique só há moçambicanos” — pode gerar tensões perigosas.

A ausência de canais legítimos de contestação e reivindicação pacífica contribui para a radicalização de grupos marginalizados. Conflitos rotulados como “tribais” ou “étnicos” são, na verdade, conflitos políticos, resultantes de desequilíbrios regionais, exclusão institucional e ausência de políticas inclusivas. Enquanto o Estado não for capaz de promover o desenvolvimento equitativo e os atores políticos não transcendam suas identidades tribais, o sentimento de marginalização persistirá.

A pertinência dessas reflexões é reforçada pelas palavras de Abraham Lincoln: “Pode-se enganar a alguns durante muito tempo; pode-se enganar a muitos durante algum tempo; mas não se pode enganar a todos durante todo o tempo.” Essa citação, evocada por participantes da pesquisa, expressa o desejo de que os problemas étnicos sejam enfrentados com seriedade e transparência, e não evitados ou dissimulados.

Em termos institucionais, destaca-se a 19.^a Sessão Ordinária do Conselho de Ministros, realizada em 30 de maio de 2023, na qual foram aprovadas medidas vinculadas à Unidade Nacional e à construção da Democracia. Entre elas, o Decreto que regulamenta os critérios de alocação de 10% das receitas provenientes da produção mineira e petrolífera para o desenvolvimento das províncias, distritos e comunidades locais onde se implementam tais empreendimentos. Essa medida visa promover maior equilíbrio na distribuição de recursos, sem favorecer uma etnia ou região específica.

A sessão também abordou a situação da estátua de Eduardo Mondlane na cidade de Maputo, símbolo da luta pela unidade e independência nacional. A valorização de figuras históricas como Mondlane reforça a necessidade de construir uma memória coletiva que transcenda divisões étnicas e regionais.

Namuholopa e Betthorassi (2017), ao discutir cultura e identidade, argumentam que é limitador buscar uma única característica que represente a identidade nacional moçambicana, dada a multiplicidade de etnias, línguas e legados históricos. Para os autores, Moçambique não possui uma identidade única, mas sim identidades múltiplas. Essa pluralidade, longe de ser um obstáculo, pode ser a base para a construção de uma nação inclusiva, desde que haja solidariedade nacional, tolerância, valorização das diferenças e inclusão social.

Entretanto, fatores históricos como a delimitação arbitrária das fronteiras nacionais — que não respeitam lógicas etnolinguísticas — continuam a desafiar o projeto de nação. Existem hoje povos da mesma etnia separados por fronteiras políticas, o que dificulta a construção de uma identidade nacional coesa.

Como recomendação, conferencistas da I Conferência Nacional sobre Cultura (1993) sugerem a promoção da mobilidade interna dos cidadãos — por meio do turismo, comércio e intercâmbio cultural — como forma de fomentar o conhecimento mútuo e o respeito entre os diferentes grupos. Recomendam ainda que, com o apoio da ciência, sejam identificados elementos culturais que possam servir como fatores de unidade, tais como referências históricas, filosóficas, psicológicas e linguísticas.

Em síntese, a discussão dos resultados da Categoria A revela que os aspectos étnicos que comprometem a Unidade Nacional em Moçambique estão profundamente enraizados em práticas históricas de exclusão, desigualdade e representação assimétrica. A superação desses desafios exige uma abordagem política e institucional que promova a equidade, o reconhecimento da diversidade e a construção de uma cidadania plural e inclusiva.

Conforme anteriormente observado, Moçambique possui uma rica e longa tradição de coexistência entre diferentes raças, grupos étnicos e religiões, o que reflete uma diversidade de valores culturais que, em conjunto, moldam as múltiplas identidades do Moçambique contemporâneo. Apesar dessa diversidade, os conflitos interétnicos são relativamente raros, o que evidencia uma cultura de convivência historicamente enraizada.

Com o objetivo de promover uma identidade nacional unificadora, o português foi adotado como língua oficial após a independência. No entanto, o país abriga cerca de 20 grupos linguísticos, cuja presença desafia a hegemonia do português, sobretudo nas zonas rurais. Atualmente, estima-se que apenas cerca de 25% da população fale fluentemente o idioma oficial, o que levanta questões sobre inclusão linguística e representatividade cultural.

A Constituição da República de Moçambique estabelece que o Estado deve promover o desenvolvimento da cultura e da personalidade nacional, garantindo a livre expressão das tradições e valores da sociedade moçambicana. Nesse sentido, a cultura é reconhecida como componente essencial da identidade individual e coletiva, sendo sua valorização considerada fundamental para a consolidação da Unidade Nacional.

Os dados da Tabela 2 indicam que a valorização desproporcional de determinados grupos étnicos — especialmente os Macondes e os Changanas — exerce impacto significativo sobre a coesão nacional. O status privilegiado desses grupos é frequentemente associado à sua participação na luta pela independência e à concentração de recursos e oportunidades em áreas geográficas específicas. Magode (1996), Cahen (1996) e Lundin (1996) argumentam que a exclusão de identidades étnicas no processo de construção da nação pode gerar divisões e tensões, sendo imperativo o reconhecimento e a integração de todas as identidades culturais como condição para a coesão nacional.

A valorização dos Macondes e Changanas é percebida pelos entrevistados como uma forma de exclusão indireta de outros grupos, gerando sentimentos de desigualdade e injustiça. Serra (1996) observa que a desigual valorização de grupos étnicos pode resultar em ressentimento e tensão social, enquanto Castiano (2010) destaca que, mesmo diante da perda de relevância das etnias em algumas esferas, a percepção de privilégio continua a influenciar a formação das identidades sociais e políticas.

A distribuição desigual de recursos financeiros, oportunidades de trabalho e investimentos entre o sul e outras regiões do país é outro aspecto crítico identificado. Pereira (2015) analisa como a centralização de recursos em Maputo e a valorização da etnia Changana contribuem para disparidades regionais que intensificam tensões étnicas. Banda (2019) e Matos (2007) reforçam que tais desigualdades alimentam o sentimento de marginalização nas regiões menos favorecidas, comprometendo a coesão nacional. Castiano (2010) argumenta que as desigualdades económicas, mais do que as diferenças étnicas em si, são determinantes nas tensões regionais.

O desequilíbrio na ocupação de posições de autoridade, com predominância de etnias do sul do rio Save em funções executivas e políticas, também foi amplamente mencionado. Serra (1996) e Cahen (2010) discutem como a concentração de poder em grupos específicos pode gerar exclusão e desconfiança entre outras etnias. Nhamire (2018) e Pereira (2015) alertam que a falta de diversidade na representação política e administrativa pode minar a confiança nas instituições e aprofundar as divisões regionais.

O processo de mediação da paz em Moçambique foi criticado por sua limitada representatividade cultural e étnica. Matos (2007) e Banda (2019) destacam que a ausência de inclusão ampla nas negociações compromete a legitimidade e a eficácia dos acordos. Cahen (2010) e Magode (1996) defendem que a representatividade étnica e cultural é essencial para garantir a durabilidade dos processos de reconciliação e estabilidade social.

A análise dos dados revela que os aspectos étnicos identificados — valorização desigual, distribuição dissonante de recursos, desequilíbrio nas oportunidades de autoridade e monopolização da mediação da paz — são interdependentes e afetam diretamente a coesão

nacional. A literatura revisada corrobora a visão de que, embora a diversidade étnica possa ser uma fonte de riqueza cultural, sua má gestão e exclusão institucional podem intensificar desigualdades e tensões políticas.

Magode (1996) e Cahen (1996) enfatizam a importância da inclusão das diversas identidades étnicas na construção de uma nação coesa, enquanto Castiano (2010) e Serra (1996) apontam para o papel central das desigualdades económicas nas tensões regionais. Os dados empíricos confirmam que a concentração de recursos no sul contribui para o ressentimento e a percepção de marginalização em outras regiões.

Por fim, os estudos de Matos (2007) e Banda (2019) reforçam a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e equitativa na governança e nos processos de mediação de paz. A ausência de representatividade pode comprometer os esforços de construção de uma Unidade Nacional verdadeira. Em síntese, a consolidação da Unidade Nacional em Moçambique exige um equilíbrio cuidadoso entre a valorização das identidades étnicas e a equidade na distribuição de recursos, oportunidades e poder político.

6.2. Apresentação e análise dos resultados da Categoria B

6.2.1. A pluralidade étnica, a unidade nacional e a democracia em Moçambique

A presente seção analisa as percepções dos participantes sobre a relação entre pluralidade étnica, unidade nacional e construção democrática em Moçambique. A questão orientadora — A pluralidade étnica pode comprometer a unidade nacional e a democracia? — foi explorada por meio de entrevistas e grupos focais, cujas respostas foram sistematizadas no Gráfico 2.

Os dados revelam uma unanimidade significativa entre os entrevistados quanto à valorização da pluralidade étnica como um recurso estratégico para o fortalecimento da unidade nacional e da democracia. Para os participantes, as características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais não representam apenas identidades particulares, mas constituem a expressão coletiva de uma nação plural. A diversidade étnica é vista como reflexo das origens comuns do povo

moçambicano, de sua multiplicidade cultural e de sua capacidade de se reconhecer em diferentes narrativas históricas e geográficas.

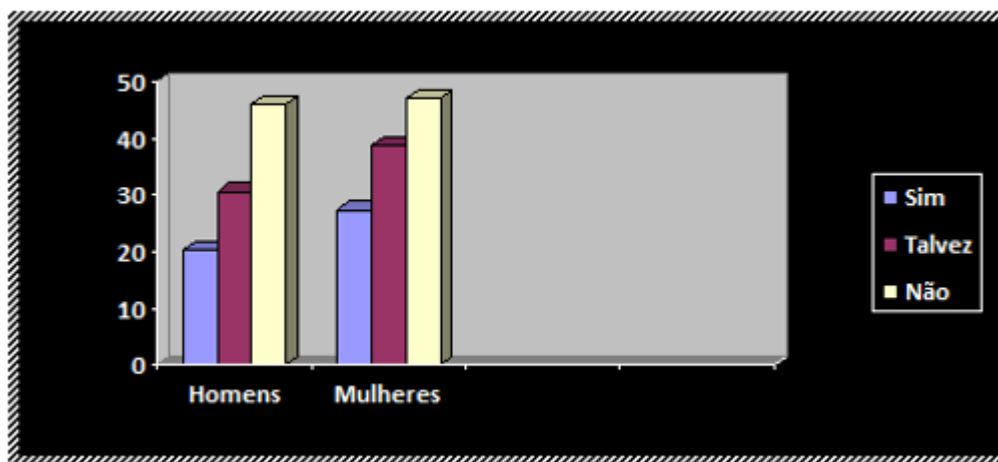


Gráfico 2: A pluralidade étnica, a unidade nacional e a democracia em Moçambique

Essa perspectiva é especialmente enfatizada pelos líderes religiosos, que traçam um paralelo entre pluralidade étnica e pluralidade religiosa. Segundo seus depoimentos, o problema não reside na diversidade em si, mas na inadequada compreensão dessa diversidade e na instrumentalização mal-intencionada por parte de alguns atores sociais e políticos. A analogia com os conflitos entre cristãos e muçulmanos, ou entre católicos e protestantes, ilustra como grupos com raízes comuns podem entrar em choque quando a diferença é mal gerida ou manipulada para fins de exclusão.

O pluralismo étnico é descrito como elemento que confere beleza e heterogeneidade à sociedade moçambicana. No entanto, os entrevistados alertam que, em determinadas circunstâncias, algumas etnias se percebem — ou são percebidas — como superiores, detentoras de maiores direitos e poderes sociais, políticos e económicos. Essa percepção de hierarquização étnica é apontada como fator que compromete a coesão nacional e mina os fundamentos da democracia representativa.

A literatura especializada corrobora essa leitura. Castiano (2010) e Serra (1996) argumentam que a diversidade étnica, quando reconhecida e valorizada, pode enriquecer o debate democrático e fortalecer a cidadania. Por outro lado, quando mal gerida, pode gerar tensões, exclusões e ressentimentos que fragilizam o tecido social. A democracia, nesse contexto, depende da capacidade das instituições de garantir igualdade de tratamento, equidade na distribuição de recursos e representatividade plural nos espaços de decisão.

Em síntese, os dados empíricos indicam que a pluralidade étnica, longe de ser um obstáculo à unidade nacional e à democracia, deve ser compreendida como fundamento da identidade nacional e instrumento de inclusão política. A construção de uma nação coesa e democrática exige, portanto, uma abordagem que reconheça, valorize e integre as múltiplas identidades culturais que compõem o mosaico moçambicano.

6.2.2. Discussão dos resultados da Categoria B

A análise dos dados empíricos da Categoria B revela que a maioria dos entrevistados considera a pluralidade étnica uma força promotora da unidade nacional e da construção da democracia em Moçambique. Conforme ilustrado no Gráfico 2, a diversidade étnica é percebida como um componente essencial da identidade nacional, representando não apenas a riqueza cultural, mas também a integração social de um país historicamente heterogéneo.

Segundo os participantes, a pluralidade étnica contribui para o fortalecimento do sentimento de pertencimento e coesão entre os diferentes grupos sociais. Essa visão é corroborada por autores como Magode (1996) e Cahen (1996), que defendem que a diversidade étnica, quando gerida de forma inclusiva e respeitosa, pode constituir um recurso estratégico para o desenvolvimento democrático e a consolidação da unidade nacional.

Os líderes religiosos entrevistados reforçam essa perspectiva ao traçar paralelos entre pluralidade étnica e pluralidade religiosa. Para eles, a etnicidade, assim como a religião, não deve ser encarada como fator de divisão, mas como expressão legítima da humanidade compartilhada. Cahen (2010) adverte que a incompreensão da diversidade pode gerar conflitos,

enquanto uma abordagem holística revela raízes comuns entre os diferentes grupos. Pereira (2015) complementa essa leitura ao enfatizar a importância de uma gestão cuidadosa da pluralidade para evitar fragmentações sociais.

Contudo, os dados também apontam desafios. Alguns entrevistados mencionam que determinadas etnias em Moçambique se percebem — ou são percebidas — como superiores, o que resulta em desigualdades sociais, políticas e económicas. Serra (1996) argumenta que a competição por recursos e poder pode intensificar divisões étnicas e comprometer a coesão nacional. Matos (2007) acrescenta que a concentração de oportunidades em determinadas regiões acentua tensões interétnicas e regionais.

De forma sintética, os entrevistados afirmam que a pluralidade étnica, por si só, não compromete a unidade nacional nem a democracia. Pelo contrário, ela permite valorizar as características culturais dos diferentes grupos sociais que coexistem no território moçambicano. A diversidade étnica remete às origens comuns do povo, à multiplicidade de culturas e à construção de uma identidade coletiva que se reconhece na diferença.

Nesse contexto, a reflexão de Cheikh Anta Diop, retomada por Ngoenha (1992), é particularmente relevante. Diop propõe que a identidade cultural de uma coletividade se estrutura em três fatores fundamentais:

Fator histórico: a base cultural que une os elementos dispersos de um povo por meio de um sentimento de continuidade histórica, capaz de gerar coesão social e segurança cultural;

Fator linguístico: a língua como veículo essencial da identidade cultural comum;

Fator psicológico: a forma de pensar e os valores que orientam as práticas sociais e culturais das comunidades.

Aplicando esses pressupostos ao caso moçambicano, observa-se que o país abriga mais de vinte etnias e grupos linguísticos, o que, em condições ideais, poderia configurar unidades territoriais e culturais autônomas. No entanto, o processo de delimitação das fronteiras nacionais, conduzido pelo colonizador, ignorou essas lógicas etnolinguísticas, baseando-se em acidentes

geográficos ou linhas arbitrárias. Como resultado, povos da mesma etnia foram divididos entre diferentes territórios políticos.

Além disso, a localização geográfica de Moçambique, junto à costa do Índico, favoreceu a confluência de influências culturais externas — chinesas, árabes e indianas — que contribuíram para a aculturação do território. Diante dessa complexidade, Ngoenha (1992) argumenta que a identidade moçambicana resulta da fusão de duas historicidades: a colonial, que moldou as instituições estatais e a sociedade política; e a étnica, que representa a herança cultural autóctone, frequentemente marginalizada pelo choque de civilizações.

Para acomodar o fator histórico, as autoridades recorreram à narrativa da resistência comum ao colonialismo, evocando figuras como os Maconde e Mataka no norte, os Barué no centro e Gungunhana no sul. Essa estratégia permitiu construir um sentimento de pertencimento coletivo, embora sua durabilidade seja questionável (Gómez, 1999).

Quanto ao fator linguístico, diante da impossibilidade de escolher uma entre as mais de vinte línguas nacionais, optou-se pela adoção do português — idioma do colonizador — como língua oficial. Embora não seja representativo em termos de falantes nativos, o português já era utilizado em todo o território e passou a ser incorporado como elemento da cultura nacional e símbolo de identidade.

No que diz respeito ao fator psicológico, é difícil identificar um único conjunto de valores que represente a totalidade do povo moçambicano, dada a diversidade étnica e cultural. Cada grupo possui seus próprios princípios valorativos e formas de pensar. No entanto, os elementos psicológicos que possam ser considerados representativos da identidade nacional estão em processo de construção e descoberta.

Como observa Weber (2008, p. 124), “os valores culturais comuns podem constituir um elo unificador nacional”, mas é necessário reconhecer que a nação não se define apenas por uma cultura homogênea, e sim pela capacidade de integrar e valorizar a diversidade.

Em síntese, os dados e as reflexões teóricas indicam que a pluralidade étnica, quando reconhecida e gerida com equidade, pode fortalecer a unidade nacional e enriquecer o processo

democrático. A construção de uma identidade nacional moçambicana exige, portanto, o reconhecimento da diversidade como fundamento da cidadania e da coesão social.

Diante dos desafios e potencialidades do pluralismo étnico em Moçambique, impõe-se a reflexão sobre os mecanismos capazes de acomodar essa diversidade de forma construtiva e inclusiva. Como propõe Goldman (1972), é necessário encontrar um novo discurso que seja capaz de reunir consenso em torno de uma pertença coletiva — uma “consciência possível” que transcenda as clivagens identitárias e promova a coesão nacional.

Max Weber, em sua obra *Ensaio de Sociologia* (2008), destaca a solidariedade nacional como um dos mecanismos fundamentais para esse fim. Para o autor, essa solidariedade não depende necessariamente da homogeneidade linguística, podendo estar ancorada em outros valores culturais compartilhados, como crenças religiosas, memórias históricas ou experiências políticas comuns. Weber argumenta que a ideia de nação pode incluir comunidades de descendência comum e de homogeneidade essencial, ainda que indefinida, desde que exista um sentimento de solidariedade entre elas.

Nesse sentido, a solidariedade nacional implica promover a tolerância, que por sua vez exige a valorização das diferenças. Valorizar as diferenças significa aceitar o outro tal como ele é, o que só é possível mediante uma compreensão mútua. Essa compreensão requer o reconhecimento das distinções entre os indivíduos e grupos, bem como a construção de espaços de convivência e inclusão social. A diversidade, longe de fragmentar, pode ser o elemento que torna a sociedade moçambicana simultaneamente única e plural.

A observância desses princípios é essencial para acomodar o pluralismo étnico e cultural que caracteriza Moçambique, evitando conflitos de legitimidade territorial e promovendo uma cidadania inclusiva. Essa visão foi reiterada no discurso de tomada de posse do Presidente da República em 15 de janeiro de 2015, no qual se enfatizou a importância da unidade nacional e da construção de um Estado democrático. O Presidente afirmou que todos os cidadãos, independentemente de raça, cor, etnia, religião, sexo ou condição socioeconômica, fazem parte de um Moçambique uno e indivisível. A expressão “O povo é o meu patrão” foi amplamente

utilizada como símbolo de compromisso com a inclusão e a escuta ativa de todos os setores da sociedade.

O discurso presidencial destacou três conquistas fundamentais como pilares da identidade nacional: a) A Independência Nacional, como ponto de partida da trajetória coletiva; b) A Unidade Nacional, como condição para a construção de um Estado democrático e próspero; c) A Paz, como valor essencial para a estabilidade política, o desenvolvimento económico e a equidade social.

Essas conquistas, embora sólidas, exigem constante consolidação. A convivência pacífica, a solidariedade social e a cultura do diálogo devem ser vividas como práticas cotidianas, envolvendo todos os atores sociais — famílias, instituições religiosas, sociedade civil, partidos políticos, escolas e centros de pesquisa.

A Política Cultural e Estratégia da sua Implementação, aprovada pela Resolução nº 12/97 de 10 de julho pelo Conselho de Ministros, reforça essa visão integradora. Inspirada nas reflexões da 1ª Conferência Nacional da Cultura, essa política define cultura como um conjunto complexo de modos de ser, estar, comportar-se e relacionar-se, abrangendo desde os aspectos criativos e materiais até os filosóficos e institucionais. A cultura é entendida como a totalidade do modo de vida de um povo, em constante interação com novas realidades e experiências.

Um dos objetivos centrais dessa política é “proteger a afirmação das identidades culturais locais como fatores de expressão da unidade na diversidade”. Essa formulação revela uma vontade política explícita de integrar as identidades locais — incluindo as étnicas — no processo de construção da identidade nacional. Desde a revisão constitucional de 1990, que garantiu a livre expressão das tradições e valores da sociedade moçambicana, até os debates da 1ª Conferência Nacional da Cultura, consolidou-se o entendimento de que a unidade nacional passa necessariamente pelo reconhecimento da diversidade.

Nesse contexto, identidades como a tsonga-changana, historicamente marginalizadas, passam a ser reconhecidas como sujeitos da historicidade e da construção do projeto nacional. Diversos dispositivos legais, planos e eventos foram promulgados ou realizados com o objetivo de concretizar essa política cultural, ainda que com poucas inovações de destaque.

Em síntese, a consolidação da Unidade Nacional em Moçambique exige o fortalecimento de mecanismos de solidariedade, tolerância e valorização da diversidade. A cultura, enquanto expressão da identidade coletiva, deve ser promovida como instrumento de inclusão e coesão. A pluralidade étnica, quando reconhecida e integrada nas políticas públicas e nos discursos institucionais, pode deixar de ser um desafio e tornar-se um dos principais pilares da democracia e da cidadania moçambicana.

A trajetória institucional da cultura em Moçambique revela um histórico de instabilidade administrativa que pode comprometer a consolidação de políticas culturais consistentes e duradouras. Desde 1992, com as transformações políticas e administrativas que marcaram a década, o então Ministério da Cultura foi extinto, dando lugar ao Ministério da Cultura e Juventude (MCJ). Posteriormente, em 2015, foi criado o Ministério da Cultura e Turismo (MICULTUR), atualmente vigente. Ao longo desse percurso, a cultura foi alocada a pelo menos seis diferentes órgãos estatais, sem que se estabelecesse uma estrutura estável e coerente.

Embora não haja clareza sobre os motivos dessas mudanças constantes, é plausível supor que tal instabilidade institucional tenha afetado negativamente o desenvolvimento das instituições culturais, que se viram obrigadas a adaptar-se repetidamente a novas configurações administrativas. Essa volatilidade compromete a continuidade das políticas públicas e dificulta a implementação de estratégias de longo prazo voltadas à valorização da diversidade cultural e à promoção da coesão nacional.

Um dos eventos mais relevantes após a publicação da Política Cultural em 1997 foi a realização da II Conferência Nacional sobre a Cultura, ocorrida entre 14 e 16 de maio de 2009, sob a organização do Ministério da Educação e Cultura. Apesar da tentativa de replicar a fórmula da I Conferência, realizada na década anterior, a segunda edição não apresentou inovações significativas. Pelo contrário, observou-se certo retrocesso discursivo, especialmente na intervenção de Marcelino dos Santos, figura histórica da FRELIMO, que buscou reafirmar a centralidade da luta armada como referência identitária perante uma juventude mais voltada para os ideais de democracia, desenvolvimento económico e justiça social.

Embora os académicos tenham dominado os debates, não houve avanços substanciais capazes de superar os limites da primeira conferência. A ausência de propostas inovadoras e a tentativa de resgatar narrativas heroicas do passado revelam uma dificuldade em articular a cultura como instrumento dinâmico de construção democrática e de promoção da cidadania.

Reconhecendo que a cultura é uma categoria transversal à condição humana, é justo afirmar que, em tempos de paz, ela deve contribuir para a consolidação da unidade nacional — sem confundi-la com unicidade — e para a promoção da cidadania, da convivência social, da fraternidade e do bem-estar coletivo. A cultura, nesse sentido, torna-se um mecanismo de valorização das conquistas sociais acumuladas pelo povo moçambicano ao longo de sua história.

É importante reiterar que a pluralidade étnica, embora constitua uma característica fundamental da identidade nacional moçambicana, só poderá contribuir efetivamente para a unidade nacional e para a construção da democracia se for acompanhada por uma gestão inclusiva e equitativa das diferenças. Como afirmam Lundin (1996) e Nhamire (2018), a diversidade pode ser uma força positiva, desde que as políticas públicas e as práticas sociais estejam orientadas para a promoção da inclusão, da justiça social e da equidade.

6.3. Apresentação e análise dos resultados da Categoria C

6.3.1. O acesso aos recursos, a Unidade Nacional e a democracia

A análise dos dados empíricos da Categoria C revela consenso entre os entrevistados quanto à abundância de recursos naturais em Moçambique. O país dispõe de vastas reservas de água, terra arável distribuída por diversas zonas agroecológicas (das quais apenas 12% são atualmente cultivadas), potencial hidroelétrico — com destaque para Cahora Bassa, a segunda maior barragem de África —, gás natural e outras riquezas do subsolo. Os recursos minerais e pesqueiros desempenham papel estratégico como reservas económicas, enquanto o potencial da silvicultura permanece subaproveitado, agravado por práticas insustentáveis. A biodiversidade

moçambicana é notável, com mais de 5.500 espécies de plantas, 220 mamíferos e 690 aves, muitas delas endêmicas.

Segundo acadêmicos e políticos entrevistados, com base em dados do Banco Mundial, cerca de 65% da população vive em zonas rurais, o que indica que a economia moçambicana continuará a depender fortemente dos recursos naturais. Mesmo com o avanço da urbanização, a subsistência e o bem-estar da maioria dos cidadãos permanecem vinculados ao acesso à terra, à água, aos produtos florestais, às pescas, às minas e a outros recursos naturais. O desenvolvimento da agricultura comercial, considerado chave para o crescimento económico e a redução da pobreza, acentua o desafio de uma gestão inclusiva e sustentável desses recursos.

É precisamente nesse ponto que se concentra a preocupação dos entrevistados: a relação entre o acesso aos recursos, a equidade na sua distribuição e os impactos sobre a unidade nacional e a democracia. As discussões evidenciaram que o verdadeiro desafio não reside apenas na disponibilidade dos recursos, mas na forma como são distribuídos, geridos e priorizados pelas instâncias decisórias.

As estimativas de riqueza utilizadas neste estudo incluem não apenas recursos exaustíveis e renováveis, mas também terra agrícola e capital intangível — como capital humano (habilidades e conhecimento), capital social (qualidade das instituições) e trabalho bruto. A partir dessa perspectiva ampliada, foi consensual entre os grupos de discussão que existe uma assimetria estrutural na relação entre os recursos, a unidade nacional e a democracia.

Essa assimetria manifesta-se em duas dimensões principais:

Desequilíbrio na distribuição geográfica dos investimentos, com o sul do rio Save recebendo atenção prioritária, enquanto províncias como Niassa, Tete e Zambézia permanecem à margem dos grandes projetos de desenvolvimento.

Privilégios concedidos a grupos considerados elites nacionais, especialmente os povos do sul do Save e a etnia Maconde no norte, que concentram poder político e acesso preferencial a recursos e oportunidades.

Contudo, os entrevistados apresentaram visões divergentes sobre as causas dessa disparidade. De um lado, há quem defenda que a distribuição dos investimentos responde à atratividade natural dos recursos disponíveis em cada região, sendo, portanto, uma decisão técnica e não política. De outro, uma leitura mais crítica — sustentada por acadêmicos e políticos — aponta que o Estado desempenha papel central na seleção, preparação e divulgação das áreas prioritárias para investimento, influenciando diretamente a alocação de projetos, ONGs e iniciativas privadas conforme os programas de desenvolvimento nacional, regional e local.

A questão central, segundo os entrevistados, não é a existência ou ausência de recursos em determinada região, mas sim a valorização desigual das regiões e grupos étnicos. O que gera tensões é a percepção de que certas áreas são sistematicamente favorecidas, enquanto outras são ignoradas — criando o que os participantes denominaram de “zonas esquecidas” ou “zonas mortas”.

Exemplos recorrentes incluem o destaque dado a Maputo em detrimento de Lichinga, ou o avanço de Inhambane em comparação com Tete. Os entrevistados reconheceram que fatores como áreas protegidas, recursos minerais, energéticos, hidrocarbonetos e pontos turísticos naturalmente atraem investimentos. No entanto, o problema surge quando essa atenção se torna exclusiva e recorrente, consolidando desigualdades regionais e alimentando sentimentos de exclusão.

Na província de Nampula, por exemplo, distritos como Memba, Lalaua, Nacala-a-Velha e Liupo foram citados como áreas negligenciadas, por não possuírem recursos expressivos que atraiam investidores. Essa realidade levanta uma questão crítica: por que determinadas regiões são sistematicamente ignoradas, mesmo quando outras enfrentam saturação ou desafios de gestão?

Em síntese, os dados revelam que o acesso aos recursos naturais e a sua gestão equitativa são elementos centrais para a consolidação da Unidade Nacional e da democracia em Moçambique. A supervalorização de determinadas regiões e grupos étnicos, aliada à negligência de outras áreas, compromete a coesão territorial e social, alimentando tensões que podem fragilizar o projeto nacional. A construção de uma democracia inclusiva exige, portanto, políticas públicas

que promovam justiça distributiva, reconhecimento territorial e valorização equitativa da diversidade regional e étnica.

6.3.2. Discussão dos resultados da Categoria C

A análise dos dados da Categoria C confirma o consenso entre os entrevistados de que Moçambique é um país dotado de vastos recursos naturais — incluindo água, terra arável, potencial hidroelétrico (com destaque para Cahora Bassa), gás natural, recursos minerais, pesqueiros e uma biodiversidade notável. Esses recursos têm desempenhado papel estratégico na economia nacional, com potencial significativo para impulsionar o crescimento económico e reduzir os índices de pobreza.

Contudo, os participantes da pesquisa convergem na percepção de que a gestão desses recursos e a distribuição equitativa dos investimentos constituem áreas críticas que influenciam diretamente a consolidação da unidade nacional e o aprofundamento da democracia. A discussão centrou-se em aspectos como infraestruturas (edifícios, maquinaria, equipamentos) e estimativas de riqueza que abrangem recursos exaustíveis, renováveis, terra agrícola e capital intangível — como habilidades humanas, conhecimento técnico e qualidade institucional.

Uma das principais preocupações levantadas refere-se ao desequilíbrio regional na distribuição dos recursos. Há uma percepção generalizada de que as regiões ao sul do rio Save têm sido sistematicamente privilegiadas em detrimento das províncias do centro e norte, como Niassa, Tete e Zambézia. Esse padrão é visto como um fator que contribui para tensões interétnicas, alimentando sentimentos de frustração e exclusão entre os grupos menos favorecidos.

A questão do favorecimento de certos grupos étnicos, como os povos do sul do Save e a etnia Maconde no norte, também foi amplamente discutida. Esse privilégio é percebido como um elemento que compromete a coesão social e mina os fundamentos da democracia, ao perpetuar desigualdades históricas e criar zonas de marginalização em outras partes do país.

Apesar do consenso sobre os efeitos negativos da distribuição desigual, houve dissonância entre os entrevistados quanto à responsabilidade por essa realidade. Alguns argumentaram que a presença de recursos naturais específicos em determinadas regiões atrai naturalmente o interesse de investidores, incluindo multinacionais e o próprio Estado. Outros, especialmente acadêmicos e políticos, sustentaram que o governo desempenha papel decisivo na seleção e promoção das áreas de investimento, influenciando diretamente quais regiões recebem mais atenção e recursos.

A análise revela que o cerne da questão não está apenas na presença ou ausência de recursos, mas na forma como o investimento é distribuído e como certas áreas são reiteradamente privilegiadas. Essa prática gera percepções de desigualdade e alimenta conflitos étnicos, sobretudo quando regiões como Maputo e Inhambane são vistas como mais desenvolvidas e valorizadas em comparação com Lichinga ou Tete.

Casos específicos foram mencionados, como o da província de Nampula, onde distritos como Memba, Lalaua, Nacala-a-Velha e Liupo são frequentemente negligenciados devido à escassez de recursos naturais expressivos, resultando em menor atratividade para investimentos. Esse padrão, segundo os entrevistados, repete-se em outras províncias, levantando questões sobre os critérios que orientam a priorização territorial.

A unidade nacional, nesse contexto, é vista como base essencial para a construção da democracia. No Discurso de Investidura do Presidente da República, proferido em 15 de janeiro de 2015, foi reiterado que Moçambique é um país abençoado em recursos naturais e que o Estado deve assegurar que os moçambicanos sejam os verdadeiros beneficiários dessas riquezas. O Presidente comprometeu-se com a promoção de uma classe empresarial nacional robusta, com a integração do conteúdo local nos projetos de investimento e com a melhoria das condições de vida da população por meio de emprego, produtividade e competitividade.

A descentralização foi amplamente apontada pelos participantes como uma solução viável para mitigar as desigualdades regionais. Ao conferir maior autonomia às províncias e permitir que as comunidades locais tenham controle sobre seus recursos, acredita-se que será possível melhorar a eficiência das políticas públicas e promover maior equidade territorial.

Os entrevistados também alertaram que o bem-estar do cidadão comum não pode ser medido apenas por indicadores macroeconómicos, mas pela melhoria efetiva da sua capacidade financeira e qualidade de vida. Apesar dos avanços alcançados, grandes segmentos da população — especialmente em zonas rurais, periurbanas e urbanas — continuam a viver em condições de pobreza. Para enfrentar esse desafio, é necessário substituir a retórica política por ações concretas, capazes de garantir habitação condigna, segurança alimentar, acesso à água potável, serviços de saúde e educação de qualidade, emprego digno e infraestrutura adequada.

Em síntese, os dados revelam que a gestão equitativa dos recursos naturais e a descentralização administrativa são elementos fundamentais para a consolidação da unidade nacional e da democracia em Moçambique. A superação das desigualdades regionais e étnicas exige uma plataforma de ação efetiva, sustentada por políticas públicas inclusivas, participação cidadã e compromisso institucional com a justiça social.

A necessidade de planos de desenvolvimento orientados para a redução das assimetrias regionais e locais foi amplamente destacada pelos entrevistados como condição indispensável para a consolidação da unidade nacional. A criação de emprego, a construção de infraestruturas — como estradas, pontes e barragens — e o fortalecimento do desenvolvimento rural foram apontados como eixos centrais da ação governamental. O discurso presidencial citado reforça esse compromisso, ao afirmar que não se descansará enquanto o país não estiver interligado por vias de acesso transitáveis em todas as épocas do ano, promovendo a circulação de pessoas e bens em todo o território nacional.

A proposta de descentralização e desconcentração de competências e recursos é vista como estratégia fundamental para impulsionar o desenvolvimento das unidades territoriais, urbanas e rurais. A aposta em programas e estratégias de base distrital, voltados às realidades locais, é interpretada como um passo decisivo para a construção de um Estado democrático e inclusivo, comprometido com os interesses da sociedade e com a superação da pobreza absoluta.

Nesse contexto, Marcos (2007) propõe uma análise das assimetrias do desenvolvimento em Moçambique, relacionando-as às vicissitudes do processo de paz e às dinâmicas migratórias ocorridas entre 1992 e 2004. A primeira vaga migratória, composta por refugiados da guerra

entre RENAMO e FRELIMO, resultou em ocupações desordenadas nas periferias urbanas e em espaços intersticiais, aumentando a pressão sobre os recursos públicos e privados. A gestão política do processo de paz, centrada na estabilização imediata, contribuiu para a estagnação económica, agravando o desemprego e a pobreza.

A segunda vaga migratória, oriunda da região dos Grandes Lagos e de países vizinhos, teve efeitos semelhantes, mas também introduziu elementos de dinamização económica, com a chegada de minorias empreendedoras dotadas de capital financeiro e humano. Essa migração exerceu um efeito disciplinador sobre o mercado informal, embora tenha gerado novos desafios de integração e marginalização.

A tese discute, de forma multidisciplinar, as similitudes e diferenças entre os cenários migratórios, evidenciando como esses movimentos populacionais contribuíram para o acentuar das desigualdades territoriais e para a complexificação das relações entre desenvolvimento, paz e coesão social.

Desde 1984, o Governo de Moçambique iniciou um processo de reformas económicas e políticas, cujos marcos incluem a assinatura do Acordo de Inkomati com a África do Sul, a adesão às instituições de Bretton Woods e a implementação do Programa de Reabilitação Económica (PRE) e do Programa de Reabilitação Económica e Social (PRES). Essas reformas culminaram na revisão constitucional de 1990, que abriu espaço para a democracia multipartidária e estabeleceu, no Artigo 115, que “o Estado promove o desenvolvimento da cultura e personalidade nacionais e garante a livre expressão das tradições e valores da sociedade moçambicana”.

Esse dispositivo constitucional pôs fim à hostilização das tradições locais e da diversidade cultural, criando condições para sua livre manifestação e para o debate público sobre identidade e pertença. Foi nesse ambiente de transformação que se intensificaram as negociações entre o Governo e a RENAMO, culminando na assinatura do Acordo Geral de Paz em 4 de outubro de 1992.

No quadro dessas mudanças, o Governo organizou a I Conferência Nacional sobre a Cultura, realizada entre 12 e 16 de julho de 1993. O evento ocorreu num momento simbólico, poucos

meses após o fim da guerra civil, quando os moçambicanos voltavam a circular livremente pelo território nacional. A conferência inseriu-se na Década Mundial do Desenvolvimento Cultural (1988–1997), proclamada pela ONU, e foi influenciada por estudos patrocinados pelo Banco Mundial que buscavam avaliar o papel da cultura nos projetos de desenvolvimento económico e social.

Segundo Graça (2005, p. 245), a I Conferência Nacional sobre a Cultura, realizada em julho de 1993, representou um marco histórico na reconfiguração das políticas culturais em Moçambique, tendo como propósito mobilizar o país em torno de uma renovada concepção de unidade nacional, que reconhece a diversidade cultural como fundamento da coesão; conforme registrado no Relatório Final da Comissão Executiva Preparatória, elaborado por Renato Matusse e Salomão Manhiça, três objetivos centrais foram destacados para sua realização.

a) Refletir sobre o conceito de cultura e encontrar uma aceção que expressasse as experiências dos moçambicanos na organização social e jurídica, na teoria do conhecimento, na visão de mundo, nas relações interpessoais e com a natureza, nas instituições e na produção artístico-expressiva; b) Sistematizar os conhecimentos e experiências acumulados desde os tempos pré-coloniais até o presente, definindo estratégias para sua integração nos processos em curso; c) Adotar um projeto de política cultural que, à luz das mudanças introduzidas pela Constituição de 1990, indicasse o papel do Estado, da sociedade e do indivíduo no desenvolvimento e fomento da cultura moçambicana.

A conferência contou com ampla representatividade: participaram funcionários do Ministério da Cultura e Juventude, escritores, artistas, intelectuais, líderes religiosos e partidários, chefes tradicionais, dirigentes de organizações sociais e culturais, governadores provinciais e membros do Governo central (Ministério da Cultura e Juventude, 1993: 6). Essa composição sociológica diversa, aliada à natureza dos temas debatidos e às abordagens adotadas pelos oradores, marcou uma ruptura significativa com os eventos culturais promovidos anteriormente pelo Estado.

Segundo os relatores, houve receio por parte de alguns membros ligados ao poder, que temiam que a conferência se tornasse uma plataforma de crítica pública à FRELIMO e ao Governo. A preocupação residia na possibilidade de que as políticas de governação fossem severamente

questionadas diante de delegados nacionais e estrangeiros (Ministério da Cultura e Juventude, 1993a: 2). Esse receio refletia a inércia de um contexto político anterior, em que decisões eram tomadas por um núcleo restrito, sem representatividade efetiva da sociedade.

A oposição, por sua vez, temia que a conferência fosse instrumentalizada pela FRELIMO como estratégia eleitoral, visando estabelecer novas alianças e revitalizar sua imagem em pleno período de preparação para as eleições gerais do ano seguinte.

Sete temas foram debatidos durante a conferência: i. Cultura, identidade cultural e construção da nação moçambicana; ii. Cultura e desenvolvimento; iii. Contribuição das instituições de ensino e investigação para o desenvolvimento e promoção da cultura; iv. Cultura e intercâmbio internacional; v. Cultura e desporto; vi. O papel das artes e das instituições de produção artística; vii. Projeto de política cultural de Moçambique (Ministério da Cultura e Juventude, 1993: 5).

Destaca-se, nesse conjunto, o desaparecimento dos temas ligados à revolução socialista, ao combate ao feudalismo tradicional, à burguesia colonial, ao obscurantismo e à criação do “Homem Novo” — elementos que dominaram a primeira década da governação da FRELIMO. A conferência, nesse sentido, marcou uma viragem paradigmática, simbolizando a transição do período revolucionário para o período democrático.

O primeiro tema — Cultura, identidade cultural e construção da nação moçambicana — merece atenção especial pela sua pertinência ao presente estudo. A abordagem feita por Benigna Zimba, Ângela Khan e Vitorino Sambo, com contribuições de Elikia M’Bokolo (“Ethnie et Pouvoir”), Godwin Kaduna (“Papel da Cultura na Construção da Nação Tanzaniana”) e Qesidi Buthelezi (“Planificação Linguística na África do Sul”), revelou uma mudança significativa na forma como os problemas da sociedade moçambicana vinham sendo equacionados.

Os oradores reconheceram que a raiz principal da cultura moçambicana é bantu, enriquecida por influências europeias e asiáticas. A valorização das línguas nacionais, das tradições, dos valores e dos símbolos bantu foi apontada como prioridade para os órgãos do Estado, a sociedade civil e o setor empresarial. Os delegados reconheceram, contudo, que essa cultura não permaneceu intacta ao longo do tempo. Diversos fatores contribuíram para sua

transformação: o contato com outras culturas, o desenvolvimento de forças produtivas internas, a adoção de novos modelos de organização económica e social, a urbanização crescente e a proletarianização de parcelas significativas da população.

Além disso, as ideias de unidade nacional construídas durante a luta de libertação continuam a informar o esforço atual de definição da Nação Moçambicana. As facilidades de movimentação no espaço geográfico nacional desde a independência também foram destacadas como elementos que favorecem a integração cultural e territorial (Ministério da Cultura e Juventude, 1993b: 9).

A I Conferência Nacional sobre a Cultura representou não apenas um marco institucional, mas também uma inflexão epistemológica na forma como se compreendia a relação entre tradição e modernidade em Moçambique. A conferência rompeu com a concepção estática da tradição, anteriormente vista como antagónica à modernidade, e passou a entendê-la como um fenómeno dinâmico, permeável a novas influências e capaz de dialogar com os processos contemporâneos de transformação social.

A suposta contradição entre tradição e modernidade foi, portanto, desmistificada como um falso problema, cuja persistência apenas dificultava a fertilização mútua entre os dois conceitos. A conferência propôs uma visão equilibrada, crítica e justa, alertando para os riscos de se considerar automaticamente positivo tudo o que emana de qualquer um dos polos. Essa abordagem desconstrói a oposição artificial entre o chamado “feudalismo tradicional” e a “sociedade moderna socialista”, amplamente difundida na primeira década pós-independência.

A crítica à noção de feudalismo no contexto africano foi particularmente incisiva. Considerou-se que tal conceito foi forçosamente importado para justificar uma linearidade histórica baseada na evolução dos modos de produção, em consonância com o marxismo clássico. No entanto, como apontado, Marx não previu revoluções em países agrários, mas sim em sociedades industrializadas como a Inglaterra — o que não se concretizou. Assim, o uso do conceito de feudalismo em África revela-se um mimetismo teórico, descolado das realidades locais e das especificidades históricas moçambicanas.

No debate sobre a construção da nação moçambicana, emergiu uma mudança paradigmática: a unidade nacional passou a ser concebida como fundada no reconhecimento da diversidade, e não na sua negação. A afirmação de que “a diversidade não deve ser vista como contrária à construção da Nação, nem a construção da Nação deve ser vista como equivalente à homogeneização” (Ministério da Cultura e Juventude, 1993a: 13) representa uma ruptura com o discurso oficial anterior, que proclamava que “deve morrer a tribo para nascer a Nação”. Tal discurso resultou na marginalização da cultura camponesa, rotulada como tribal, feudal e obscurantista.

A conferência reafirmou que unidade nacional não equivale à uniformização cultural, e que a gestão adequada da diversidade é condição essencial para evitar convulsões sociais, sublevações e movimentos secessionistas. A valorização das identidades locais, das línguas nacionais e das tradições culturais foi reconhecida como elemento estruturante da coesão social e da estabilidade democrática.

Em síntese, embora Moçambique disponha de vastos recursos naturais com potencial para sustentar a unidade nacional e fortalecer a democracia, a gestão inadequada e a distribuição desigual desses recursos continuam a representar desafios significativos. A construção de um Estado democrático e inclusivo exige o desenvolvimento de políticas públicas equitativas, capazes de reconhecer e valorizar as potencialidades de todas as regiões do país. Somente por meio de uma abordagem que promova a justiça territorial, a inclusão cultural e a equidade económica será possível consolidar a coesão social e garantir a estabilidade democrática em Moçambique.

6.4. Apresentação e análise dos resultados da Categoria D

6.4.1. A construção da democracia em Moçambique

A análise da construção da democracia em Moçambique, conforme os dados obtidos, foi estruturada em duas grandes perspectivas: Geral e Específica, conforme ilustrado na Tabela 3.

A perspectiva geral abrange os elementos Estado, sociedade e poder; enquanto a perspectiva específica foca nos domínios da política, economia e justiça.

Tabela 3: Perspectivas e abordagem holística da democracia em Moçambique

Nº	Perspectiva	Abordagem
1	Geral	Estado Sociedade Poder
2	Específica	Política Economia Justiça

Fonte: Autor.2023

Essas categorias foram agrupadas com base nas respostas dos grupos de discussão e entrevistas realizadas. No que se refere ao Estado, académicos e políticos concordam que Moçambique é formalmente um Estado democrático, conforme estabelecido na Constituição da República de Moçambique (CRM), especialmente no artigo 35, que consagra o princípio da igualdade perante a lei. O Estado orienta-se por normas jurídicas e regulamentos, e nenhum cidadão está acima da lei.

Segundo os académicos entrevistados, a democracia é definida como um regime político no qual os cidadãos participam igualmente — de forma direta ou por meio de representantes

eleitos — na formulação, desenvolvimento e aprovação das leis, exercendo o poder de governação através do sufrágio universal. Essa concepção abrange não apenas os direitos políticos, mas também as condições sociais, económicas e culturais que permitem o exercício livre e igual da autodeterminação política.

Entretanto, no grupo de discussão composto por políticos, foi consensual a crítica à representatividade popular no Estado. Os participantes apontaram episódios de corrupção e manipulação nos processos eleitorais, como os escândalos reportados pela mídia durante o recenseamento eleitoral de junho de 2023. Segundo eles, muitas decisões tomadas em plenário nas sessões parlamentares não refletem os interesses do povo, mas sim os do partido no poder.

Líderes religiosos e agentes económicos também denunciaram a falta de igualdade e liberdade de expressão, mencionando casos de perseguição política e silenciamento de figuras públicas que se opunham ao poder dominante, como Afonso Dhlakama, Azagaia e Daviz Simango. Tais episódios são interpretados como violações dos princípios democráticos e como sintomas de um sistema político que não respeita o pluralismo.

Os académicos sustentam que a democracia exige três princípios fundamentais:

A soberania reside nos níveis mais baixos de autoridade;

Igualdade política;

Normas sociais que validam apenas os atos que respeitam os dois princípios anteriores.

Esses princípios, embora consagrados na Constituição, não são plenamente observados na prática. Não há respeito efetivo pelo pluralismo político, pela igualdade perante a lei, pelo direito de petição, pelas liberdades civis e pelos direitos humanos.

Políticos da oposição reforçam essa crítica, afirmando que o regime da maioria absoluta é frequentemente confundido com democracia, enquanto minorias políticas são oprimidas pela chamada “tirania da minoria”. As eleições competitivas não são consideradas justas nem transparentes, tanto no plano material quanto no processual. As liberdades de expressão e de

imprensa são instrumentalizadas, servindo a fins predeterminados, o que compromete a capacidade dos cidadãos de tomar decisões informadas.

Além disso, os entrevistados apontam que não há plena participação dos eleitores na vida política e social do país. A noção de contrato social e de vontade coletiva é enfraquecida, pois os cidadãos elegíveis não têm peso igual nas decisões que afetam suas vidas. A soberania individual e coletiva é substituída por uma dependência de forças externas e por uma rede institucional fragmentada, sem vínculos sólidos com o bem comum.

Os académicos esclarecem que, embora Moçambique possua uma sociedade institucionalizada — em que o Estado é um conjunto de instituições públicas dedicadas ao gerenciamento da sociedade —, o que se observa é a subversão dessa função, com o Estado operando em prol de interesses pessoais ou partidários, em detrimento do bem comum.

A crítica estende-se à divisão dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), que deveriam atuar de forma independente e fiscalizadora. Segundo os entrevistados, esses poderes estão corrompidos e subordinados ao mesmo núcleo político, com objetivos obscuros. Em vez de garantir o equilíbrio institucional e a vontade popular, verifica-se uma centralização do poder nas mãos de um indivíduo ou grupo, que governa movido por interesses particulares.

Em síntese, os dados revelam que, embora Moçambique possua os marcos legais e institucionais de um Estado democrático, a prática política está marcada por déficits de representatividade, transparência e participação cidadã. A construção da democracia exige não apenas o respeito às normas constitucionais, mas também a efetivação dos princípios de soberania popular, igualdade política e justiça social. A superação desses desafios é condição essencial para a consolidação de uma democracia robusta e inclusiva em Moçambique.

Perspectiva Geral: Estado, Sociedade e Poder

1. Estado:

Os académicos e políticos entrevistados reconhecem que Moçambique é, em termos formais, um Estado democrático, conforme estabelecido na Constituição da República de Moçambique (CRM). A Constituição consagra o princípio da participação cidadã na criação de leis e na

governança por meio do sufrágio universal. No entanto, os entrevistados apontam uma dissonância entre a teoria constitucional e a prática política, evidenciada pela aplicação seletiva das leis e pelo questionamento do respeito aos princípios democráticos fundamentais.

2. Sociedade:

Há uma percepção generalizada de que a sociedade moçambicana não vivencia plenamente os valores democráticos. Líderes religiosos e agentes económicos destacam a falta de igualdade e liberdade de expressão, com ênfase em práticas de tribalismo e perseguição a indivíduos que se opõem ao poder dominante. Essa realidade revela uma sociedade em que os princípios de pluralismo político e igualdade de direitos são frequentemente violados, comprometendo a construção de uma cidadania ativa e inclusiva.

3. Poder:

A centralização do poder foi amplamente criticada pelos entrevistados. Segundo eles, o poder tende a ser monopolizado por um grupo político específico, o que compromete a essência do sistema democrático. Casos de corrupção e manipulação dos processos eleitorais foram citados como exemplos da forma como o poder é exercido em benefício de interesses particulares, em detrimento da vontade popular.

Perspectiva Específica: Política, Economia e Justiça

1. Política:

Políticos da oposição foram enfáticos ao afirmar que, embora o regime se autodefinha como democrático, na prática prevalece uma “tirania da minoria”. A ausência de eleições justas e transparentes, aliada à repressão da liberdade de expressão e da imprensa, dificulta a participação efetiva da população nas decisões políticas. A democracia, nesse contexto, é percebida como formal, mas não substancial.

2. Economia:

A gestão desigual dos recursos económicos entre as regiões do país reforça as disparidades sociais e alimenta tensões intercomunitárias. A falta de equidade na distribuição de investimentos é vista como um obstáculo à consolidação da unidade nacional e ao

desenvolvimento de uma democracia sólida e inclusiva. Os entrevistados apontam que a marginalização económica de certas regiões compromete a coesão territorial e social.

3. Justiça:

Embora a divisão dos três poderes — Executivo, Legislativo e Judiciário — esteja formalmente estabelecida, os entrevistados denunciam que, na prática, esses poderes atuam sob a influência de um único núcleo político dominante, o que mina sua independência e capacidade de fiscalização recíproca. Essa concentração compromete o princípio do equilíbrio institucional e enfraquece a garantia do bem comum e da justiça social.

A análise dos dados revela que a construção da democracia em Moçambique enfrenta desafios estruturais que comprometem sua eficácia e a confiança pública. Embora a Constituição ofereça uma base normativa robusta, a realidade política é marcada por centralização do poder, práticas corruptas, desigualdade social e restrições às liberdades fundamentais.

Segundo os entrevistados, a democracia verdadeira só poderá ser alcançada mediante:

A distribuição justa e equitativa do poder político;

O respeito efetivo aos direitos humanos;

A promoção da participação cidadã plena e informada na vida política e social.

A superação dessas barreiras exige reformas institucionais profundas, fortalecimento da sociedade civil, e compromisso político com os valores democráticos. Somente assim será possível consolidar um Estado de direito que reflita a vontade coletiva e promova o bem comum.

6.4.1.1. A contribuição da unidade nacional na construção da democracia em Moçambique

A unidade nacional tem desempenhado um papel central na trajetória histórica e política de Moçambique, sendo considerada por diversos atores sociais como um dos pilares fundamentais para a consolidação da democracia. Durante as celebrações dos 50 anos do II Congresso da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), realizado em Matchedje, província do Niassa, entre 20 e 25 de julho de 1968, o Presidente Filipe Jacinto Nyusi reafirmou que a unidade nacional foi a “arma fundamental” que permitiu a conquista da independência e continua a sustentar os esforços pela paz e pela construção de um Estado democrático de direito.

Segundo o Presidente, foi naquele congresso que se decidiu pelo avanço da insurreição armada e pela reabertura da Frente de Tete — considerada estratégica na luta contra o colonialismo —, o que alterou profundamente a dinâmica da resistência moçambicana até à proclamação da independência em 25 de junho de 1975.

Os participantes dos grupos de discussão e entrevistas reforçam essa leitura histórica, destacando que o primeiro grande desafio foi conscientizar as comunidades sobre a opressão colonial e sobre a existência de um Estado que transcendia as fronteiras tribais. Como relataram, “os Makondes apenas conheciam os Makondes; os Makuas só conheciam os Makuas da sua zona; os Yaos apenas conheciam os Yaos”. Era necessário mostrar que Moçambique era mais do que a aldeia ou a etnia de origem — era uma nação em construção.

Hoje, segundo os entrevistados, há maior consciência nacional, embora persistam práticas de instrumentalização política da unidade nacional. Alguns partidos, inclusive, deixaram de enfatizar esse conceito em seus discursos. Ainda assim, os participantes acreditam que a essência da unidade nacional pode e deve ser resgatada como fundamento para o fortalecimento da democracia.

A unidade nacional é vista como condição para o exercício pleno da soberania popular, conforme expressado pelo saudoso ativista social Azagaia, que defendia o ideal de “Povo no Poder”. Nesse sentido, a democracia é concebida como um sistema em que as vontades

populares são soberanas, e a unidade nacional é o alicerce que permite a participação equitativa de todos os cidadãos, independentemente de sua origem étnica ou social.

Além da participação política, os entrevistados destacam que a unidade nacional é requisito para o envolvimento da população em movimentos sociais, que são manifestações legítimas da vontade popular e expressão dos direitos fundamentais garantidos pelos sistemas democráticos. A promoção da igualdade, da liberdade e da coesão entre direitos e deveres individuais e constitucionais é vista como essencial para a consolidação da democracia.

A partir da redemocratização desses valores, garante-se o sufrágio universal, permitindo que todos os cidadãos adultos tenham o direito de votar e escolher seus representantes. O direito ao voto é considerado um dos pilares da democracia, pois assegura a participação popular nas decisões políticas, mesmo que de forma indireta.

Importa destacar, conforme apontado pelos entrevistados, que a liberdade de expressão não abrange discursos de ódio ou manifestações discriminatórias, como racismo ou antissemitismo, os quais devem ser tratados como infrações penais.

Outro aspecto convergente é o papel da unidade nacional na promoção de um nacionalismo saudável, entendido como o fortalecimento do sentimento de pertença a uma cultura, região, língua e povo. Esse tipo de nacionalismo, típico do século XIX, pode ser um fator de coesão democrática, desde que não se transforme em exclusivismo ou opressão. Ernest Gellner, em *Nations and Nationalism*, adverte que o nacionalismo pode tanto unificar quanto dividir, dependendo de como é cultivado e direcionado.

No caso moçambicano, a formação de um exército nacional composto por cidadãos comuns, em oposição à contratação de mercenários, é interpretada como uma manifestação concreta desse nacionalismo inclusivo e unificador. Os entrevistados não rejeitam o apoio bélico externo no combate ao terrorismo, como no caso das forças ruandesas em Cabo Delgado, mas defendem que o exército nacional deve ser formado por indivíduos que se identificam com a pátria e lutam por ela. Mercenários, segundo essa visão, deveriam atuar apenas em funções de instrução estratégica e operacional, respeitando os princípios de soberania e cidadania consagrados na Constituição.

A história moçambicana demonstra que a coesão entre diferentes grupos étnicos e sociais foi decisiva para enfrentar o colonialismo português e alcançar a soberania nacional. A conscientização das comunidades sobre a existência de um Estado plural e inclusivo foi essencial para consolidar a identidade nacional. Essa identidade, como argumenta Benedict Anderson em *Imagined Communities* (1983), é construída por meio de um processo imaginado que permite a criação de um senso de comunidade entre pessoas que, de outra forma, não teriam conexão direta.

Essa leitura é reforçada pela teoria de Robert Dahl sobre poliarquia, segundo a qual a verdadeira democracia exige participação inclusiva e garantia dos direitos civis para todos os cidadãos. A unidade nacional, nesse contexto, é vista como instrumento de inclusão política, permitindo que todos os grupos tenham acesso igualitário aos direitos e deveres democráticos.

Além disso, ela fortalece os movimentos sociais e a liberdade de expressão, elementos cruciais para a vitalidade democrática, como defende John Stuart Mill, que considera a liberdade de expressão essencial para a formação de uma opinião pública informada e para o controle do poder político.

Em síntese, a unidade nacional contribui de forma decisiva para a construção da democracia em Moçambique, ao promover a inclusão, a participação cidadã, o respeito à diversidade e a coesão social. Embora sua instrumentalização política tenha gerado distorções, o conceito permanece como um dos pilares fundamentais para a consolidação de um Estado democrático, plural e soberano.

6.4.1.2. As assimetrias regionais como obstáculos na construção da democracia nacional

A presente seção analisa as percepções dos entrevistados sobre o impacto das assimetrias regionais na consolidação da democracia em Moçambique. A questão orientadora — Consideram-se as assimetrias regionais como obstáculo na construção da democracia nacional?

— foi explorada por meio de entrevistas e grupos de discussão, cujas respostas foram sistematizadas no Gráfico 3.

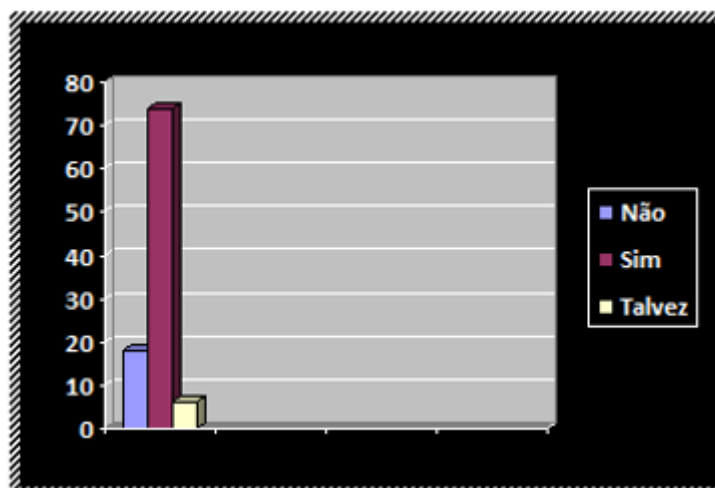


Gráfico 3: As assimetrias regionais e a construção da democracia nacional

Os dados revelam que aproximadamente 74% dos entrevistados consideram as assimetrias regionais um obstáculo significativo à construção da democracia nacional. A assimetria é entendida como a distribuição desigual da riqueza e dos investimentos entre as três grandes regiões do país, com favorecimento sistemático de algumas em detrimento de outras.

Um exemplo recorrente nas discussões foi a criação da Agência de Desenvolvimento Integrado do Norte (ADIN), instituída pelo Governo moçambicano com o objetivo de combater as desigualdades regionais — especialmente nas províncias de Niassa, Cabo Delgado e Nampula — e responder às causas estruturais da insurgência em Cabo Delgado. No entanto, os entrevistados expressaram ceticismo quanto à eficácia da ADIN, apontando sua inatividade e falta de impacto concreto como fatores que alimentam a desconfiança da sociedade civil.

Dados de 2015 indicam que essas três províncias apresentam os índices mais elevados de pobreza do país: Niassa com 67%, Nampula com 65% e Cabo Delgado com 53%, frente à

média nacional de 43%. O pesquisador João Feijó, do Observatório do Meio Rural, lamenta que “a ADIN podia ser um projeto de desenvolvimento mais sustentado, mas não é isso que está a acontecer, não há nada de concreto no terreno”.

Os entrevistados harmonizam a crítica, afirmando que, apesar das promessas feitas durante o lançamento da ADIN, nenhuma ação estruturante foi implementada. Agentes económicos reforçam essa visão, questionando como uma instituição criada para impulsionar o desenvolvimento regional pode permanecer praticamente inoperante por quase um ano. Alguns chegam a sugerir que “parece haver quem esteja satisfeito com o fraco desenvolvimento da região norte”.

A percepção de que certos moçambicanos têm acesso a oportunidades enquanto outros não foi apontada como um fator que ameaça a coesão nacional. Líderes religiosos alertam que os elementos que outrora unificaram o país — como a luta pela independência — já não são suficientes para manter a unidade nacional. Políticos entrevistados recordam que a FRELIMO sempre teve a unidade nacional como objetivo sagrado, especialmente durante o processo de libertação, quando diversos movimentos se dissolveram para formar uma frente única.

Contudo, com o avanço do desenvolvimento nacional, os entrevistados defendem que é necessário reinventar os fatores de unidade nacional, reconhecendo que os “pontos críticos” residem na sensação de exclusão e desigualdade de acesso às oportunidades. Essa percepção tem sido explorada em termos étnico-tribais e regionais, especialmente durante os processos eleitorais, em que se ouve que “agora é a vez do norte ou do centro”, evidenciando a perda de um referencial comum de unidade.

Os entrevistados alertam para o risco concreto de fragmentação da unidade nacional, caso não se desenvolva um pensamento estratégico sobre como garantir igualdade de acesso às oportunidades para todos os cidadãos. Políticos afirmam que, embora a divisão etnolinguística não deva entrar no debate sobre unidade nacional — citando exemplos de países com múltiplas línguas que não enfrentam esse dilema —, acusam o Governo de promover a desunião por meio do domínio político e económico do sul sobre o restante do país, sem apresentar políticas claras de integração nacional.

Representantes da sociedade civil evitam discutir a composição regional do Governo, mas reconhecem que as assimetrias de desenvolvimento são evidentes. Maputo-província e Maputo-cidade, por exemplo, destacam-se pelo elevado volume de investimentos nas últimas décadas — como a fundição de alumínio Mozal, a Estrada Circular, a Ponte Maputo-KaTembe e o boom imobiliário — enquanto províncias como Niassa e Cabo Delgado permanecem estagnadas.

A questão central, portanto, é: as assimetrias regionais corrompem a unidade nacional e a democracia, podendo gerar conflitos evidentes em Moçambique? Segundo os entrevistados, a resposta é afirmativa. A crescente polarização entre “Sul”, “Norte” e “Centro” é vista como um sintoma preocupante de desagregação nacional, que exige respostas políticas urgentes e estruturantes.

Em síntese, os dados revelam que as assimetrias regionais não apenas comprometem a equidade territorial, mas também fragilizam os fundamentos da democracia e da unidade nacional. A superação desses desafios exige políticas públicas integradas, investimentos equilibrados e uma visão estratégica que promova a inclusão, a justiça social e a coesão nacional.

6.4.1.3. A Unidade Nacional e a construção da cidadania, consolidação da Paz, da estabilidade e da democracia

A análise das entrevistas realizadas revela que os cidadãos moçambicanos percebem a unidade nacional como um elemento essencial para a construção da cidadania, a consolidação da paz, a estabilidade política e o fortalecimento da democracia. No entanto, essa unidade é vista como fragilizada pelas persistentes assimetrias regionais e pela distribuição desigual da riqueza, fatores que comprometem o progresso e o desenvolvimento equitativo do país.

Os entrevistados manifestaram preocupação unânime quanto ao futuro da paz em Moçambique, apelando aos líderes políticos para que adotem uma cultura de diálogo como instrumento de pacificação e inclusão. Académicos e agentes económicos reforçam essa posição, defendendo

que o processo de consolidação da paz deve considerar as diferenças ideológicas e garantir a segurança da população, especialmente em contextos pós-conflito. Como afirmam, “hoje, depois do acordo de paz em Roma, ainda vemos Moçambique como apenas Maputo ou a Beira. Esses pensamentos devem ser ultrapassados”.

Para cimentar a coesão nacional, líderes religiosos destacam a necessidade de ações concretas voltadas ao progresso e à defesa da vida humana. A ausência de união e colaboração, segundo eles, pode gerar rivalidades internas, tornando urgente o fortalecimento do entendimento mútuo e do trabalho conjunto. A partilha justa da riqueza é apontada como condição indispensável para a construção de uma paz duradoura.

As assimetrias regionais e a concentração de riqueza em determinadas áreas são vistas como problemas estruturais que devem ser enfrentados com prioridade. Os entrevistados afirmam que “a distribuição desigual da riqueza é o foco do problema. Se o país chegasse a um ponto em que os decisores criassem condições para uma partilha justa da riqueza, isso contribuiria muito para a paz”.

Do ponto de vista político, os entrevistados consideram que este é o momento de criar espaços reais de inclusão, permitindo que os cidadãos participem efetivamente do processo de desenvolvimento. A inclusão, segundo eles, não pode ser meramente retórica: “Tem de existir algo de concreto, as pessoas têm de ter ganhos”. A cidadania plena exige que os indivíduos se sintam parte do projeto nacional, com acesso a oportunidades e reconhecimento de seus direitos.

Entretanto, a tensão persistente entre a RENAMO e o Governo tem gerado um ambiente de insegurança e desconfiança, levando muitos cidadãos da sociedade civil a perderem a esperança na estabilidade política. A falta de avanços concretos no diálogo político e na reconciliação nacional é vista como um entrave à construção de uma democracia sólida e inclusiva.

Em síntese, os dados revelam que a unidade nacional, quando acompanhada de equidade territorial, justiça distributiva e cultura de diálogo, pode ser um poderoso instrumento para a construção da cidadania, a consolidação da paz e o fortalecimento da democracia em

Moçambique. A superação das desigualdades regionais e a promoção de uma inclusão efetiva são condições indispensáveis para garantir a estabilidade e o bem-estar coletivo.

6.4.2. Discussão dos resultados da Categoria D

A análise da construção da democracia em Moçambique revela um cenário complexo e multifacetado, marcado por uma significativa discrepância entre o arcabouço constitucional e a realidade prática. Esse descompasso é amplamente discutido na literatura sobre democratização em contextos pós-coloniais e em transições políticas, especialmente em países africanos.

Autores como Larry Diamond (2008) apontam que democracias emergentes enfrentam desafios estruturais persistentes, como a centralização do poder, a fragilidade institucional e a manipulação dos processos eleitorais. Em Moçambique, conforme indicam os entrevistados, esses fatores minam a participação popular e corroem a confiança no sistema democrático. Diamond observa que, em muitos países em desenvolvimento, a chamada “democracia eleitoral” é substituída por regimes híbridos, nos quais as instituições democráticas existem formalmente, mas são instrumentalizadas por elites políticas que buscam perpetuar seu domínio.

Nesse sentido, Fareed Zakaria (1997) contribui ao diferenciar “democracia” de “liberalismo constitucional”. Para ele, a realização de eleições não é suficiente para garantir a democracia; é necessário um Estado de Direito robusto, que proteja as liberdades civis e assegure a separação de poderes. Em Moçambique, embora exista uma Constituição que define os princípios democráticos, os entrevistados apontam que a implementação prática desses princípios é limitada, especialmente no que diz respeito à independência dos três poderes do Estado.

A reflexão dos entrevistados também remete ao conceito de “tirania da maioria”, discutido por Alexis de Tocqueville (1835), que advertia sobre o risco de opressão das minorias em democracias sem salvaguardas institucionais. No caso moçambicano, os participantes destacam uma inversão desse conceito, referindo-se à “tirania da minoria” — ou seja, à manipulação do

sistema por uma elite dominante que restringe a participação popular e distorce os mecanismos democráticos.

As desigualdades políticas e económicas também são centrais na análise. Amartya Sen (1999) argumenta que a democracia deve ser vista como um meio de proteger as liberdades substantivas dos indivíduos, incluindo a capacidade de exercer seus direitos em todas as esferas da vida. A percepção de que a distribuição dos recursos económicos em Moçambique é desigual, marginalizando comunidades inteiras, evidencia a ausência de uma democratização económica, essencial para a consolidação de uma democracia robusta.

O trabalho de Robert Dahl (1989) sobre poliarquia oferece um quadro teórico útil para compreender as limitações da democracia moçambicana. Dahl defende que uma verdadeira poliarquia requer não apenas eleições livres e justas, mas também participação inclusiva, liberdades civis garantidas e autonomia institucional. A análise dos entrevistados sobre a falta de liberdade de expressão e a concentração do poder político sugere que Moçambique ainda está distante desses padrões, resultando em uma democracia incompleta e em um Estado que não é plenamente responsável perante seu povo.

A contribuição da unidade nacional na construção da democracia também pode ser examinada à luz de diversas teorias que abordam o papel da identidade nacional, coesão social e participação política. A afirmação do Presidente Filipe Nyusi, ao destacar a unidade nacional como fundamental para a independência e manutenção da paz, ecoa os argumentos de Benedict Anderson (1983), que em *Comunidades Imaginadas* propõe que as nações são construções sociais, formadas por comunidades que se imaginam conectadas. Em Moçambique, a luta pela independência sob a bandeira da FRELIMO funcionou como catalisador dessa identidade nacional, unificando diferentes grupos étnicos e linguísticos sob uma narrativa comum de libertação.

Contudo, a instrumentalização contemporânea da unidade nacional por elites políticas pode ser analisada à luz da teoria de Eric Hobsbawm e Terence Ranger (1983) em *A Invenção das Tradições*, que argumenta que muitas tradições nacionais são construídas ou manipuladas para servir a interesses específicos. Isso sugere que, embora a unidade nacional tenha sido essencial

na luta contra o colonialismo, ela pode ser usada estrategicamente no presente para reforçar o poder de determinadas elites, nem sempre em benefício da democracia.

O conceito de “Povo no Poder”, mencionado pelos entrevistados e defendido pelo activista Azagaia, remete à ideia de democracia participativa, conforme explorada por Robert A. Dahl (1956) em *A Preface to Democratic Theory*. Dahl argumenta que a verdadeira democracia exige participação significativa e informada da população na tomada de decisões políticas. A unidade nacional, nesse contexto, pode ser vista como uma ferramenta que viabiliza essa participação inclusiva, garantindo que diferentes grupos tenham voz e influência nas políticas públicas.

Por outro lado, a crítica à redução da ênfase na unidade nacional nas políticas contemporâneas pode ser relacionada às reflexões de Chantal Mouffe (2000) em *The Democratic Paradox*. Mouffe argumenta que a democracia é inerentemente conflituosa, e que a tentativa de criar consensos artificiais — como em torno da unidade nacional — pode suprimir diferenças legítimas e enfraquecer o espaço para o dissenso, essencial em uma democracia pluralista.

Finalmente, autores como Ernest Gellner (1983) em *Nations and Nationalism* apontam que o nacionalismo, quando corretamente canalizado, pode promover um forte sentimento de coesão e solidariedade nacional, indispensável para a estabilidade política e social de uma democracia. Em Moçambique, a unidade nacional pode desempenhar esse papel, desde que seja cultivada com base na inclusão, no respeito à diversidade e na promoção da justiça social.

Em Moçambique, a unidade nacional, conforme discutido, pode desempenhar papel estratégico na consolidação da democracia, especialmente quando associada à formação de um exército nacional composto por cidadãos, em vez de mercenários. Essa escolha reforça os princípios de soberania e cidadania, considerados centrais para o funcionamento de um Estado democrático.

O papel da unidade nacional como garante dos direitos constitucionais e individuais também se alinha com os pensamentos de John Stuart Mill, em *On Liberty* (1859), ao defender que a liberdade de expressão e o sufrágio universal são pilares fundamentais para qualquer democracia. Mill argumenta que a participação política ampla e a proteção das liberdades

individuais são essenciais para que a democracia represente verdadeiramente os interesses do povo.

Em síntese, a discussão sobre a contribuição da unidade nacional na construção da democracia moçambicana pode ser enriquecida pelas perspectivas de diversos autores que, embora abordem o tema por diferentes ângulos, convergem na ideia de que coesão social e identidade nacional são elementos cruciais para a formação e sustentação de sistemas democráticos. Contudo, essas forças devem ser constantemente avaliadas e equilibradas, para que não sejam instrumentalizadas para fins de controle político.

A análise dos dados revela uma interação complexa entre unidade nacional, assimetrias regionais, distribuição desigual da riqueza e construção da cidadania, da paz, da estabilidade e da democracia. Os entrevistados expressam preocupação generalizada de que essas desigualdades comprometem seriamente o futuro do país, ameaçando a coesão social e a paz duradoura.

As assimetrias regionais e a concentração de riqueza são apontadas como os principais obstáculos à unidade nacional e à estabilidade. Essa leitura é corroborada por Paul Collier, em *The Bottom Billion* (2007), ao afirmar que desigualdades regionais podem ser fontes significativas de instabilidade política e social. Quando certos grupos se sentem sistematicamente excluídos dos benefícios do desenvolvimento, surgem sentimentos de injustiça, que minam a legitimidade do Estado e aumentam o risco de conflito.

No contexto moçambicano, essas desigualdades são especialmente preocupantes, considerando o histórico de conflitos internos e a persistente tensão entre o governo central e a RENAMO. A percepção de que “Moçambique é apenas Maputo ou a Beira” reflete uma centralização excessiva do poder e dos recursos, que exacerba as tensões regionais e alimenta o sentimento de marginalização.

A construção da cidadania em um contexto de desigualdade regional exige mais do que retórica inclusiva; requer ações concretas que enfrentem as disparidades económicas e sociais. Segundo T.H. Marshall, em *Cidadania e Classe Social* (1950), a cidadania plena só é possível quando os direitos civis, políticos e sociais são igualmente acessíveis a todos. Em Moçambique, a

exclusão de várias regiões indica uma cidadania incompleta, onde os direitos e oportunidades não são distribuídos de forma equitativa.

Essa exclusão compromete a capacidade dos cidadãos de participar plenamente na vida democrática, enfraquecendo a unidade nacional. Sem uma distribuição justa dos recursos, a noção de cidadania perde significado, e a democracia torna-se vulnerável a tensões internas e crises de legitimidade.

Os entrevistados destacam a necessidade de diálogo e inclusão como caminhos para a consolidação da paz e da estabilidade. A obra de Johan Galtung, *Peace by Peaceful Means* (1996), distingue entre “paz negativa” (ausência de violência) e “paz positiva” (presença de justiça social e igualdade), sendo esta última essencial para a estabilidade duradoura. A insistência dos entrevistados em políticas que promovam partilha justa da riqueza e inclusão concreta no processo político está alinhada com a ideia de paz positiva. Sem enfrentar as causas profundas da desigualdade, qualquer acordo de paz será frágil e instável.

A crise de confiança nas instituições democráticas, especialmente diante da tensão entre RENAMO e Governo, reflete um ambiente de insegurança e desilusão. Robert Dahl, em *Democracy and Its Critics* (1989), argumenta que a democracia requer não apenas eleições regulares, mas também proteção dos direitos das minorias e espaço para vozes dissidentes. A ausência desses elementos pode gerar alienação e descrença, agravando os conflitos.

Historicamente, os anos que sucederam à Segunda República (1990) foram marcados pela explosão de movimentos étnicos, impulsionados pelas liberdades garantidas pela nova Constituição. Exemplos como SOTEMAZA, MOCIZA, ASSANA e NGIANA ilustram a emergência de grupos que reivindicavam a valorização das minorias étnico-regionais e exigiam redistribuição justa dos bens nacionais e dos cargos públicos, que, segundo seus representantes, estavam concentrados nas mãos de uma minoria do sul ou de aliados cooptados pelo regime (Chichava, 2008).

Desde então, a consciência de pertença passou a se manifestar em quase todo o território nacional. A autoafirmação dos grupos locais tornou-se recorrente, evidenciando a necessidade

de acomodar os interesses dos diferentes grupos étnicos em um território formado sob circunstâncias históricas complexas.

O princípio de integração social e comunicação intercultural pode garantir a unidade na diversidade. Alain Touraine (2003) propõe um princípio de mediação, no qual cada indivíduo assume protagonismo ao combinar suas ações com suas pertencas culturais. A sociedade pode promover comunicação intercultural ao reconhecer o esforço de cada sujeito em se constituir, e ao encorajar o reconhecimento mútuo entre os diferentes.

Como afirma Touraine:

“O que nos permite viver juntos [...] é o parentesco dos nossos esforços para juntar os dois domínios da nossa experiência, para descobrir e defender uma unidade que não é a de um ego, mas de um eu, de um sujeito” (Touraine, 2003, p. 169).

Por fim, Catarina et al. (2022) lembram que os processos de construção do Estado e da nação, embora interligados, seguem lógicas distintas. Enquanto a nação se refere à identidade coletiva, o Estado diz respeito à autoridade política central respeitada em todo o território. Em Moçambique, parte significativa da estrutura estatal pós-independência foi herdada do legado colonial português, idealizado pela elite dirigente da FRELIMO e implementado como projeto de formação do “Homem Novo”, por meio de políticas uniformizadoras e imperativas.

A análise crítica dos processos históricos e políticos em Moçambique revela que, embora o país seja caracterizado por uma profunda heterogeneidade cultural, as decisões tomadas ao longo da sua trajetória pós-independência não priorizaram o diálogo entre os diversos atores sociais. Em vez disso, buscou-se a construção de uma consciência nacional com certo imediatismo, como se a unidade fosse um dado natural, e não um processo político e social a ser cultivado. Como resultado, não foram enfatizadas políticas que valorizassem a diversidade étnica, tampouco se promoveram os laços de afeto que poderiam fortalecer a moçambicanidade.

Após cinco décadas de independência, os desafios para a consolidação de um sentimento de unidade nacional permanecem evidentes, tanto entre as elites políticas quanto entre os cidadãos comuns. Embora haja uma tendência contemporânea de valorização das manifestações culturais

locais — visível, por exemplo, nas visitas de dirigentes às comunidades, onde são recebidos com danças tradicionais e discursos traduzidos para línguas locais — ainda persiste a percepção de que etnias do sul do país ou historicamente alinhadas à FRELIMO recebem maior atenção e prestígio.

O processo democrático em Moçambique teve início após uma intensa guerra civil, que forçou o então partido único, a FRELIMO, a realizar reformas constitucionais em 1990, culminando na assinatura dos Acordos Gerais de Paz em Roma, em 1992, entre FRELIMO e RENAMO. Desde 1994, o país realiza eleições regulares, embora estas sejam dominadas pela FRELIMO, com um declínio progressivo da RENAMO e de outras forças políticas. Esse desequilíbrio é acompanhado por fenômenos como deserções partidárias e episódios de violência política, envolvendo figuras de destaque.

A entrada em vigor da Constituição de 1990 marcou a transição para o multipartidarismo, trazendo mudanças significativas, como a liberdade de imprensa, liberdade de associação e expressão, direito de circulação e domicílio, regresso de refugiados, e a criação de mecanismos eleitorais, incluindo a Comissão de Supervisão e Controlo (CSC) e a promulgação da Lei 15/92, que concedeu anistia aos crimes cometidos durante o conflito.

Segundo Cuco (2016), os Acordos de Paz também resultaram na conservação de poderes reais pelas partes beligerantes. A FRELIMO manteve o controle das Forças de Defesa e Segurança, enquanto a RENAMO conservou milícias armadas para proteger seu líder, alimentando um conflito armado latente que poderia eclodir a qualquer momento.

As primeiras eleições multipartidárias de 1994, apesar de erros organizacionais, foram equilibradas, levando estudiosos a classificar Moçambique como um sistema bipartidário, algo raro na África subsaariana. Observou-se uma abertura política significativa, com a criação de novas instituições democráticas. O país chegou a ser considerado um caso de sucesso, por ter conseguido transitar da guerra para a paz e do partido único para o multipartidarismo (Harrison, 1996).

Desde então, Moçambique teve seis mandatos presidenciais: dois de Joaquim Chissano (1994–2004), dois de Armando Guebuza (2005–2015) e dois de Filipe Nyusi (2016–2024). Ao

contrário de outros movimentos de libertação africanos, a FRELIMO conseguiu sobreviver aos processos de sucessão interna sem grandes crises, demonstrando que a organização partidária se sobrepõe à figura individual do líder. Apesar disso, relatos indicam disputas internas e alianças estratégicas pelo controle do poder, embora cisões ou expulsões sejam raras (Cortês, 2018).

Um traço comum a todos os governos foi o discurso de reconciliação, unidade nacional e cultura de diálogo com a RENAMO, visando evitar o retorno à guerra civil. A RENAMO, por sua vez, manteve um discurso belicista, alegando fraudes eleitorais e ameaçando retomar o conflito armado.

Esse contexto é ilustrado no Discurso de Investidura do Presidente Filipe Nyusi, em 15 de janeiro de 2015, no qual o Chefe de Estado reafirma o compromisso com o diálogo construtivo, a inclusão política, e a promoção da concórdia nacional. Nyusi invoca os legados de Mondlane, Samora Machel, Chissano e Guebuza, destacando valores como unidade, tolerância, reconciliação, desenvolvimento e participação cidadã.

O Presidente enfatiza que a inclusão não pode ser apenas discursiva, mas deve se traduzir em ações concretas que permitam a participação efetiva de todos os moçambicanos — independentemente de etnia, região, filiação partidária ou condição social — nos processos de tomada de decisão. A construção de uma sociedade inclusiva, segundo Nyusi, exige educação, saúde, diálogo permanente e respeito à pluralidade de opiniões.

Esse discurso reforça a ideia de que a democracia moçambicana, embora formalmente estruturada, ainda enfrenta desafios profundos de inclusão, representatividade e equidade regional. A unidade nacional, nesse contexto, não pode ser apenas um símbolo histórico, mas deve se transformar em instrumento de coesão social e justiça política, capaz de sustentar uma democracia plural, participativa e resiliente.

A reafirmação do orgulho de pertencer a uma nação unitária e indivisível, sem abdicar dos valores culturais próprios, expressa no discurso presidencial, reforça a ideia de que a unidade na diversidade é um princípio estruturante da identidade nacional moçambicana. A bandeira multicolor, símbolo dessa pluralidade, representa o compromisso com uma governação que

privilegie a paz, o diálogo, a solidariedade e a inclusão — valores que sustentam a construção de uma democracia participativa e ecologicamente responsável.

Esse ideal de um Moçambique respeitado pela estabilidade política, pelos direitos humanos e pela equidade social, como enunciado no discurso, contrasta com os desafios enfrentados no processo democrático. Nuvunga (2014) aponta que a transição democrática moçambicana começou com uma “vibrante disputa eleitoral” entre FRELIMO e RENAMO, configurando um sistema bipartidário entre 1994 e 1999. Contudo, a partir de 2004, a RENAMO passou a sofrer derrotas significativas, inclusive em províncias onde antes obtinha vitórias absolutas, como Nampula e Zambézia.

Enquanto a FRELIMO consolidava-se como partido dominante, a RENAMO enfrentava cisões internas, deserções e expulsões, com membros fundando ou aderindo a novos partidos. No entanto, esses partidos menores não conseguiram projeção nacional, limitando-se a atuações esporádicas e, em muitos casos, servindo de apoio simbólico à FRELIMO, com seus líderes posteriormente nomeados para cargos em empresas estatais.

A exceção notável é o Movimento Democrático de Moçambique (MDM), que se destaca por sua composição jovem, discurso inovador e ausência de vínculos com a guerra armada, o que lhe confere uma identidade política distinta. Ainda assim, o processo de democratização permanece polarizado entre FRELIMO e RENAMO, cujas ações são determinantes para os rumos políticos e para a consolidação democrática do país.

Nesse contexto de declínio do bipartidarismo e ascensão do sistema de partido dominante, emergem reivindicações recorrentes dos partidos da oposição, especialmente em períodos eleitorais. As queixas incluem:

Obstruções à regularização de candidaturas pela CNE, cujos dirigentes são nomeados pela FRELIMO;

Instrumentalização de populações locais para impedir atividades políticas da oposição;

Uso indevido de bens estatais para financiar campanhas e enriquecer dirigentes;

Partidarização da função pública e captura do aparelho estatal;

Práticas sistemáticas de corrupção e fraudes eleitorais, como falsificação de votos, enchimento de urnas, sabotagem de votos da oposição e intimidação policial.

Essas denúncias são corroboradas por Carvalho (2017), que analisa a democracia constitucional moçambicana sob duas perspectivas:

a) Geral – centrada nos eixos Estado, Sociedade e Poder; b) Especial – focada na qualidade da democracia no plano político, económico e jurídico-constitucional.

Carvalho identifica uma democracia-capitalista, onde os interesses das elites dirigentes moldam o funcionamento das instituições, muitas vezes em detrimento da participação popular. Essa leitura é reforçada por Adriano Nuvunga, ao afirmar que a FRELIMO utiliza o aparato estatal para enfraquecer a oposição e proteger seus privilégios, consolidando um sistema de partido dominante.

A estrutura do Estado moçambicano, segundo Edson Cortês (2018), favorece o centralismo administrativo, herdado da administração colonial portuguesa. Na prática, esse modelo é reforçado por uma cultura política baseada na lealdade ao chefe, em detrimento da legalidade institucional. Isso abre espaço para a confusão entre esfera pública e privada, com distribuição de cargos e bens públicos baseada em simpatias, alianças e favorecimentos pessoais.

O sistema presidencialista vigente em Moçambique concentra poderes executivos, legislativos e militares nas mãos do Presidente da República, que também é líder do partido no poder. Essa acumulação de funções confere ao Presidente controle sobre os principais mecanismos de redistribuição de oportunidades e recursos, favorecendo seu grupo político e aliados, e dificultando a alternância democrática.

Em síntese, os dados revelam que, apesar dos avanços institucionais desde a transição democrática, persistem práticas que comprometem a neutralidade do Estado, a equidade eleitoral e a inclusão política. A consolidação da democracia em Moçambique exige reformas profundas, capazes de garantir a separação de poderes, a transparência institucional e a

participação cidadã efetiva, em consonância com os princípios constitucionais e os valores da unidade nacional.

O papel do Estado na economia moçambicana permanece significativo, mesmo após as grandes ondas de privatização. Conforme observa Cortês (2018:34), o Estado continua a ser o maior detentor dos meios e fatores de produção, o que lhe confere uma posição estratégica na dinâmica económica e política do país. O aproveitamento dos recursos estatais para fins partidários, especialmente por membros da FRELIMO, tornou-se uma prática recorrente, gerando vantagens comparativas em relação aos demais atores políticos e comprometendo a equidade na competição democrática.

O controlo dos meios de produção e o acesso privilegiado à informação sobre investimentos e negócios estatais transformaram a militância partidária em um instrumento de ascensão social e económica. A percepção generalizada de que a filiação à FRELIMO é condição para estabilidade no emprego, sucesso empresarial e crescimento financeiro consolidou uma lógica de clientelismo político, onde a proximidade com os círculos de poder é vista como essencial para o progresso individual.

Nesse contexto, a FRELIMO detém uma capacidade de atração de novos membros significativamente superior à dos demais partidos, alimentada pelas expectativas de recompensas materiais e simbólicas associadas à militância. A elite política, que também constitui parte da elite económica, exerce hegemonia sobre o funcionalismo público, reforçando o controle sobre a sociedade moçambicana e ampliando sua vantagem nos processos de mobilização política e oferta de oportunidades.

A análise dos dados revela que a Unidade Nacional em Moçambique está intrinsecamente ligada à superação das assimetrias regionais e à criação de condições para uma distribuição mais equitativa da riqueza. Sem enfrentar esses problemas estruturais, a construção de uma cidadania plena, a consolidação da paz e a estabilidade política continuarão a ser desafios persistentes.

A inclusão e o diálogo, embora frequentemente presentes nos discursos oficiais, não podem permanecer no plano retórico. Devem ser acompanhados por ações concretas que promovam a

justiça social, o desenvolvimento equitativo e a participação cidadã efetiva. Somente por meio de tais medidas será possível construir uma democracia robusta, sustentada por instituições legítimas e uma paz duradoura, capaz de refletir os anseios de todos os moçambicanos, independentemente de sua origem étnica, região ou filiação política.

Conclusão da Parte IV

A Parte IV desta investigação permitiu uma análise aprofundada sobre os desafios e as contradições que permeiam a construção da democracia em Moçambique, com especial atenção à interdependência entre unidade nacional, cidadania, estabilidade política e justiça social. Os dados empíricos, articulados com o referencial teórico, revelam que a democracia moçambicana, embora formalmente instituída, enfrenta obstáculos estruturais que comprometem sua efetividade e legitimidade.

A persistência das assimetrias regionais, a concentração de poder político e económico, e a instrumentalização das instituições estatais por parte do partido dominante configuram um cenário de fragilidade democrática, onde os princípios constitucionais nem sempre se traduzem em práticas inclusivas e equitativas. A centralização administrativa, herdada do modelo colonial, aliada à cultura política baseada na lealdade pessoal, contribui para a reprodução de desigualdades e para o enfraquecimento da cidadania plena.

A unidade nacional, embora exaltada nos discursos oficiais, mostra-se vulnerável diante da exclusão de grupos sociais e regiões inteiras do processo de desenvolvimento. A sua instrumentalização política, longe de promover coesão, pode acentuar divisões e alimentar ressentimentos. A construção de uma verdadeira unidade exige o reconhecimento da diversidade cultural, étnica e regional como riqueza nacional, e não como ameaça à estabilidade.

A análise também evidenciou que a participação política, a liberdade de expressão, e o acesso equitativo aos recursos públicos são condições indispensáveis para a consolidação de uma democracia substantiva. A cidadania, nesse contexto, não pode ser reduzida ao direito ao voto,

mas deve incluir a capacidade de influenciar decisões, de acessar oportunidades e de viver com dignidade.

A literatura especializada, mobilizada ao longo desta parte, reforça que a democracia não se constrói apenas com instituições formais, mas com práticas sociais que garantam pluralismo, justiça e inclusão. Autores como Dahl, Sen, Galtung, Anderson, Mouffe e Nuvunga oferecem perspectivas complementares que ajudam a compreender os limites e as possibilidades da democracia moçambicana.

Em síntese, a Parte IV demonstra que a consolidação democrática em Moçambique depende de uma profunda reconfiguração das relações entre Estado, sociedade e poder, com base em princípios de equidade, transparência e respeito à diversidade. Somente por meio de reformas estruturais, de uma cultura política voltada ao bem comum, e de uma cidadania ativa e informada, será possível transformar a democracia formal em uma democracia vivida — capaz de responder aos anseios da população e de sustentar uma paz duradoura.

CAPÍTULO VIII: CONSIDERAÇÕES FINAIS

7.1. Conclusão

Esta pesquisa permitiu compreender, com profundidade, os desafios que se impõem à construção da cidadania e da democracia em Moçambique, tendo como eixo central a análise da Unidade Nacional. Os dados recolhidos e analisados revelam que, embora a Unidade Nacional seja amplamente reconhecida como um valor essencial para a coesão social e política, sua efetivação encontra-se comprometida por desigualdades persistentes, especialmente as de natureza regional e económica.

A cidadania plena, em seu sentido mais abrangente, ainda não é uma realidade para todos os moçambicanos. As assimetrias regionais, a concentração de riqueza e o acesso desigual aos recursos e oportunidades configuram barreiras concretas à inclusão. A ideia de pertença a uma nação comum, embora presente nos discursos oficiais e nas aspirações populares, é fragilizada pela ausência de políticas que promovam justiça social e equidade territorial.

A investigação demonstrou que a Unidade Nacional, para além de um símbolo político, deve ser entendida como um processo contínuo de construção coletiva, que exige o reconhecimento das diferenças, a valorização da diversidade e a redistribuição justa dos recursos. Sem esses elementos, a cidadania torna-se seletiva, e a democracia, formal.

A paz e a estabilidade, frequentemente associadas à ideia de unidade, também se revelam vulneráveis diante da exclusão social e da falta de participação efetiva nos processos de decisão. A ausência de violência não é suficiente para garantir a paz duradoura. É necessário que haja justiça, inclusão e respeito às múltiplas vozes que compõem o tecido social moçambicano.

O estudo evidenciou que o modelo de governação vigente, marcado pela centralização do poder e pela instrumentalização das instituições públicas, contribui para a reprodução das desigualdades e para o enfraquecimento da confiança nas estruturas democráticas. A lógica de concentração, tanto política quanto económica, limita a emergência de uma cidadania ativa e plural, e compromete a legitimidade do Estado perante os seus cidadãos.

A consolidação da democracia em Moçambique exige, portanto, uma reconfiguração profunda das relações entre Estado, sociedade e território. É imperativo que se ultrapasse a retórica da inclusão e se avance para práticas concretas que assegurem o acesso equitativo aos direitos, à representação e aos recursos. A Unidade Nacional, nesse contexto, deve deixar de ser um ideal abstrato e tornar-se uma realidade vivida — sustentada por políticas públicas que promovam justiça, participação e reconhecimento.

Em última instância, esta pesquisa reafirma que a democracia não se constrói apenas com instituições formais, mas com práticas que garantam dignidade, pertencimento e voz aos cidadãos. A Unidade Nacional, quando articulada à justiça social e à cidadania plena, pode ser o alicerce de uma democracia sólida, resiliente e verdadeiramente representativa da diversidade moçambicana.

A análise dos dados confirma que a paz e a estabilidade em Moçambique estão profundamente ameaçadas por desigualdades persistentes e pela ausência de inclusão efetiva nos processos de tomada de decisão. A ideia de que a paz se resume à ausência de violência revela-se insuficiente diante de um cenário marcado por exclusão social, concentração de riqueza e assimetrias regionais. A paz duradoura exige justiça social, equidade e participação cidadã ampla — elementos que ainda não se materializaram de forma consistente no país.

A investigação demonstrou que a Unidade Nacional, embora amplamente evocada como fundamento da coesão nacional, encontra-se fragilizada pela falta de políticas que promovam redistribuição equitativa de recursos e reconhecimento das diversas realidades regionais. A exclusão percebida por comunidades periféricas compromete a confiança nas instituições democráticas e alimenta tensões que podem desestabilizar o tecido social.

A democracia moçambicana, para se consolidar como sistema legítimo e representativo, precisa superar a sua dimensão formal e avançar para práticas que assegurem a inclusão substantiva de todos os cidadãos. A cidadania plena não pode ser privilégio de alguns; deve ser direito de todos. Isso implica garantir que os processos políticos sejam acessíveis, que os recursos públicos sejam distribuídos com justiça, e que as vozes historicamente marginalizadas sejam ouvidas e consideradas.

Os dados revelam que a concentração de poder político e económico em determinados grupos e regiões não apenas distorce o funcionamento das instituições, mas também mina a credibilidade do próprio Estado. A democracia, nesse contexto, corre o risco de se tornar uma fachada, incapaz de responder às demandas reais da população. A construção de uma cidadania inclusiva e participativa é, portanto, uma condição indispensável para a sustentabilidade democrática.

A investigação também aponta que os atores políticos e sociais têm desempenhado um papel insuficiente na promoção da Unidade Nacional. A ausência de um compromisso contínuo com o diálogo e com a inclusão revela uma lacuna grave na condução do projeto democrático. A retórica da coesão precisa ser substituída por ações concretas que promovam a justiça social, a equidade territorial e o reconhecimento da diversidade como valor estruturante da nação.

Em síntese, a pesquisa evidencia que a democracia em Moçambique só poderá se fortalecer se for capaz de enfrentar as desigualdades estruturais que comprometem a cidadania e a paz. A Unidade Nacional, longe de ser um conceito estático, deve ser continuamente reconstruída com base na inclusão, na participação e na justiça. Somente assim será possível transformar o ideal democrático em realidade vivida por todos os moçambicanos.

A análise dos dados confirma que a democracia moçambicana enfrenta desafios estruturais que vão além da institucionalidade formal. As assimetrias regionais, a distribuição desigual da riqueza e a exclusão de grupos sociais e regiões inteiras comprometem a confiança nas instituições e alimentam tensões que fragilizam a coesão nacional. A ausência de políticas concretas voltadas à inclusão e à justiça social revela uma lacuna entre o discurso oficial e a prática governativa, dificultando o avanço democrático e a consolidação da cidadania plena.

Moçambique, como país pós-colonial e pluriétnico, carrega em sua formação histórica uma diversidade cultural que deveria ser reconhecida como riqueza nacional. No entanto, ao longo do tempo, essa pluralidade foi tratada ora como obstáculo, ora como instrumento de manipulação política. Durante a situação colonial, as identidades étnicas foram usadas para dividir e subjugar. No pós-independência, sob a égide da ideologia marxista-leninista, tentou-se suprimir as diferenças culturais em nome da construção de uma nação homogênea,

promovendo políticas que, embora proclamassem o poder popular, acabaram por afastar as populações das estruturas de decisão.

A investigação revela que, apesar da retórica de unidade, certos grupos étnicos foram privilegiados nas estruturas de poder político, militar e económico, gerando percepções de exclusão e desigualdade. A concentração de cargos e recursos nas mãos de indivíduos oriundos do sul do país, especialmente das etnias changana e maconde, foi apontada pelos entrevistados como um fator de desequilíbrio e ressentimento. Essas percepções, embora frequentemente expressas em termos étnicos, refletem disputas reais por acesso ao poder e à riqueza, evidenciando que o problema central não é o tribalismo, mas a distribuição assimétrica de oportunidades.

A pluralidade étnica, por si só, não representa uma ameaça à Unidade Nacional ou à democracia. Pelo contrário, ela pode ser um instrumento de valorização da diversidade, de fortalecimento da identidade coletiva e de construção de uma cidadania mais rica e representativa. Reconhecer e incluir os diferentes grupos sociais nos processos **de tomada** de decisão é essencial para garantir que todos se sintam parte do projeto nacional.

A pesquisa identificou duas teses que ajudam a compreender a crise da Unidade Nacional no que diz respeito à questão étnica. A primeira aponta que a tentativa de construir uma nação cívica, ignorando ou hostilizando as identidades culturais, gera exclusão e conflitos. A segunda defende que as etnias perderam relevância objetiva, sendo hoje reflexo das disputas por recursos e poder. Ambas convergem para um ponto comum: o verdadeiro obstáculo à unidade nacional não está na diversidade cultural, mas nas desigualdades económicas e na exclusão política.

Em síntese, a construção da democracia e da Unidade Nacional em Moçambique exige uma abordagem que reconheça a diversidade como valor, promova a justiça social como princípio e assegure a inclusão como prática. A superação das desigualdades estruturais e o fortalecimento da cidadania participativa são condições indispensáveis para que a democracia deixe de ser formal e se torne efetivamente vivida por todos os moçambicanos.

Com o advento da democracia e o processo de abertura política em Moçambique, emergiu um fenómeno novo e revelador: o partidarismo étnico. A análise dos principais partidos com representação parlamentar, como a RENAMO e o MDM, evidencia que suas origens estão profundamente marcadas por sentimentos de exclusão vivenciados por lideranças oriundas do centro e norte do país. Muitos desses líderes foram, em algum momento, militantes da FRELIMO ou descendentes diretos de seus quadros, o que reforça a ideia de que a criação de novos partidos não se deu apenas por divergências ideológicas, mas também por demandas de representatividade étnica e religiosa negligenciadas no espaço político dominante.

Esse cenário revela uma fragilidade estrutural na mediação da paz e na consolidação da estabilidade socioeconómica, pois a ausência de uma gestão inclusiva e equitativa dos recursos nacionais alimenta tensões e ressentimentos. Os interlocutores foram claros ao apontar que o crescimento económico e a redução da pobreza, por si só, não são suficientes. É necessário que esses avanços estejam acompanhados de políticas de distribuição justa, investimentos equilibrados e coalizões políticas que reflitam a diversidade do país. Sem isso, a Unidade Nacional permanece vulnerável e a democracia, incompleta.

A pesquisa confirma que a Unidade Nacional é percebida como condição essencial para o exercício pleno da soberania popular. A evocação do ideal de "Povo no Poder", como expressão do desejo de uma democracia participativa e representativa, sintetiza o anseio por um sistema político em que as vontades da população sejam verdadeiramente respeitadas. Nesse sentido, a Unidade Nacional não é apenas um conceito simbólico, mas um instrumento de inclusão política e social, capaz de garantir que todos os cidadãos, independentemente de sua origem, tenham acesso aos espaços de decisão e expressão.

Os dados indicam que a liberdade de manifestação, a participação em movimentos sociais e a manutenção dos direitos humanos fundamentais são entendidos como pilares da democracia, e que a Unidade Nacional deve ser o alicerce que sustenta esses direitos. No entanto, as assimetrias regionais e a distribuição desigual da riqueza continuam a ser os principais fatores que comprometem a paz, o progresso e a estabilidade política. A pesquisa refuta a ideia de que o tribalismo seja o obstáculo central; ao contrário, demonstra que é possível construir uma unicidade estatal sólida dentro da diversidade étnica, desde que haja justiça social e equidade.

A conclusão é clara: para que Moçambique avance rumo a uma cidadania plena, consolide a paz e fortaleça sua democracia, é imperativo enfrentar as desigualdades estruturais que ainda persistem. A Unidade Nacional, embora fundamental, não se realiza apenas por meio de discursos ou símbolos, mas sim por meio de ações concretas que promovam inclusão, reconhecimento e redistribuição justa dos recursos. Os atores políticos e sociais têm um papel decisivo nesse processo, e sua omissão pode comprometer não apenas o futuro democrático do país, mas também a paz duradoura que tantos moçambicanos almejam.

7.1. Sugestões

A pesquisa evidenciou que a diversidade étnica, embora constitua uma riqueza nacional, tem sido frequentemente associada a tensões políticas e sociais, sobretudo quando agravada por exclusões económicas e desigualdades estruturais. A discriminação étnica e a marginalização económica não devem ser analisadas isoladamente; são fatores interdependentes e decisivos na construção — ou fragilização — da Unidade Nacional.

Diante disso, é fundamental que o debate académico e político avance para uma abordagem que reconheça a diversidade como base legítima para a consolidação da coesão nacional. A promoção da Unidade Nacional não exige a homogeneização cultural, mas sim o reconhecimento das diferenças como parte constitutiva de um projeto coletivo. É papel do Estado, enquanto detentor do poder, criar espaços institucionais que valorizem as identidades étnicas e culturais, sem comprometer o princípio da cidadania universal.

A exclusão de grupos étnicos representa um obstáculo central à construção de uma nação coesa. O Estado deve conscientizar a sociedade sobre a importância de reconhecer que, apesar das diferenças antropológicas e sociológicas, os moçambicanos compartilham uma história comum e um território comum — elementos que podem e devem sustentar uma visão nacional inclusiva.

A distribuição equitativa dos recursos, aliada à partilha justa de oportunidades políticas, administrativas e económicas em todos os níveis de governação, é uma condição essencial para o fortalecimento da Unidade Nacional. Essa equidade pode impulsionar o crescimento económico, reduzir a pobreza e promover uma gestão sustentável e inclusiva dos recursos naturais.

Com base nos achados da pesquisa, propõem-se as seguintes diretrizes estratégicas para promover a Unidade Nacional, a cidadania plena, a paz duradoura e a robustez democrática em Moçambique:

i) Promoção da Unidade Nacional e Construção da Cidadania

Desenvolvimento Regional Equitativo: Implementar políticas que reduzam as disparidades entre regiões, com investimentos em infraestrutura, educação e saúde nas zonas periféricas.

Programas de Inclusão Social: Criar iniciativas que garantam acesso universal a serviços públicos e oportunidades de participação cívica e económica.

Reformas na Distribuição da Riqueza: Revisar políticas fiscais e de investimento para assegurar uma repartição mais justa dos recursos nacionais.

ii) Consolidação da Paz e Estabilidade

Promoção da Justiça Social: Desenvolver políticas alinhadas ao conceito de “paz positiva”, assegurando voz e acesso aos mecanismos de resolução de conflitos para todos os grupos sociais.

Fomento ao Diálogo e à Inclusão: Estabelecer fóruns permanentes de diálogo entre diferentes segmentos sociais e políticos, promovendo a inclusão nos processos decisórios.

Educação para a Paz e Coesão Social: Investir em programas educacionais que cultivem o respeito à diversidade e fortaleçam a cultura da paz.

iii) Fortalecimento da Democracia

Reforço das Instituições Democráticas: Ampliar a transparência e a responsabilidade institucional, promovendo maior participação cidadã e controle social.

Garantia dos Direitos das Minorias: Implementar políticas que assegurem a proteção e promoção dos direitos dos grupos marginalizados.

Participação Cidadã Ativa: Estimular mecanismos de envolvimento direto da população na vida política e social, como consultas públicas e conselhos comunitários.

iv) Papel dos Atores Políticos e Sociais

Compromisso com a Inclusão e o Diálogo: Os líderes políticos e sociais devem assumir um compromisso efetivo com a inclusão e o diálogo contínuo.

Ações Concretas de Cidadania Ativa: Promover iniciativas que envolvam os cidadãos nos processos de decisão e desenvolvimento, com representatividade regional e cultural.

Monitoramento e Avaliação: Criar mecanismos de avaliação contínua das políticas públicas voltadas à Unidade Nacional, paz e democracia, garantindo ajustes e aprimoramentos constantes.

Essas propostas visam estabelecer os alicerces de uma sociedade mais justa, coesa e democrática, capaz de transformar a diversidade em força e a cidadania em prática vivida. A construção da Unidade Nacional, da paz e da democracia em Moçambique depende da coragem política de enfrentar desigualdades históricas e da capacidade coletiva de promover inclusão com justiça.

Referencia Bibliográfica

- Aalders, G. J. D. (1975). *Political Thought in Hellenistic Times*, Amsterdam: Adolf M. Hakkert.
- Acemoglu, D., & Robinson, J. A. (2012). *Why Nations Fail: The Origins of Power, Prosperity, and Poverty*. Crown Business.
- Alves-Mazzotti, Alda Judith (2008). Representações Sociais: Aspectos Teóricos e Aplicações À Educação, “Revista Múltiplas Leituras”.
- Amaral A. C. e Gomes, C. C. trad. (1998). *Aristóteles. Política*, Lisboa: Vega.
- Amaral, Ilídio do (2005). Importância do sector informal da economia urbana em Países da África subsariana, “Finisterra”, XL.
- Anderson, B. (1983). *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. Verso.
- Balot, R. K. ed. (2013). *A Companion to Greek and Roman Political Thought*, Chichester/Malden, MA: Wiley-Blackwell.
- Balot, R. K. 2013. ‘Introduction: Rethinking the History of Greek and Roman Political Thought’, in: R. K. Balot (ed.), 3-19.
- Banda, J. (2019). *Desafios Sociais e Económicos em Moçambique*. Editora Moçambique.
- Banda, J. (2019). *Desigualdades regionais e coesão nacional em Moçambique: Uma análise crítica*. Universidade Eduardo Mondlane.
- Bastos, C. R. (1992). *Curso de Direito Constitucional*. 14ª Edição. Saraiva, São Paulo: Brasil.
- Bauman, Zygmunt (2003). *Comunidade: a busca por segurança no mundo Atual*. Jorge Zahar Ed. Rio de Janeiro: Brasil.
- Boletim da República. nº 23. I Série. 10/07/1997.
- Breyfogle, T. (2013). ‘Citizenship and Signs: Rethinking Augustine on the Two Cities’, in: R. K. Balot (ed.), 501-526.
- Brown, E. 2013. ‘False Idles. The Politics of the “Quiet Life”’, in: R. K. Balot (ed.), 485-500.
- Caeiro, A. C. (trad.) 20124. *Aristóteles. Ética a Nicómaco*, Lisboa, Quetzal (1ª ed. 2004).
- Cahen, M. (1996). *A formação do Estado e a construção da unidade nacional em Moçambique*. In M. Cahen & J. Magode (Eds.), *História e desenvolvimento em Moçambique* (pp. 45-67). Editora Moçambique.

- Cahen, M. (2010). Diversidade étnica e desenvolvimento em Moçambique: Uma perspectiva crítica. *Revista Moçambicana de Ciências Sociais*, 12(2), 34-58.
- Cahen, M. (2010). *Identidades e Coesão Nacional em Contextos Multiculturais*. Editora Académica.
- Canotilho, J. J. G. (2002). *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. 5ª edição. Almedina, Coimbra: Portugal.
- Castiano, J. (2010). *Pluralismo Étnico e Democracia: Perspectivas e Desafios*. Editora Nacional.
- Castiano, M. (2010). Transformações sociopolíticas e a relevância das etnias em Moçambique. *Estudos Africanos*, 15(1), 88-104.
- Catarina M. M, Alves G. M. e Martins, M. D. (2022). Estado, Nação E Etnicidades Em Moçambique. Working Paper, CEsA CSG 186/2022
- Chabal, P., & Daloz, J. P. (1999). *Africa Works: Disorder as Political Instrument*. James Currey.
- Chichava, S. (2008). A política de inclusão e exclusão em Moçambique. Instituto de Estudos Sociais e Políticos.
- Chichava, S. (2008). Por uma leitura sócio histórica da etnicidade em Moçambique. Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE). Maputo, p. 1-17.
- Collier, P. (2007). *The Bottom Billion: Why the Poorest Countries are Failing and What Can Be Done About It*. Oxford University Press.
- Dahl, R. A. (1989). *Democracy and Its Critics*. Yale University Press.
- Dapew, D. J. 2013. 'The Ethics of Aristotle's Politics', in: R. K. Balot (ed.), 399-418.
- Feliciano, J. F. (1996), Prefácio. In: Junod, H. *Usos e Costumes dos Bantos*. Tomo I: Vida Social. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique.
- Ferguson, J. (1975). *Utopias of the Classical World*, Ithaca – New York: Cornell University Press.
- Fernando Florêncio, «Identidade étnica e práticas políticas entre os vaNdau de Moçambique », *Cadernos de Estudos Africanos* [Online], 3 | 2002, posto online no dia 15 outubro 2013, consultado o 18 maio 2023. URL : <http://journals.openedition.org/cea/1085> ; DOI : 10.4000/cea.1085
- Futre Pinheiro, M. P. 2006. 'Utopia and Utopias: a Study on a Literary Genre in Anti- quity', in: S. N. Byrne, E.P. Cueva, J. Alvares (eds.), *Ancient Narrative*. Authors,

Authority, and Interpreters Ancient Narrative Supplementum 5, Groningen, Barkhuis Publishing and Groningen University Library, 147-171.

Galtung, J. (1969). Violence, Peace, and Peace Research. *Journal of Peace Research*, 6(3), 167-191.

Giangrande, L. (1976). 'Les Utopies Hellénistiques', *CEA* 5, 17-33.

Goldman, L. (1972). *A criação cultural na sociedade moderna*. Tradução de Rolando Roque da Silva. São Paulo: Dufusão Europeia do Livro.

Gómez, Miguel B. (1999). *Educação moçambicana ?história de um processo: 1962-1984*. Maputo: UEM.

Gómez-Pantoja, J. L. (1922). 'El Mediterraneo: Influencias e Interacciones de un Paisage', in: F. J. Gómez Espelosín, y J. Gómez-Pantoja (eds.), *Pautas para una Seduccion*. Ideas y materiales para una nueva asignatura: Cultura clásica, Madrid: Universidad de Alcalá de Henares– Ediciones Clásicas, 53-61.]]

Hadas, M. (1959). *Hellenistic Culture. Fusion and Diffusion*, New York: Columbia University Press.]

Hanlon, J. (2010). *Mozambique: Who Calls the Shots?*. James Currey.

Hedrick, Jr, Ch. W. (2013). 'Imitating Virtue and Avoiding Vice. Ethical Functions of Biography, History, and Philosophy', in: R. K. Balot (ed.), 421-439.

Honigmann, J. (1964) "Tribe", *A dictionary of the social sciences*, Glencoe, Free press.

Horowitz, D. L. (1985). *Ethnic Groups in Conflict*. University of California Press.

Huntington, S. P. (1991). *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*. University of Oklahoma Press.

Kymlicka, W. (2001). *Politics in the Vernacular: Nationalism, Multiculturalism, and Citizenship*. Oxford University Press.

Lane, M. (2014). *Greek and Roman Political Ideas: A Pelican Introduction*, London: Pelican.

Lundin, J. (1995). *Ethnic Identity and National Integration: The Case of Mozambique*. Routledge.

Lundin, J. (1996). *Identidade étnica e unidade nacional em contextos pós-coloniais: O caso de Moçambique*. In M. Cahen & J. Magode (Eds.), *História e desenvolvimento em Moçambique* (pp. 109-124). Editora Moçambique.

- Lundin, J. (1996). Identidade étnica e unidade nacional em contextos pós-coloniais: O caso de Moçambique. In M. Cahen & J. Magode (Eds.), *História e desenvolvimento em Moçambique* (pp. 109-124). Editora Moçambique.
- Magode, J. (1996). A construção da unidade nacional e a questão étnica em Moçambique. In M. Cahen & J. Magode (Eds.), *História e desenvolvimento em Moçambique* (pp. 23-44). Editora Moçambique.
- Magode, J. (1996). A construção da unidade nacional e a questão étnica em Moçambique. In M. Cahen & J. Magode (Eds.), *História e desenvolvimento em Moçambique* (pp. 23-44). Editora Moçambique.
- Mamdani, M. (1996). *Citizen and Subject: Contemporary Africa and the Legacy of Late Colonialism*. Princeton University Press.
- Mango, I. (2012). *Eduardo Mondlane e a Construção da Unidade Nacional*. Editora África.
- Marcos, José Mazula Zarafi (2007), *O Processo de Paz e as Assimetrias Regionais do Desenvolvimento em Moçambique entre 1992 e 2004*, Mestrado Em Geografia Área De Especialização Em Desenvolvimento Regional E Local, Faculdade De Letras, Departamento De Geografia, Universidade De Lisboa.
- Marumo, M. M. (2015). The Challenges of Building a United Nation in a Multi-Ethnic Context: A Mozambican Perspective. *South African Journal of Political Studies*, 42(2), 215-233.
- Matos, A. (2007). *A Diversidade Étnica e seus Impactos na Unidade Nacional*. Editora Universitária.
- Matos, R. (2007). A concentração de recursos e a desigualdade regional em Moçambique. *Revista de Estudos Regionais*, 9(3), 112-129.
- Matos, R. (2007). A concentração de recursos e a desigualdade regional em Moçambique. *Revista de Estudos Regionais*, 9(3), 112-129.
- Mercier, P. (1961). Remarques sur la signification du “tribalismo actuel” en Afrique noire, *Cahiers internationaux de sociologie*, (Paris, PUF), vol XXI, Julho-Dezembro.
- Michel Cahen, (1994). “Mozambique. Histoire géopolitique d’un pays sans nation”, *Lusotopie*, (Paris, Karthala).
- Ministério da Cultura e Juventude (1993a). *Relatório Final da Comissão Executiva Preparatória da I Conferência Nacional sobre Cultura*, Maputo, 12-16 de Julho de (1993), [policopiado] 26 p
- Ministério da Cultura e Juventude (1993b). *Relatório Final da I Conferência Nacional sobre Cultura*, Maputo, 12-16 de Julho de 1993, [policopiado]. 13 p.

- Mondlane, E. C. (2009)., tribos e Grupos étnicos Moçambicanos (seu significado na Luta de Libertação Nacional (1967): In: MUIUANE, A. P. Datas e Documentos da História da FRELIMO. 3ª edição. revista, melhorada e ampliada. Imprensa Nacional. Maputo: Moçambique.
- Mossé, C. 1969. ‘Les utopies égalitaires à l’époque hellénistique’, RH CCXLI, Avril-Juin, 297-308.
- Mouffe, C. (2000). The Democratic Paradox. Verso.
- Moyroud, J. (2019). The Dynamics of National Unity in Post-Colonial States: Lessons from Mozambique. International Journal of African Studies, 58(1), 45-67.
- Muiuane, A. P. (2009). Datas e Documentos da História da FRELIMO. 3ª Edição revista, Melhorada e ampliada. Imprensa Nacional. Maputo: Moçambique.
- Mveng, E. (1990). African Identity and the Future of the Continent. Pan African Press.
- Namuholopa, Ó. M. F.; Vetthorassi, A. (2017). Identidade ou Identidades? Que análise se pode fazer da pluralidade cultural de Moçambique? Sociais da Unimontes Universidade Estadual de Montes Claros, Brasil ISSN: 1806-5627 ISSN-e: 2527-2551 Periodicidade: Semestral vol. 14, núm. 1:
<http://portal.amelica.org/ameli/jatsRepo/363/3631546008/index.html>
- Newitt, M. (2002). Mozambique. In: Chabal, Patrick. A History of Postcolonial Lusophone Africa. Indiana: Indiana University Press
- Ngoenha, S. E. (1992). Por uma dimensão moçambicana da consciência histórica. Porto: Salesianas.
- Nhamire, J. (2018). Política e etnicidade em Moçambique: Desafios e perspectivas. Jornal de Ciências Políticas de Moçambique, 20(1), 54-72.
- Nhamire, S. (2018). A Luta pela Independência e a Construção da Nação em Moçambique. Editora Política.
- Nussbaum, M. C. (2011). Creating Capabilities: The Human Development Approach. Harvard University Press.
- Nuvunga, (2014) Adriano Alfredo. From the Two-Party to the Dominant-Party System in Mozambique, 1994-2012: Framing Frelimo Party Dominance in Context. Netherlands
- Otayek, P (2001). “L’Afrique au prisme de l’ethnicité : perception française et actualité du débat”, Revue internationale et stratégique (Paris, Dalloz).
- Parekh, B. (2000). Rethinking Multiculturalism: Cultural Diversity and Political Theory. Harvard University Press.

- Pereira, F. (2015). Desenvolvimento e desigualdade regional em Moçambique. *Revista Africana de Estudos Econômicos*, 22(2), 96-115.
- Pereira, F. (2015). Desenvolvimento e desigualdade regional em Moçambique. *Revista Africana de Estudos Econômicos*, 22(2), 96-115.
- Pereira, T. (2015). *Economia e Unidade Nacional em Moçambique: Uma Análise Contemporânea*. Editora Moçambique.
- Putnam, R. D. (2000). *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*. Simon & Schuster.
- Raafub, K. A. (2013). 'Early Greek Political Thought in its Mediterranean Context', in: R. K. Balot (ed.), 37-56.
- Rawls, J. (1971). *A Theory of Justice*. Harvard University Press.
- República de Moçambique. (1990). *Constituição*. Maputo: Imprensa Nacional.
- República Popular de Moçambique. (2009). In: Muiuane, A. P. *Datas e Documentos da História da FRELIMO*. 3ª Edição revista, melhorada e ampliada. Imprensa Nacional. Maputo: Moçambique.
- Sen, A. (1999). *Development as Freedom*. Oxford University Press.
- Serra, D. (1996). Recursos e poder: O impacto das desigualdades regionais na coesão nacional em Moçambique. *Estudos de Política Africana*, 10(4), 78-95.
- Serra, D. (1996). Recursos e poder: O impacto das desigualdades regionais na coesão nacional em Moçambique. *Estudos de Política Africana*, 10(4), 78-95.
- Silva, J. A. da. (2000). *Curso de direito constitucional positiva*. 17ª Edição. Malheiros. São Paulo: Brasil.
- Silva, S. V. da. *Política e poder na África Austral (1974-1989)*. Escolar Editora, Vieira. Lisboa: Portugal.
- Sisk, T. D. (1995). Democratization in Mozambique: A Framework for Analysis. *African Affairs*, 94(376), 513-534.
- Smith, A. D. (1991). *National Identity*. University of Nevada Press.
- Smith, Anthony (1997). *Identidade Nacional*. Gradiva. Lisboa: Portugal.
- Touraine, A. (2003). *Podemos viver juntos? Iguais e diferentes*. Petrópolis: Vozes.
- Vala, Jorge (2003). Processos identitários e gestão da diversidade, "ACIME, I Congresso Imigração em Portugal: Diversidade - Cidadania – Integração", 18 / 19 de Dezembro.

Weber, M. (2008). Ensaio de Sociologia. 5ª ed. Rio de Janeiro: Brasileiras.

Apêndices

Apêndice A: Guião de Entrevista

Esta entrevista constitui uma das técnicas de colecta de dados para elaboração do Trabalho de Culminação do Curso – uma Tese Doutoral intitulada: Pluralismo Étnico em Moçambique: Que implicações face a Unidade Nacional e Construção da Democracia. O objectivo é compreender as implicações do pluralismo étnico face a unidade nacional e a construção da democracia em Moçambique.

Neste âmbito, o Sr(a) está sendo convidado(a) a responder as questões que se seguem.

1. Pode se falar da Unidade Nacional e uma construção da Democracia em Moçambique?
2. Quais são os aspectos étnicos que comprometem a unidade nacional em Moçambique?
3. De que forma a pluralidade étnica pode colocar em causa a unidade nacional e a construção da democracia em Moçambique?
4. O acesso aos recursos constitui uma barreira na Unidade Nacional e a construção da democracia?
5. Que análise se faz ao exercício da democracia em Moçambique?
6. De que forma a unidade nacional contribui na construção da democracia em Moçambique?
7. Consideram-se as assimetrias regionais na discriminação a que são sujeitas um obstáculo na construção da democracia nacional?
8. A Unidade Nacional na actualidade estaria virada para a construção da cidadania, consolidação da Paz, da estabilidade e da democracia?